Anajatuba

Prefeitura Municipal de Anajatuba
RUA BENEDITO LEITE, 868 - CENTRO - CEP: 65490-000 - ANAJATUBA\MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33 - Tel: 98 34541320 - Site: www.anajatuba.ma.gov.br

CAPA DO PROCESSO

2023.02.01.0028

Data/Hora: 01/02/2023 10:13:20

Assunto/Tipo: ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

2023.02.01.0028

Descrição do protocolo

Solicito abertura de processo para contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa

Consulte o andamento do seu protocolo no nosso site

1 – Para acesso a tramitação processual do documento acima, deverá ser informado na tela de consulta o CPF, em se tratando de pessoa física, ou CNPJ, para pessoa jurídica, acompanhado no número do protocolo acima indicado.

2 – O QR CODE, deste comprovante, pode ser usado para acompanhamento do andamento do protocolo.

PROTOCOLO: 2023.02.01.0028 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Setor: PROTOCOLO
Descrição: Solicito abertura de processo para contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa
Link: https://www.aprotocolo.com.br/anajatuba/protocolo/11677

DATA/HORA: 01/02/2023 10:13:20

2023.02.01.0028

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em **01 de fevereiro de 2023**, procedeu-se a abertura do **Processo Administrativo nº 2023.02.01.0028.** Com objetivo de Seleção da proposta mais vantajosa visando o Registro de Preços, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração deste Município. Com este fim e para constar, eu, **DAPHINI RAYANNE BASTOS LEAL SANTOS,** lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

ANAJATUBA/MA, 01 de fevereiro de 2023

Daphini Rayanne Bastos Leal Santos

DAPHINI RAYANNE BASTOS LEAL SANTOS
Setor de Protocolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Ao Sr.
MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Prezado Senhor,

CONSIDERANDO que o Município de Anajatuba – MA não possui estrutura de rede coletora de esgoto para atender a população e que o destino de todo o esgoto da cidade se dá por meio de fossa, que recebe e armazena os resíduos por um determinado período de tempo;

CONSIDERANDO que o prédio da Prefeitura Municipal de Anajatuba, assim como os demais prédios públicos vinculados a Secretaria Municipal de Administração, destina seu resíduo de esgoto em fossas e que essas necessitam ser esvaziadas com o decorrer do tempo;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Administração não possui caminhão limpa fosse para prestar o serviço de esvaziamento/esgotamento de fossa e que esse tipo de serviço necessidade de empresa especializada, haja visto se tratar de um serviço delicado e que deve ser realizado de acordo com todas as boas normas e legislações vigentes, dando um destino final adequado aos resíduos recolhidos;

CONSIDERANDO que a não realização dos serviços supracitados periodicamente ocasiona transtornos, como: transbordo de dejetos, mau cheiro, e problemas para a saúde pública e dos usuários do serviço público, razão pela qual se faz necessário a contratação do referido serviço;

Venho por meio deste SOLICITAR abertura de Processo Licitatório obedecendo aos rigores da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e demais legislações pertinentes, visando a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração deste Município, com a Intenção de Registro de Preço – IRP conforme Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações, assim como o Decreto Municipal nº 022/2021, de acordo com a especificação do objeto a baixo descrito.

Atenciosamente,

Anajatuba - MA, 01 de fevereiro de 2023

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº 218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS ALMEJADO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
01	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	m^3	200

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M^3
01	Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA	Rua Benedito Leite, n°868, Centro.	110 m^3
02	Setor de Transporte	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	12 m^3
03	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Publicas	Rua Regino Rodrigues de Paula, s/n, Centro.	12 m^3
04	Secretaria Municipal de Agricultura	Rua Magalhães de Almeida, s/n, Centro.	12 m^3
05	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca	Rua Antônio José da Guia, n°23. Bairro São Benedito.	12 m^3
06	Almoxarifado Central	Rua 5 de janeiro, n°16, Bairro São Benedito.	18 m^3
07	Central da Cidadania	Rua da Rodagem, s/n, Centro.	12 m^3
08	Quartel de Policia	Rua Manuel Mendonça, s/n Centro.	12 m^3

*As localidades acima estabelecidas poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades do Município, devendo, entretanto, permanecerem dentro do perímetro urbano ou rural.

Anajatuba - MA, 01 de fevereiro de 2023

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº 218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Processo Administrativo nº 2023.02.01.0028, torna público, em obediência ao disposto no Art. 5º do Decreto Federal nº 7.892/2013, e suas alterações, combinado com o Decreto Municipal nº 022/2021, na competência de ÓRGÃO GERENCIADOR, registra sua INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP no âmbito Municipal, bem como convida os Órgãos e entidades interessadas em participar, na condição de Órgão Participante, do Registro de Preços, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Administração da Prefeitura de Anajatuba - MA, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Anajatuba, situado na Rua Benedito Leite, 868, Centro, Anajatuba – Ma, Cep: 65.490-000, manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

1 – Planilha com descrição dos itens e quantitativos estimados.
2 – A manifestação de interesse em participar do registro de preços, implicará em concordância com o objeto e condições da licitação.
3 – O encaminhamento de documentação incompleta ou o pedido intempestivo, implicará na não inclusão do órgão no Registro de Preços.
4 – Prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro de Preços: será de oito dias úteis, a partir da INTENÇÃO DE REGRISTRO DE PREÇO - IRP, conforme Art. 4º § 1°-A do Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações.
5 – Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) Meses.

Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Anajatuba – Ma, localizada na Rua Benedito Leite, 868 – Centro – Anajatuba – MA.

Atenciosamente,

Anajatuba - MA, 09 de fevereiro de 2023

Matheus Reis dos Santos

MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Decreto nº 219/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS ALMEJADO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para no Serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Anajatuba - MA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
01	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	m^3	200

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M^3
01	Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA	Rua Benedito Leite, n°868, Centro.	110 m^3
02	Setor de Transporte	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	12 m^3
03	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Publicas	Rua Regino Rodrigues de Paula, s/n, Centro.	12 m^3
04	Secretaria Municipal de Agricultura	Rua Magalhães de Almeida, s/n, Centro.	12 m^3
05	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca	Rua Antônio José da Guia, n°23. Bairro São Benedito.	12 m^3
06	Almoxarifado Central	Rua 5 de janeiro, n°16, Bairro São Benedito.	18 m^3
07	Central da Cidadania	Rua da Rodagem, s/n, Centro.	12 m^3
08	Quartel de Policia	Rua Manuel Mendonça, s/n Centro.	12 m^3

*As localidades acima estabelecidas poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades do Município, devendo, entretanto, permanecerem dentro do perímetro urbano ou rural.

Anajatuba - MA, 09 de fevereiro de 2023

Matheus Reis dos Santos

MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Decreto nº 219/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Processo Administrativo nº 2023.02.01.0028, torna público, em obediência ao disposto no Art. 5º do Decreto Federal nº 7.892/2013, e suas alterações, combinado com o Decreto Municipal nº 022/2021, na competência de ÓRGÃO GERENCIADOR, registra sua INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP no âmbito Municipal, bem como convida os Órgãos e entidades interessadas em participar, na condição de Órgão Participante, do Registro de Preços, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Administração da Prefeitura de Anajatuba - MA, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item. Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Anajatuba, situado na Rua Benedito Leite, 868, Centro, Anajatuba – Ma, Cep: 65.490-000, manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de: 1 – Planilha com descrição dos itens e quantitativos estimados. 2 – A manifestação de interesse em participar do registro de preços, implicará em concordância com o objeto e condições da licitação. 3 – O encaminhamento de documentação incompleta ou o pedido intempestivo, implicará na não inclusão do órgão no Registro de Preços. 4 – Prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro de Preços: será de oito dias úteis, a partir da INTENÇÃO DE REGRISTRO DE PREÇO - IRP, conforme Art. 4º § 1°-A do Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações. 5 – Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) Meses. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Anajatuba – Ma, localizada na Rua Benedito Leite, 868 – Centro – Anajatuba – MA. Anajatuba - MA, 09 de fevereiro de 2023. **MATHEUS REIS DOS SANTOS**. Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços. *Decreto nº 219/2022.*

Publicada em 09/02/2023 por afixação no hall do átrio da Prefeitura Municipal, em local de amplo e fácil acesso ao público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA | TERCEIROS | ISSN 2764-7218 DIÁRIO OFICIAL - NÚMERO: 469/2023 - 09/02/2023

210	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 18 C/10	PC	58	8,90	516,20	FOYOMED
211	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 06 C/10	PC	58	10,25	594,50	FOYOMED
212	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 08 C/10	PC	58	11,58	671,64	MEDSONDA
213	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 10 C/10	PC	58	11,99	695,42	MEDSONDA
214	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12 C/10	PC	58	12,32	714,56	MEDSONDA
215	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14 C/10	PC	58	12,64	733,12	MEDSONDA
216	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16 C/10	PC	58	12,81	742,98	MEDSONDA
217	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18 C/10	PC	58	13,28	770,24	MEDSONDA
218	SONDA URETRAL Nº 06 C/20	PC	145	9,24	1339,80	MEDSONDA
219	SONDA URETRAL Nº 08 C/20	PC	145	9,54	1383,30	MEDSONDA
220	SONDA URETRAL Nº 10 C/20	PC	145	10,23	1483,35	MEDSONDA
221	SONDA URETRAL Nº 12 C/20	PC	145	11,94	1731,30	FOYOMED
222	SONDA URETRAL Nº 14 C/20	PC	145	11,46	1661,70	FOYOMED
223	SONDA URETRAL Nº 16 C/20	PC	145	11,46	1661,70	FOYOMED
224	SONDA URETRAL Nº 18 C/20	PC	145	11,46	1661,70	FOYOMED
225	SONDA URETRAL Nº 20 C/20	PC	145	11,46	1661,70	FOYOMED
233	ESCOVA CERVICAL DESCARTÁVEL C/100	CX	2000	0,68	1360,00	SOLIDOR
TOTAL DO VENCEDOR: R$ 118.001,11 (cento e dezoito mil, um real e onze centavos)						

Anajatuba/MA, 08 de fevereiro de 2023. **PREFEITURA MUN. DE ANAJATUBA. LUIS FERNANDO COSTA ARAGÃO** - Secretário Municipal de Saúde - *Decreto nº042/2022*

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023.02.01.0028/2023

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Processo Administrativo nº 2023.02.01.0028, torna público, em obediência ao disposto no Art. 5º do Decreto Federal nº 7.892/2013, e suas alterações, combinado com o Decreto Municipal nº 022/2021, na competência de ÓRGÃO GERENCIADOR, registra sua INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP no âmbito Municipal, bem como convida os Órgãos e entidades interessadas em participar,

Assinado eletronicamente por: Rodrigo de Sousa Fernandes - CPF: ***.380.333-** em 09/02/2023 16:45:02 - IP com nº: 192.168.10.122
Autenticação em: www.anajatuba.ma.gov.br/diariooficial.php?id=635

Pref. Anajatuba-MA
Folha 009
Rubrica

na condição de Órgão Participante, do Registro de Preços, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Administração da Prefeitura de Anajatuba - MA, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item. Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Anajatuba, situado na Rua Benedito Leite, 868, Centro, Anajatuba – Ma, Cep: 65.490-000, manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de: 1 – Planilha com descrição dos itens e quantitativos estimados. 2 – A manifestação de interesse em participar do registro de preços, implicará em concordância com o objeto e condições da licitação. 3 – O encaminhamento de documentação incompleta ou o pedido intempestivo, implicará na não inclusão do órgão no Registro de Preços. 4 – Prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro de Preços: será de oito dias úteis, a partir da INTENÇÃO DE REGRISTRO DE PREÇO - IRP, conforme Art. 4º § 1°-A do Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações. 5 – Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) Meses. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Anajatuba – Ma, localizada na Rua Benedito Leite, 868 – Centro – Anajatuba – MA. Anajatuba - MA, 09 de fevereiro de 2023. **MATHEUS REIS DOS SANTOS**. Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços. *Decreto nº 219/2022.*

Assinado eletronicamente por: Rodrigo de Sousa Fernandes - CPF: ***.380.333-** em 09/02/2023 16:45:02 - IP com n°: 192.168.10.122
Autenticação em: www.anajatuba.ma.gov.br/diariooficial.php?id=635

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Ao Sr.
MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Prezado Senhor,

Tendo tomado conhecimento da Intenção do Registro de Preço, manifestado pela Secretaria Municipal de Administração, para a futura e eventual **Contratação de empresa especializada no serviço de Esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Anajatuba/MA,** encaminhamos nossa Manifestação de Intenção de Registro de Preço, como ÓRGÃO PARTICIPANTE do referido processo licitatório.

Sendo assim, segue em anexo nossa manifestação e planilha com a discriminação e o quantitativo dos itens, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 022/2021.

Atenciosamente,

Anajatuba/MA, 15 de fevereiro de 2023

AURISCILEY GUIA SAMPAIO
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Decreto n° 043/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, em obediência ao art. 6º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 022/2021, na competência de ÓRGÃO PARTICIPANTE, Manifesta seu Interesse de Participação do Registro de Preços para futura e eventual **Contratação de empresa especializada no serviço de Esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Anajatuba/MA,** para atender as necessidades desta secretaria, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, que será realizada sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Administração, conforme as condições elencadas na Intenção de Registro de Preços do referido órgão, segue abaixo as especificações e quantidades estimadas desta Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

PLANILHA COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANT. SEMED	QUANT. FUNDEB	Quant. TOTAL
01	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	M^3	808 m^3	2.424 m^3	3.232 M^3

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M^3
01	U.I. CHAPEUZINHO VERMELHO	RUA BENEDITO LEITE, S/N, CENTRO.	157 M^3
02	U.I. COMECINHO DE VIDA	RUA NINA RODRIGUES, S/N, CENTRO.	200 M^3
03	U.I. MARIA RABELO BOGÉA	RUA WALTRUDES MARINHO DE PAULA, S/N, CENTRO.	200 M^3
04	E.M. MARIA CIRENA VERDE	RUA WALTRUDES MARINHO DE PAULA, S/N, CENTRO.	200 M^3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

05	U.I. N. SRA. DA CONCEIÇÃO	LIMIRIQUE	75 M³
06	U.I. ADALGISA MENDONÇA LOPES	POVOADO OLHO DÁGUA	175 M³
07	U.I. PEDRO CELESTINO ARAGÃO	POVOADO PICADA	175 M³
08	U.I. MARCOS DUTRA MENDONÇA	POVOADO BACABAL	175 M³
09	U.I. PROF. SEBASTIÃO MARINHO DE PAULA	POVOADO AFOGA	175 M³
10	U.I. EUDÂMIDAS PINHEIRO LOPES	POVOADO PERIMIRIM	175 M³
11	E. M. MARIA OLIVEIRA BOGÉA	POVOADO ROSÁRIO	75 M³
12	E.M. EUSA CORREA DOS SANTOS	POVOADO CUMBÍ	75 M³
13	E. M. JOSÉ DO PATROCÍNIO	POVOVADO MORRO GRANDE	75 M³
14	E.M. DRA. MARIA JOSÉ ARAGÃO	POVOADO TESO DAS PALMEIRAS	75 M³
15	E.M. PREFEITO TEODORO PEREIRA	POVOADO SÃO PEDRO	75 M³
16	E.M. PADRE MIGUEL RABÊLO	POVOADO LADEIRA	125 M³
17	E.M. POETA JOÃO DO VALE	POVOADO RIBEIRÃO	75 M³
18	U.I. PADRE CHIQUINHO	POVOADO FLORES	125 M³
19	E.M. EPIFÂNIO CARNEIRO DA CUNHA	POVOVADO CARRO QUEBRADO	200 M³
20	E.M. JESUS, MARIA E JOSÉ	POVOVADO PONTA BONITA	75 M³
21	E.M. PAULO VI	POVOVADO FRADES	75 M³
22	U.I. ANTONIO RAIMUNDO PINHEIRO	POVOVADO SÃO JOÃO DA MATA	125 M³
23	U.I. PROF. JOÃO FONSECA	POVOADO QUELUZ	200 M³
24	E.M. PADRE CUNHA SANCHES	POVOVADO CANGAPARA	75 M³
25	E.M. CORAÇÃO DE JESUS	POVOVADO PALMARES	75 M³

*As localidades acima estabelecidas poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades do Município, devendo, entretanto, permanecerem dentro do perímetro urbano ou rural.

Anajatuba/MA, 15 de fevereiro de 2023

AURISCILEY GUIA SAMPAIO
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Decreto n° 043/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Ao Senhor
MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Prezado Senhor,

Tendo tomado conhecimento da Intenção do Registro de Preço, manifestado pela Secretaria Municipal de Administração, para a futura e eventual **Contratação de empresa especializada no serviço de Esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Anajatuba/MA,** encaminhamos nossa Manifestação de Intenção de Registro de Preço, como ÓRGÃO PARTICIPANTE do referido processo licitatório.

Sendo assim, segue em anexo nossa manifestação e planilha com a discriminação e o quantitativo dos itens, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 022/2021.

Atenciosamente,

Anajatuba/MA, 15 de fevereiro de 2023

MARIA LUCILANDIA DOS SANTOS MENDES
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Decreto n° 239/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em obediência ao art. 6º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 022/2021, na competência de ÓRGÃO PARTICIPANTE, Manifesta seu Interesse de Participação do Registro de Preços para futura e eventual **Contratação de empresa especializada no serviço de Esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Anajatuba/MA,** para atender as necessidades desta secretaria, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, que será realizada sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Administração, conforme as condições elencadas na Intenção de Registro de Preços do referido órgão, segue abaixo as especificações e quantidades estimadas desta Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

PLANILHA COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	Quant. SEMAS	Quant. FMAS	Quant. TOTAL
01	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m³ (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	M³	0	48 M³	48 M³

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M³
01	CASA DAS DIRETORIAS	TV. SÃO RAIMUNDO II, S/N, CENTRO.	12 m³
02	CASA DOS CONSELHOS	RUA MIGUEL MORENO DA CRUZ, N°18, CENTRO.	12 m³
03	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	RUA MAGALHÃES DE ALMEIDA, S/N, CENTRO.	12 m³
04	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	RUA REGINO RODRIGUES DE PAULA 10, S/N, CENTRO.	12 m³

*As localidades acima estabelecidas poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades do Município, devendo, entretanto, permanecerem dentro do perímetro urbano ou rural.

Anajatuba/MA, 15 de fevereiro de 2023

MARIA LUCILANDIA DOS SANTOS MENDES
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Decreto n° 239/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Ao Senhor
MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Prezado Senhor,

Tendo tomado conhecimento da Intenção do Registro de Preço, manifestado pela Secretaria Municipal de Administração, para a futura e eventual **Contratação de empresa especializada no serviço de Esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Anajatuba/MA,** encaminhamos nossa Manifestação de Intenção de Registro de Preço, como ÓRGÃO PARTICIPANTE do referido processo licitatório.

Sendo assim, segue em anexo nossa manifestação e planilha com a discriminação e o quantitativo dos itens, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 022/2021.

Atenciosamente,

Anajatuba/MA, 15 de fevereiro de 2023.

LUIS FERNANDO COSTA ARAGÃO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto n° 042/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em obediência ao art. 6º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 022/2021, na competência de ÓRGÃO PARTICIPANTE, Manifesta seu Interesse de Participação do Registro de Preços para futura e eventual **Contratação de empresa especializada no serviço de Esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Anajatuba/MA,** para atender as necessidades desta secretaria, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, que será realizada sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Administração, conforme as condições elencadas na Intenção de Registro de Preços do referido órgão, segue abaixo as especificações e quantidades estimadas desta Secretaria Municipal de Saúde.

PLANILHA COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant. SEMUS	Quant. FMS	Quant. TOTAL
1	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	M^3	100 M^3	164 M^3	264 M^3

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ORDEM	PREDIO	ENDEREÇO	QUANT. M^3
01	IMUNIZAÇÃO DO MUNICIPIO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	24 M^3
02	POSTO DE SAUDE GENESIO REGO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	24 M^3
03	SECRETARIA DE SAÚDE	Rua Antônio José da Guia, s/n, Centro.	12 M^3
04	UBS – SÃO RAIMUNDO	Rua Magalhães de Almeida, s/n, Centro.	12 M^3
05	UBS - LIMIRIQUE	Rua Victor Lobato, s/n, Bairro Limirique.	12 M^3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

06	UBS – MARIA FREIRE	Avenida João Pereira de Aragão, s/n, Centro.	12 M³
07	UBS – SANTA LUZIA	Povoado Boca do Caminho	12 M³
08	UBS – MARIA DE RIBAMAR	Povoado Bacabal	12 M³
09	UBS – OLHO D'ÁGUA	Povoado Olho D'Água	12 M³
10	UBS – SÃO PACOMIO DO AFOGA	Povoado Afoga	12 M³
11	UBS – ROMÃO MARTINS SAMPAIO	Povoado Quebra	12 M³
12	UBS - PICADA	Povoado Picada	12 M³
13	UBS – JOÃO SOARES	Povoado São João da Mata	12 M³
14	UBS - QUELUZ	Povoado Queluz	12 M³
15	UBS – FRANCISCA DE JESUS SILVA	Povoado Perimirim	12 M³
16	UBS – IDALINA FERREIRA ABREU	Povoado Cumbi	12 M³
17	HOSPITAL MUNICIPAL DR NILTON DA SILVA LIMA FILHO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro	48 M³

*As localidades acima estabelecidas poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades do Município, devendo, entretanto, permanecerem dentro do perímetro urbano ou rural.

Anajatuba/MA, 15 de fevereiro de 2023.

LUIS FERNANDO COSTA ARAGÃO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto n° 042/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

À Sra.
ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SAILVA
Secretária Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA

DESPACHO

Informamos a Vossa Senhoria, que após o prazo estabelecido de Intenção de Registro de Preços – IRP, cujo objeto consiste na futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, houve manifestação de interessados na condição de Órgão Participante, das Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Assistência e Desenvolvimento Social e Saúde do Município de Anajatuba/MA, conforme encaminho em anexo.

Anajatuba - MA, 06 de março de 2023

Matheus Reis dos Santos
MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Decreto nº 219/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

TERMO DE APROVAÇÃO

Após análise das Manifestações de Intenção de Registro de Preços – MIRP, encaminhadas pelas Secretarias de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Assistência e Desenvolvimento Social e Saúde do Município de Anajatuba/MA, levando em consideração o princípio da economicidade, e ainda por tratar-se de aquisição de uso comum, APROVAMOS a inclusão das Secretarias acima elencadas, bem como seus quantitativos neste Registro de Preços.

Anajatuba - MA, 06 de março de 2023

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Ao Sr.
MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Prefeitura de Anajatuba - MA

Prezado Senhor,

Na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR encaminho planilha consolidada dos itens para que seja realizada a pesquisa de preços com vistas à realização de procedimento licitatório, para **REGISTRO DE PREÇOS**, visando a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, conforme relação abaixo:

PLANILHA COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
01	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	m^3	3.744 m^3

Anajatuba/MA, 14 de março de 2023

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 218/2022

Pref. Anajatuba-MA
Folha 021
Rúbrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Responsável: MATHEUS REIS DOS SANTOS Departamento: SETOR DE COMPRAS

Relatório de Cotação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.

Pesquisa realizada entre 21/03/2023 15:38:58 e 22/03/2023 08:32:51

Relatório gerado no dia 22/03/2023 09:09:43 (IP: 168.232.133.50)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 73 de 05 de Agosto de 2020.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 73 de 05 de Agosto de 2020, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC IV -Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Máximo	Total
1) SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos orgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba	3	3.744 Metros Cúbicos	R$ 162,58 (un)	-	R$ 162,58	R$ 608.699,52

Valor Global: R$ 608.699,52

Detalhamento dos Itens

Item 1: SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba

Preço Estimado: R$ 162,58 (un) | Percentual: - | Preço Máximo: R$ 162,58 | Média dos Preços Obtidos: R$ 162,58

Quantidade	Descrição	Observação
3.744 Metros Cúbicos	SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	

Pref. Anajatuba-MA
Folha 022
Rubrica

Preço (Compras Net) 1: 110,00

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA | Comando do Exército | Comando Militar da Amazônia | 1ªBrigada de Infantaria de Selva
Descrição: DESENTUPIMENTO CAIXA DE GORDURA. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, limpeza, raspagem e sucção de resíduos, inclusive fazendo dedetização em toda a caixa de gordura.).
Código Referência: NºPregão:92023 / UASG:160482
UASG: 160482

Data: 14/02/2023 10:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
Item: 1
Quantidade: 1.550
Unidade: METRO CÚBICO
Ata: Link Ata
Identificação: NºPregão:92023 / UASG:160482

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
17.957.456/0001-47 * VENCEDOR *	SONNE DA AMAZONIA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	R$ 110,00
09.608.473/0001-40	CORPORE EMPREENDIMENTOS LTDA	R$ 138,00
15.622.879/0001-80	AGUA NORTE - TRATAMENTO DE AGUA E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	R$ 147,00
03.557.787/0001-85	J. CASTRO EDA EIRELI	R$ 161,00
41.174.071/0001-98	DELTA NORTE EMPREENDIMENTOS LTDA	R$ 187,15
04.630.138/0001-25	G. M. A. N. COMERCIO E SERVICO LTDA	R$ 320,00
29.776.494/0001-82	APOENA NORTE SERVICOS EIRELI	R$ 320,00

Preço (Compras Net) 2: 160,00

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial | Centro de Lançamento de Alcântara
Descrição: Serviço de esgotamento e limpeza de fossas, sumidouros e caixas de gordura em São Luís e Raposa com transporte e descarte de dejetos em local adequado, por demanda da contratante através de caminhão limpa fossa com no mínimo 10 m³.
Código Referência: NºPregão:232022 / UASG:120013
UASG: 120013

Data: 08/12/2022 10:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
Item: 1
Quantidade: 864
Unidade: METRO CÚBICO
Ata: Link Ata
Identificação: NºPregão:232022 / UASG:120013

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
86.834.025/0001-06 * VENCEDOR *	KLAUS MAKELLA BRANDAO DE OLIVEIRA EIRELI	R$ 160,00
13.319.493/0001-79	J. R. ALMEIDA NETO & CIA LTDA.	R$ 163,00
23.682.131/0001-00	DESTACK SERVICOS AMBIENTAIS LTDA	R$ 175,50

Preço (Compras Net) 3: 163,75

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Pref. Anajatuba-MA
Folha 023
Rúbrica

Órgão: COMANDO DO EXERCITO|COLEGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA
Descrição: SERVIÇO ESPECIALIZADO DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS E LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA
Código Referência: Dispensa de Licitação Nº 187/2022 / UASG: 160110
UASG: 160110

Data: 01/12/2022 00:00
Modalidade: Dispensa de Licitação
Item: 1
Quantidade: 16
Unidade: METRO CÚBICO
Identificação: Dispensa de Licitação Nº 187/2022 / UASG: 160110

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.337.655/0001-67 * VENCEDOR *	A DESENTUPIDORA NEW GET LTDA	R$ 163,75

Matheus Reis dos Santos

Assinatura
MATHEUS REIS DOS SANTOS 22/03/2023

Pref. Anajatuba-MA
Folha 024
Rúbrica

Preço estimado do item calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

Item 1 - SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba

- 2 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 08/12/2022 e 14/02/2023, calculados pela fórmula Mediana das Propostas Finais.
- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 01/12/2022, calculado pela fórmula Menor Preço.

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Mediana das Propostas Finais

- Capta os preços finais da licitação e seleciona o preço do meio (no caso de número impar de propostas) ou a média dos preços do meio.

enor Preço

- Capta qualquer preço informado pelo fornecedor, inclusive de itens dentro de lotes, não necessariamente refletindo o menor preço para o lote, ou seja, o preço vencedor do lote.

Extrato de fontes Utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - ComprasNet
www.comprasgovernamentais.gov.br

Data:
Acessar a fonte aqui

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Pref. Anajatuba-MA
Folha 026
Rúbrica

À Sra.
ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA

Prezada,

Em resposta a vossa solicitação, venho por meio deste informar que realizamos as devidas pesquisas de preços praticados no mercado, referente ao objeto constante no processo administrativo nº **2023.02.01.0028** de 01 de fevereiro de 2023, visando a Registro de Preços, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA. Para tanto, encaminhamos os autos do processo, a esta secretaria municipal, para que sejam adotadas as medidas necessárias para continuidade do procedimento em questão.

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

1. Conforme dispõe o art 5° da Instrução Normativa n° 73/2020 da **SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**, informamos que foi realizado pesquisas de preço para contratação de serviços acima citado, onde o preço de referência foi formado baseado em preços praticados no mercado.
2. Os valores de referência adotados foi o valor médio de preço dos valores obtidos na pesquisa de preço.
3. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que seus valores não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa de preço de referência, representando de forma satisfatoria os preços praticados no mercado.

FONTE DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da IN 73/2020 ME:

(X) I - Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br);

(X) II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

( ) III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Não foi utilizado, pois foi priorizado os incisos I e II.

( ) IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Não foi utilizado, pois foi priorizado os incisos I e II.

A documentação comprobatória contendo as folhas que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório.

Certo de que termos atendido sua solicitação, colocamo-nos a sua inteira disposição para posteriores e eventuais esclarecimentos.

Anajatuba - MA, 22 de março de 2023.

Matheus Reis dos Santos

MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Decreto nº 219/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Ao Sr.
JADEVALDO CRUZ RIBEIRO
Contador Municipal
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Prezado Senhor,

Venho por intermédio deste, solicitar informações a respeito de Dotação Orçamentária suficiente para Registro de Preços, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, no VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 608.699,52 (Seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Na expectativa da atenção deste setor, no sentido de atender a nossa solicitação continuamos à disposição, reiterando-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração, com nossos cordiais cumprimentos.

Anajatuba - MA, 22 de março de 2023

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº 218/2022

RECEBIDO EM:____/____/_____

_____
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

À Sra.
ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

DESPACHO

Senhora Secretária,

Pelo presente, tendo em vista o encaminhamento dos autos do **Processo Administrativo nº 2023.02.01.0028**, para informação de disponibilidade orçamentária, informamos que a Licitação para Registro de Preços, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA. Desta forma, sugerimos a continuidade do processo, e, após a realização do procedimento licitatório e antes da assinatura do contrato firmado com base na respectiva ata de registro de preços o seu retorno, para fins de comprovação da existência de dotação orçamentária com saldo suficiente para custeio da despesa.

Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

Atenciosamente,

Anajatuba - MA, 22 de março de 2023

JADEVALDO CRUZ RIBEIRO
Contador Municipal
CRC nº 013047/O-5 MA
Decreto nº 032/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Ao Senhor
MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Prefeitura de Anajatuba - MA

Prezado Senhor,

Despacho os autos do **Processo Administrativos nº 2023.02.01.0028**, até aqui já realizados, para elaboração do **TERMO DE REFERÊNCIA**. Este que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento, o prazo de execução do contrato, e demais elementos necessários para sua boa definição. Quanto a definição do objeto deverá ser precisa, suficientemente clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento.

Certo de sua atenção, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Anajatuba/MA, 22 de março de 2023

ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

À Senhora.
ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Prezada Senhora

Em resposta a Vossa solicitação, venho por meio deste encaminhar, para sua APROVAÇÃO, o TERMO DE REFERÊNCIA tocante ao objeto do Processo Administrativo nº 2023.02.01.0028 de 01 de fevereiro de 2023, visando a Registro de Preços, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.

Certo de que termos atendido sua solicitação, colocamo-nos a sua inteira disposição para posteriores e eventuais esclarecimentos.

Anajatuba - MA, 22 de março de 2023

Matheus Reis dos Santos

MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador de Compras e Pesquisa Preliminar de Preços
Decreto nº 219/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Seleção da proposta mais vantajosa visando o Registro de Preços, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 CONSIDERANDO que o Município de Anajatuba – MA não possui estrutura de rede coletora de esgoto para atender a população e que o destino de todo o esgoto da cidade se dá por meio de fossa, que recebe e armazena os resíduos por um determinado período de tempo;

2.2 CONSIDERANDO que o prédio da Prefeitura Municipal de Anajatuba, assim como os demais prédios públicos vinculados a Secretaria Municipal de Administração, destina seu resíduo de esgoto em fossas e que essas necessitam ser esvaziadas com o decorrer do tempo;

2.3 CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Administração não possui caminhão limpa fosse para prestar o serviço de esvaziamento/esgotamento de fossa e que esse tipo de serviço necessidade de empresa especializada, haja visto se tratar de um serviço delicado e que deve ser realizado de acordo com todas as boas normas e legislações vigentes, dando um destino final adequado aos resíduos recolhidos;

2.4 CONSIDERANDO que a não realização dos serviços supracitados periodicamente ocasiona transtornos, como: transbordo de dejetos, mau cheiro, e problemas para a saúde pública e dos usuários do serviço público, razão pela qual se faz necessário a contratação do referido serviço;

3. VALOR MÉDIO:

3.1. O preço considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base em pesquisas de preços habituais, celebrados em âmbito público e pesquisas baseadas em preços praticados no mercado, de acordo com a Instrução Normativa 073/2020 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Foi estimado o valor total de R$ 608.699,52 (Seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

4.1. As especificações e quantitativos dos materiais a serem adquiridos, e demais exigências são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. De Medida	Unid	QTD.	Valor Unit.	Valor Total
01	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos	m^3	Serv.	3.744 m^3	R$ 162,58	R$ 608.699,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

	resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m³ (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.					

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M³
01	Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA	Rua Benedito Leite, n°868, Centro.	110 m³
02	Setor de Transporte	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	12 m³
03	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Publicas	Rua Regino Rodrigues de Paula, s/n, Centro.	12 m³
04	Secretaria Municipal de Agricultura	Rua Magalhães de Almeida, s/n, Centro.	12 m³
05	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca	Rua Antônio José da Guia, n°23. Bairro São Benedito.	12 m³
06	Almoxarifado Central	Rua 5 de janeiro, n°16, Bairro São Benedito.	18 m³
07	Central da Cidadania	Rua da Rodagem, s/n, Centro.	12 m³
08	Quartel de Policia	Rua Manuel Mendonça, s/n Centro.	12 m³

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M³
01	U.I. CHAPEUZINHO VERMELHO	RUA BENEDITO LEITE, S/N, CENTRO.	157 M³
02	U.I. COMECINHO DE VIDA	RUA NINA RODRIGUES, S/N, CENTRO.	200 M³
03	U.I. MARIA RABELO BOGÉA	RUA WALTRUDES MARINHO DE PAULA, S/N, CENTRO.	200 M³
04	E.M. MARIA CIRENA VERDE	RUA WALTRUDES MARINHO DE PAULA, S/N, CENTRO.	200 M³
05	U.I. N. SRA. DA CONCEIÇÃO	LIMIRIQUE	75 M³
06	U.I. ADALGISA MENDONÇA LOPES	POVOADO OLHO DÁGUA	175 M³
07	U.I. PEDRO CELESTINO ARAGÃO	POVOADO PICADA	175 M³
08	U.I. MARCOS DUTRA MENDONÇA	POVOADO BACABAL	175 M³
09	U.I. PROF. SEBASTIÃO MARINHO DE PAULA	POVOADO AFOGA	175 M³

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

10	U.I. EUDÂMIDAS PINHEIRO LOPES	POVOADO PERIMIRIM	175 M³
11	E. M. MARIA OLIVEIRA BOGÉA	POVOADO ROSÁRIO	75 M³
12	E.M. EUSA CORREA DOS SANTOS	POVOADO CUMBÍ	75 M³
13	E. M. JOSÉ DO PATROCÍNIO	POVOVADO MORRO GRANDE	75 M³
14	E.M. DRA. MARIA JOSÉ ARAGÃO	POVOADO TESO DAS PALMEIRAS	75 M³
15	E.M. PREFEITO TEODORO PEREIRA	POVOADO SÃO PEDRO	75 M³
16	E.M. PADRE MIGUEL RABÊLO	POVOADO LADEIRA	125 M³
17	E.M. POETA JOÃO DO VALE	POVOADO RIBEIRÃO	75 M³
18	U.I. PADRE CHIQUINHO	POVOADO FLORES	125 M³
19	E.M. EPIFÂNIO CARNEIRO DA CUNHA	POVOVADO CARRO QUEBRADO	200 M³
20	E.M. JESUS, MARIA E JOSÉ	POVOVADO PONTA BONITA	75 M³
21	E.M. PAULO VI	POVOVADO FRADES	75 M³
22	U.I. ANTONIO RAIMUNDO PINHEIRO	POVOVADO SÃO JOÃO DA MATA	125 M³
23	U.I. PROF. JOÃO FONSECA	POVOADO QUELUZ	200 M³
24	E.M. PADRE CUNHA SANCHES	POVOVADO CANGAPARA	75 M³
25	E.M. CORAÇÃO DE JESUS	POVOVADO PALMARES	75 M³

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M³
01	CASA DAS DIRETORIAS	TV. SÃO RAIMUNDO II, S/N, CENTRO.	12 m³
02	CASA DOS CONSELHOS	RUA MIGUEL MORENO DA CRUZ, N°18, CENTRO.	12 m³
03	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	RUA MAGALHÃES DE ALMEIDA, S/N, CENTRO.	12 m³
04	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	RUA REGINO RODRIGUES DE PAULA 10, S/N, CENTRO.	12 m³

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA DE SAUDE

ORDEM	PREDIO	ENDEREÇO	QUANT. M³
01	IMUNIZAÇÃO DO MUNICIPIO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	24 M³
02	POSTO DE SAUDE GENESIO REGO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	24 M³
03	SECRETARIA DE SAÚDE	Rua Antônio José da Guia, s/n, Centro.	12 M³
04	UBS – SÃO RAIMUNDO	Rua Magalhães de Almeida, s/n, Centro.	12 M³
05	UBS - LIMIRIQUE	Rua Victor Lobato, s/n, Bairro Limirique.	12 M³
06	UBS – MARIA FREIRE	Avenida João Pereira de Aragão, s/n, Centro.	12 M³
07	UBS – SANTA LUZIA	Povoado Boca do Caminho	12 M³

08	UBS – MARIA DE RIBAMAR	Povoado Bacabal	12 M³
09	UBS – OLHO D'ÁGUA	Povoado Olho D'Água	12 M³
10	UBS – SÃO PACOMIO DO AFOGA	Povoado Afoga	12 M³
11	UBS – ROMÃO MARTINS SAMPAIO	Povoado Quebra	12 M³
12	UBS - PICADA	Povoado Picada	12 M³
13	UBS – JOÃO SOARES	Povoado São João da Mata	12 M³
14	UBS - QUELUZ	Povoado Queluz	12 M³
15	UBS – FRANCISCA DE JESUS SILVA	Povoado Perimirim	12 M³
16	UBS – IDALINA FERREIRA ABREU	Povoado Cumbi	12 M³
17	HOSPITAL MUNICIPAL DR NILTON DA SILVA LIMA FILHO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro	48 M³

5. FONTE DE RECURSO:

5.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentário, conforme dispõe o **Decreto Municipal nº022/2021**, e **Decreto Federal n°.7.892/2013**, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes que poderão advir do presente procedimento licitatório.

5.2 Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.2. Os proponentes concorrentes devem apresentar como habilitação, comprovação através de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

7. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

7.1. Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência.
7.2 Utilização sustentável dos recursos financeiros desta Prefeitura, alocando somente o necessário para cada aquisição.
7.3. Aquisição de serviços de qualidade.

8. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

8.1. A forma da realização dos serviços, será mediante apresentação de requisição própria do executor do contrato da Prefeitura Municipal de Anajatuba – MA, em 01 (uma) via, devendo conter carimbo e devidamente assinada por servidor autorizado, contendo os seguintes dados:

a) Secretaria Municipal Requisitante;

b) Informar a quantidade dos serviços;
c) Informar o valor referente a cada serviço;
d) Informar a data da realização dos serviços;
e) Assinatura do funcionário da empresa;

8.2. A empresa deverá seguir rigorosamente os horários determinados, para que não haja prejuízo aos trabalhos das secretarias.

8.3. A prefeitura não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos;

9. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços serão realizados de conforme a necessidade das Secretarias solicitantes, por escrito aos respectivos responsáveis, que indicará o local, onde os serviços serão executados.

9.2. O prazo para execução de cada etapa dos serviços em tela será de até **03 (três) dias** corridos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

10. RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

10.1. Secretaria Municipal de Administração.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O cumprimento das obrigações constantes da licitação será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo Gestor de fiscalização de contratos da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, ou, em seus impedimentos legais, por seu substituto eventual, representando a Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA.

11.2. O representante da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a realização dos serviços, objeto deste Termo de Referência, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Após aceitação e ateste da realização definitiva dos serviços efetuado na Nota Fiscal, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a realização dos serviços, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e das Certidões de Regularidade Fiscal: Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de Regularidade perante a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação das

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Certidões Negativas de Débitos e da Dívida Ativa Estadual; Prova de Regularidade perante a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

13.1. Caberá a contratante:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

b) permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços adquiridos;

c) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o contrato;

d) proceder ao pagamento do contrato dentro do prazo estabelecido;

e) proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da realização dos serviços atestados.

f) Aplicar as penalidades contratuais, quando for o caso.

g) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação;

h) Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

i) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Além dos casos comuns, implícitos ou expressos no Contrato, nas especificações e nas leis aplicáveis à espécie, cabe exclusivamente à Contratada:

a) Manter preposto, aceito pela administração da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, durante todo o período de vigência da licitação, para representá-lo sempre que for necessário;
b) Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado;
c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contratante;
e) Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;

f) Comunicar fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à realização dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
g) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA.
h) Realizar os serviços nos prazos, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber as Leis do consumidor;
i) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA.
j) A contratada será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.
k) Percorrer os percursos estabelecidos e garantir que o usuário esteja na unidade de trabalho, do horário estabelecido pela Secretaria Municipal requisitante, cumprindo rigorosamente a carga horária pré estabelecida;
l) Comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
m) Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
n) Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
o) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;
p) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
q) Solicitar à Administração da CONTRATANTE autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à CONTRATADA, que esta tenha levado para o local de execução doserviço;
r) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
s) Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los.
t) Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste projeto básico;
u) Promover a anotação, registro, aprovação, licenças e outras exigências dos órgãos competentes com relação aos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
v) A contratada deverá atender ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) – Norma Regulamentadora NR-9;
w) A contratada deverá descarregar corretamente os resíduos de acordo com as normas da ABNT, Vigilância Sanitária e demais órgãos de controle ambientais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

x) Dispor de licença ambiental de operação para transporte e destinação dos fluentes;

y) Fica a cargo da CONTRATADA o descarte e a adequada destinação do resíduo coletado proveniente do que trata este Termo de Referência e do material proveniente da limpeza do local, atendendo às legislações vigentes Municipais, Estaduais e/ou Federais. Os Resíduos provenientes dos serviços de esgotamento das fossas deverão ir para uma Estação de Tratamento de Esgoto ou para reuso. A empresa pode escolher o destino do lodo e do esgoto, mas deve apresentar um Plano de Operação, com descrição detalhada das etapas de coleta, transporte, reaproveitamento ou tratamento e destinação final adotado tanto para o esgoto quanto para o lodo, e também deve conter obrigatoriamente todas as devidas licenças ambientais atualizadas desses locais.

15. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Este planejamento foi elaborado de acordo com o Ordenamento Jurídico Nacional que regulamenta o processo de aquisições para a Administração Pública, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório, visando viabilizar a aquisição dos serviços descritos neste planejamento;

15.2. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta;

15.3. Os serviços que constituem o Objeto deste Termo de Referência enquadram-se no conceito de bem comum, nos termos da legislação em vigor, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida, e ainda, o objeto é fornecido comercialmente por mais de uma empresa no mercado;

15.4. Assim, entende-se que a modalidade de licitação deverá ser PREGÃO, preferencialmente eletrônico, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública.

15.5. Órgão Gerenciador – Secretaria Municipal de Administração.

15.6. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Certame vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, improrrogável nos termos do art.12 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

15.7. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações.

15.8. A adesão da presente Ata de Registro de Preços poderá ser realizada em conformidade com Art. 22 § 3º e 4º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018);

15.9. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da realização, desde que este serviço não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, conforme Art. 22 § 2º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

15.10. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos participantes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	ÓRGÃO GERENCIADOR SEMAD	ÓRGÃO PARTICIP. SEMED	ÓRGÃO PARTICIP. SEMAS	ÓRGÃO PARTICIP. SEMUS
01.	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	M^3	200	3.232	48	264

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. A apresentação de requisitos de qualificação técnica é um dos fatores que devem ser inseridos nos Termos de Referências e Editais de contratações da Administração Pública como forma complementar de garantir a prestação de um serviço. Bem assim, deverá conter no Edital a exigência de apresentação de:

16.1.1. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado/declaração de capacidade técnica, compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo, de modo satisfatório, serviços da mesma natureza ou similares aos da presente licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor.

17. DAS SANÇÕES

17.1. O licitante ou Beneficiário da Ata de Registro de Preços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, se for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores Estadual ou Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades:

17.2.1 Multa de:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis na substituição de produtos entregues com avarias ou com prazo de validade inferior ao exigido. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", do subitem 16.2.1., ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

17.3 A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com o Município de Anajatuba, poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

17.4 As multas previstas neste Edital, serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pela Contratante.

17.5 Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou ADJUCATÁRIO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura Municipal, sob pena de cobrança judicial.

17.6 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

17.7 A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

17.8 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

17.10. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

17.11. Nenhum pagamento será feito à empresa detentora do Registro, antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

18. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19. DO CONTRATO

19.1 O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.

19.1.1. Em conformidade com o art. 64 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, devidamente fundamentado no art. 9º da Lei nº 10.520/02, a administração convocará a empresa detentora do registro de preços, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato.

19.1.2. O prazo de convocação estipulado no item 19.1.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

19.2. O presente Termo de Referência, Edital e seus anexos, bem como a proposta da empresa licitante vencedora do certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

19.3. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as devidas justificativas.

19.4. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a contratada deixe de cumprir com quaisquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.

19.5. O contrato terá vigência de acordo com as condições estabelecidas na minuta do contrato, podendo ser celebrado a qualquer tempo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19.6. A prorrogação poderá ser admitida por iguais e sucessíveis períodos nos termos do Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente.

20. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

20.1. O julgamento das propostas será do tipo menor preço "por item".

21. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

21.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País (Real – R$).

21.2. Os preços e lances ofertados deverão possuir apenas duas casas decimais após a virgula (* ,xx)

21.2.1. Não será admitido no preço, o fracionamento de centavos que ultrapassarem duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

21.2.2. Somente serão aceitos os preços unitários e preços totais/globais que estiverem, após a fase de lance/negociação, iguais ou inferiores aos preços estimados/orçados por esta Administração Pública Municipal.

22. ADJUDICAÇÃO

22.1. A adjudicação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".

22.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

23. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

23.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luz da Lei nº10.520/2002, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

23.1.1. Habilitação jurídica;

23.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista;

23.1.3. Qualificação técnica;

23.1.4. Qualificação econômico-financeira;

23.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

24. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

24.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta no Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 9.488/2018, DECRETO MUNICIPAL N°. 029/2021, DECRETO MUNICIPAL N° 022/2021, DECRETO MUNICIPAL N° 023/2021, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e alterada pela demais normas pertinentes à espécie.

Anajatuba (MA), 22 de março de 2023

Matheus Reis dos Santos

MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de preços
Decreto nº 219/2022

Após análise, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a continuidade dos tramites legais para realização do procedimento licitatório, considerando que do mesmo constam os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Anajatuba – MA.

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 218/2022
Responsável pela Autorização do Termo de Referência

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Na qualidade de Órgão Participante, **DECLARO** para os devidos fins que estamos de acordo com o objeto e especificações constante no Termo de Referência elaborado pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Administração, sob a responsabilidade da Sra. Antônia do Espirito Santo Dutra Silva, Secretária Municipal de Administração do Município de Anajatuba/MA, o qual terá o apoio desta Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

Anajatuba - MA, 22 de março de 2023

AURISCILEY GUIA SAMPAIO
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Decreto nº 043/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Na qualidade de Órgão Participante, **DECLARO** para os devidos fins que estamos de acordo com o objeto e especificações constante no Termo de Referência elaborado pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Administração, sob a responsabilidade da Sra. Antônia do Espirito Santo Dutra Silva, Secretária Municipal de Administração do Município de Anajatuba/MA, o qual terá o apoio desta Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Anajatuba - MA, 22 de março de 2023

MARIA LUCILANDIA DOS SANTOS MENDES
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Decreto n° 239/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Antônio José da Guia, s/n, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Na qualidade de Órgão Participante, **DECLARO** para os devidos fins que estamos de acordo com o objeto e especificações constante no Termo de Referência elaborado pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Administração, sob a responsabilidade da Sra. Antônia do Espirito Santo Dutra Silva, Secretária Municipal de Administração do Município de Anajatuba/MA, o qual terá o apoio desta Secretaria Municipal de Saúde.

Anajatuba - MA, 22 de março de 2023

LUIS FERNANDO COSTA ARAGÃO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 042/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

DESPACHO

Ao Senhor,
GICIVALDO NUNES MACHADO
Controlador Municipal
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Assunto: Solicitação de exame de conformidade quanto a instrução processual.

Senhor Controlador,

Anexo ao presente, estamos encaminhando Processo administrativo **Nº 2023.02.01.0028,** que versa sobre a Seleção da proposta mais vantajosa visando o Registro de Preços, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, para apreciação e parecer de conformidade quanto a instrução processual até aqui já realizados.

Certo de sua atenção, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Anajatuba - MA, 22 de março de 2023

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PARECER DE CONFORMIDADE Nº 055/2023-CGM

Modalidade: Pregão – SRP
Critério de Julgamento: Menor preço "por item"
Processo Administrativo n°: 2023.02.01.0028
Objeto: Contratação de Empresa especializa no serviço de esgotamento/limpeza de fossa para atender as necessidades das secretarias do Município de Anajatuba/MA.

RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA

Recebidos e analisados os autos, encaminhados o presente Relatório destinado a embasar o ato de ratificação do processo pela autoridade Superior.

1. Dados gerais do processo administrativo

O processo administrativo foi autuado sob o número nº 2023.02.01.0028, no dia 01 de fevereiro de 2023, tendo como objeto a Contratação de Empresa especializa no no serviço de esgotamento/limpeza de fossa para atender as necessidades das secretarias do Município de Anajatuba/MA.

Autoridade Ordenadora da Despesa como órgão gerenciador para o processo é a Secretária Municipal de Administração, conforme Decreto Municipal nº 218/2022.

2. O desenvolvimento da fase interna

A fase interna é composta por uma sequência de atos administrativos praticados no âmbito do setor público. No intuito de auxiliar os órgãos do poder executivo na elaboração dos documentos necessários à correta instrução dos processos.

Instrui-se então que a fase interna deverá seguir a norma na seguinte ordem:

ANEXOS	DESCRIÇÃO	DATA	FOLHAS
I	Capa do processo administrativo;	01/02/2023	001
II	Termo de Abertura de processo;	01/02/2023	002
III	Solicitação de abertura de processo licitatório com Planilha com especificação dos serviços;	01/02/2023	003 - 004
IV	Aviso de intenção de Registro de Preços com planilha de especificações anexa e publicações;	09/02/2023	005 - 009
V	Manifestação de intenção de Registro de Preço como órgãos participantes;	15/02/23	010 - 019
	Despacho ao Órgão Gerenciador sobre intenção de registro de Preços;	06/03/2023	018
	Termo de aprovação das Manifestações;	06/03/2023	019
VI	Solicitação ao setor de compras para realização da pesquisa de preços;	14/03/2023	020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

VII	Pesquisa mercadológica;	21 a 22/03/23	021 – 025
	Despacho à Secretária de Administração com a justificativa de preços;	22/03/2023	026 – 027
VIII	Solicitação de dotação orçamentária;	22/03/2023	028
IX	Despacho da contabilidade à secretária de Administração, em resposta sobre a dotação orçamentária;	22/03/2023	029
X	Despacho ao Compras para elaboração do Termo de Referência;	22/03/2023	030
XI	Termo de Referência com aprovação e autorização pelo Ordenador de Despesa;	22/03/2023	031 – 043
XII	Termo de concordância como órgãos participantes;	22/03/2023	044 – 046
XIII	Solicitação de parecer de conformidade da controladoria.	22/03/2023	047

A Solicitação de contratação partiu da Secretaria Municipal de Administração, solicitando à Coordenadora do departamento de Compras providências necessárias para abertura de processo de contratação.

Acatando a solicitação do secretário, a coordenadora do setor de compras levou ao conhecimento das demais secretarias a intenção de registro de preços e iniciou o procedimento da pesquisa mercadológica por meio de pesquisa no banco de preços, onde cotou e chegou a uma média de valores. Se tratando que o referido Processo Administrativo é um Sistema de Registro de Preços, não há obrigatoriedade de informação da dotação orçamentária nessa fase dando continuidade ao processo na elaboração do Termo de Referência. Após os órgãos participantes emitirem os Termos de Concordâncias, o processo foi despachado para esta controladoria para emissão de parecer.

3. Conclusão

Considerando que o presente Parecer Técnico se propõe a subsidiar a Autorização para feitura da Licitação pelo Ordenador da Despesa; e considerando não haver falhas de natureza material ou formal nos autos, a Controladoria opina pela continuidade do processo em epígrafe, cabendo, no entanto, à autoridade competente, a avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

É o parecer.

Anajatuba/MA, 24 de março de 2023.

Gicivaldo Nunes Machado
Controlador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

AUTORIZAÇÃO

A Sra.
NAIARA BARBOSA PEREIRA.
Presidente da Comissão de Licitação - CPL
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO VISANDO A EFETIVAÇÃO, NA FORMA DA LEI, DA DESPESA CONSTANTE NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2023.02.01.0028.

Senhora Presidente,

Na qualidade de Secretaria Municipal de Administração, encaminho os autos do processo até aqui realizados e AUTORIZO a esta CPL para que seja instaurado feitura de licitação pública, na modalidade Pregão do tipo Menor Preço por item, tendo por objeto a **Seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa especializada no Serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA**, de acordo com o disposto na Lei Federal nº10.520/2002, Decreto Federal Nº10.024/19, regulamentada pelo Decreto Municipal nº022/2021, Lei Complementar n°123/2006 e alterações dadas pela Lei Complementar n°147/2014 e aplicando-se subsidiariamente no que couberem a Lei Federal nº8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

Em conformidade com as atribuições legais da CPL disposto na portaria nº003/2022, Art. 4º § II, despacho os autos do processo, para que seja enviado a assessoria jurídica para parecer e aprovação, as minutas do edital e contrato após sua elaboração.

Após a aprovação, determino para que seja designado a uma das comissões de licitação vigente, dentro do Departamento de Licitação e Contratos, ao qual terão competência para conduzir e coordenar a sessão Pública até a sua conclusão, que ao fim deverão encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Na designação da comissão deverá ser observado a distribuição de forma igualitária, alternado e aleatoriamente.

Agradecendo a atenção que este pleito demandará a vossa senhoria, renovo protestos de respeito e consideração.

Anajatuba - MA, em 24 de março de 2023.

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretaria Municipal de Administração
Decreto nº 218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Ao Senhor
THIAGO MENDES DA SILVA
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Assunto: Termo de designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio para atuação em Licitação Pública, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme Decreto Municipal nº 029/2021, Decreto Municipal nº 022/2021, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Federal nº 7.892/2013.

Senhor Pregoeiro e Equipe de Apoio,

Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de minhas atribuições legais, que me foram conferidas através da Portaria nº 001/2023;

RESOLVE:

Designar a Equipe do Pregão composta pelo Sr. THIAGO MENDES DA SILVA (Pregoeiro), Sr. MAURÍCIO RODRIGUES PEREIRA e Sra. FRANCIONE DE MARIA PEREIRA MARTINS DE ARAÚJO (Membros da Equipe de Apoio), nomeados por meio da Portaria nº 003/2023 para atuarem no Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com a finalidade de proceder com o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.

ENCAMINHO os autos para conhecimento e devidas providências necessárias para prosseguimento com o processo de contratação.

Anajatuba/MA, em 28 de março de 2023

Naiara Barbosa Pereira
NAIARA BARBOSA PEREIRA
Presidente da CPL
Portaria nº 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

JUNTADA DE PORTARIA

Junto aos autos do Processo Administrativo Nº **2023.02.01.0028/2023** na modalidade Pregão Eletrônico, o ato de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Anajatuba - MA, 11 de julho de 2023.

THIAGO MENDES DA SILVA
Pregoeiro
Portaria nº 003/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PORTARIA Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2023.

Designa Pregoeiros e equipe de apoio para atuarem em licitações na modalidade Pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA e dá outras providencias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a adoção, pela Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, da modalidade denominada Pregão, instituída pela Lei 10.520 de 17 julho de 2002.

CONSIDERANDO ainda a necessidade de observar os requisitos da fase introdutória da modalidade Pregão, dentre eles, a nomeação do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, conforme dispõe o art. 3, inciso IV da Lei Federal 10.520/2020.

RESOLVE:

Art.1º - Designar o servidor **THIAGO MENDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Pregoeiro Municipal, portador do RG nº. 00009584119988 SESEP/MA, e CPF/MF N'°. 010.291.963-11, para exercer a função de Pregoeiro que será responsável pela condução dos trabalhos dos Pregões.

Art.2º - Designar os servidores **MAURÍCIO RODRIGUES PEREIRA, Membro da CPL,** brasileiro, solteiro, servidor comissionado, portador do RG sob nº 0268094120033-SESEP/MA e CPF sob nº 077.074.033-20 e **FRANCIONE DE MARIA PEREIRA MARTINS ARAÚJO, Membro da CPL,** brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG sob nº 000048699195-4-SSP/MA e CPF sob o nº 786.663.093-34 para comporem a Equipe de Apoio, que prestara necessária assistência ao Pregoeiro.

Art. 3º - O pregoeiro e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, tem a função de realizar os processos licitatórios relativos às licitações públicas na modalidade Pregão na forma presencial e/ou eletrônica, e, praticar demais atos sob a égide da Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como demais legislações e instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão que tratem a matéria.

Art. 4º - Cabe ao pregoeiro à condução do pregão e á equipe de apoio auxiliá-la em todas as fases do processo licitatório.

Art. 5º - Ao pregoeiro caberá, em especial:

I - Conduzir a sessão Pública;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimento ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

III - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - Verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - Receber, examinar e decidir os recursos, e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VII - Indicar o(s) vencedor(s) do certame;

IX - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio, e,

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único - O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 6º - Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Art. 7º- Os servidores mencionados nesta portaria desempenharão as suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Art. 8º - Todos os trabalhos do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio deverão ser registrados nas atas, devidamente assinadas e arquivadas no setor competente.

Art. 9º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dá-se Ciência, publique-se, Cumpra-se.

HÉLDER LOPES ARAGÃO
Prefeito Municipal

VI - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - Receber, examinar e decidir os recursos, e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

Pref. Anajatuba-MA
Folha 055
Rúbrica

VII - Indicar o(s) vencedor(s) do certame;

IX - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio, e,

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único - O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 6º - Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Art. 7º- Os servidores mencionados nesta portaria desempenharão as suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Art. 8º - Todos os trabalhos do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio deverão ser registrados nas atas, devidamente assinadas e arquivadas no setor competente.

Art. 9º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dá-se Ciência, publique-se, Cumpra-se.

HÉLDER LOPES ARAGÃO - Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - PORTARIA N° 003/2023

PORTARIA Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2023.

Designa Pregoeiros e equipe de apoio para atuarem em licitações na modalidade Pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA e dá outras providencias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a adoção, pela Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, da modalidade denominada Pregão, instituída pela Lei 10.520 de 17 julho de 2002.

CONSIDERANDO ainda a necessidade de observar os requisitos da fase introdutória da modalidade Pregão, dentre eles, a nomeação do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, conforme dispõe o art. 3, inciso IV da Lei Federal 10.520/2020.

RESOLVE:

Art.1º - Designar o servidor **THIAGO MENDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Pregoeiro Municipal, portador do RG nº. 00009584119988 SESEP/MA, e CPF/MF N'º. 010.291.963 -11, para exercer a função de Pregoeiro que será responsável pela condução dos trabalhos dos Pregões.

Art.2º - Designar os servidores **MAURÍCIO RODRIGUES PEREIRA**, **Membro da CPL,** brasileiro, solteiro, servidor comissionado, portador do RG sob nº 0268094120033 -SESEP/MA e CPF sob n° 077.074.033-20 e **FRANCIONE DE MARIA PEREIRA MARTINS ARAÚJO**, **Membro da CPL,** brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG sob nº 000048699195 -4-SSP/MA e CPF sob o nº 786.663.093-34 para comporem a Equipe de Apoio, que prestara necessária assistência ao Pregoeiro.

Art. 3º - O pregoeiro e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, tem a função de realizar os processos licitatórios relativos às licitações públicas na modalidade Pregão na forma

Assinado eletronicamente por: Rodrigo de Sousa Fernandes - CPF: ***.380.333-** em 09/01/2023 16:09:04 - IP com n°: 192.168.10.122
Autenticação em: www.anajatuba.ma.gov.br/diariooficial.php?id=604

presencial e/ou eletrônica, e, praticar demais atos sob a égide da Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como demais legislações e instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão que tratem a matéria.

Art. 4º - Cabe ao pregoeiro à condução do pregão e á equipe de apoio auxiliá -la em todas as fases do processo licitatório.

Pref. Anajatuba-MA
Folha 056
Rúbrica

Art. 5º - Ao pregoeiro caberá, em especial:

I - Conduzir a sessão Pública;

II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimento ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

III - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - Verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - Receber, examinar e decidir os recursos, e encaminhá -los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VII - Indicar o(s) vencedor(s) do certame;

IX - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio, e,

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único - O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 6º - Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Art. 7º- Os servidores mencionados nesta portaria desempenharão as suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Art. 8º - Todos os trabalhos do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio deverão ser registrados nas atas, devidamente assinadas e arquivadas no setor competente.

Art. 9º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dá-se Ciência, publique-se, Cumpra-se.

HÉLDER LOPES ARAGÃO - Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - LEIS - LEI Nº 595/2022

Lei nº 595/2022

REVOGA, ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL Nº. 441/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, no uso de suas atribuições legais, consoante ao que determina a inteligência do art. 158, inciso II, da Constituição do Estado do 1'1aranhão, bem como a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a Seguinte Lei. Art. 1º O art. 18 da Lei Municipal nº 441/2013, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 18. A estrutura técnico-administrativa do Instituto Municipal de Aposentadoria e Pensões de Anajatuba/MA, compõem -se dos seguintes órgãos. I - Conselho de Administração; II - Diretoria Executiva; III - Conselho Fiscal e IV - Comitê de Investimento". "Art. 18-A. O Comitê de Investimento do Instituto Municipal de Aposentadoria e Pensões de Anajatuba/MA, que atuará junto ao Conselho de Administração, é órgão financeiro do Fundo e reger-se-á por ato normativo a ser expedido pelo poder executivo, devendo atender no mínimo os seguintes requisitos: a) que seus membros mantenham vínculo com o ente federativo ou com o RPPS, na qualidade

Assinado eletronicamente por: Rodrigo de Sousa Fernandes - CPF: ***.380.333-** em 09/01/2023 16:09:04 - IP com nº: 192.168.10.122
Autenticação em: www.anajatuba.ma.gov.br/diariooficial.php?id=604

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, autuo o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, THIAGO MENDES DA SILVA, Pregoeiro Municipal, o subscrevo.

DA LICITAÇÃO:

- Processo Administrativo Nº 2023.02.01.0028/2023
- Modalidade: Pregão Eletrônico
- Requisitante: Secretaria Municipal de Administração - SEMAD
- Órgãos Participantes: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer – SEMED; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.
- Tipo de Licitação: Menor preço por item.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Fundamenta-se na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal Nº 10.024/19, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 029/2021, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 022/2021 e o que couber a Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes à espécie.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

Seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.

ESTIMATIVA DO VALOR:

O preço considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base em pesquisas de preços habituais, celebrados em âmbito público e pesquisas baseadas em preços praticados no mercado, de acordo com a Instrução Normativa 073/2020 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, portanto, estima-se o valor de **R$ 608.699,52 (Seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).**

Anajatuba - MA, em 11 de jullho de 2023.

THIAGO MENDES DA SILVA
Pregoeiro
Portaria nº 003/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Ao Senhor
ANDRÉ LUIS MENDONÇA MARTINS
Procurador Municipal
Prefeitura Municipal de Anajatuba

Senhor Procurador,

Estamos encaminhamos em anexo a essa egrégia assessoria jurídica os autos do processo administrativo nº **2023.02.01.0028/2023**, juntamente com a minuta do edital e contrato, para análise e parecer jurídico, tendo como objeto a seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, nos termos do parágrafo único, do Art. 38, Inciso VI da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Sem mais, para o momento, agradecemos e subscrevemo-nos.

Anajatuba/MA, 11 de julho de 2023.

THIAGO MENDES DA SILVA
Pregoeiro
Portaria nº 003/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

MINUTA DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº___/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO ABERTA, DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO.

REGIDO PELA LEI FEDERAL N°.10.520/02, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/19, DECRETO MUNICIPAL N°.023/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº Nº2023.02.01.0028/2023	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº___/2023**
ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração - SEMAD	**ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** • Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer – SEMED • Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMAS • Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO "POR ITEM"	**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO:
Seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II** do Presente Edital.

O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, site: http://www.portaldecompraspublicas.com.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Início: **//2023 - Término: **/**/2023, às **:**hs (Horário de Brasília)**
SESSÃO PÚBLICA: **//2023, às **:**h (Horário de Brasília)**
Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

DIA: Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira
HORÁRIO: das 08:00hs às 12:00hs (horário local).

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Anajatuba, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, Cep:65.490.000, Anajatuba/Maranhão. E-mail para contato com a CPL: cpl@anajatuba.ma.gov.br

O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico: www.anajatuba.gov.br

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: **THIAGO MENDES DA SILVA** Portaria. nº003/2023 E-mail: thiago.pregoeiro@anajatuba.ma.gov.br	Este instrumento contém: Edital e seus anexos com **64 (sessenta e quatro)** páginas, incluindo esta, numericamente ordenadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

MINUTA DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ___/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

DISPUTA ABERTA

"LICITAÇÃO ABERTA, DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO"

O MUNICÍPIO DE ANAJATUBA-MA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às ****:** hrs, do dia **/**/2023**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento do tipo menor preço "POR ITEM", sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, (serviço), nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/19, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal n°.023/2021 e n° 022/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

A Presente Licitação reger-se-á pelas disposições da LEI FEDERAL Nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal n°. 023 de 06 de janeiro de 2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, e demais normas aplicáveis ao procedimento licitatório em epígrafe.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando á autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente Instruído à autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste edital e as constantes no sistema portal de compras públicas, prevalecerão as descritas neste edital.

1. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. O presente Pregão tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, conforme descrito neste Edital

e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II do Presente Edital**.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do Item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe a Instrução Normativa n° 73/2020 da **SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**, com base em pesquisas de preços realizadas no mercado. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **R$ 608.699,52 (Seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).**

1.5. A Pesquisa de preços realizada pelo setor de Compras encontra-se disponível na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no endereço mencionado no preâmbulo do presente Edital.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentário, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 022/2021, e Decreto Federal n°. 7.892/2013, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes, que poderão advir do presente procedimento licitatório. No entanto, para efeito de classificação orçamentária, seguem as rubricas informadas pelo setor contábil, com vigência para o exercício em curso:

2.2. Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

3.1.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.7. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);

3.2.8. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCUPlenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

3.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará **"sim" ou "não"** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.3.1.1. A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

3.3.1.2. Para a verificação da fraude prevista no subitem anterior, a Prefeitura Municipal de ANAJATUBA poderá realizar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício anterior e/ou outros demonstrativos contábeis/documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, por fotocópias devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da

MINUTA

licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, às exigências da LC nº 123/2006.

3.3.1.3. Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

3.3.1.4. A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise.

3.3.1.5. Para fins de definição do "último exercício social" da DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, nos termos do que fixa o Art. 16, §4º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018.

3.3.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.3.2. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

3.3.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. Para fins de participação nesta licitação, serão aceitas as declarações e propostas de preços (inicial ou final-adequada) que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

3.6.1. A validação da assinatura eletrônica será realizada através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio https://verificador.iti.gov.br, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

3.6.2. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 3.6 e 3.6.1 acima, o documento assinado eletronicamente deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação de proposta de preços ou inabilitação (conforme a fase), apresentar o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICPBrasil.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

4.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sitio www.portadecompraspublicas.com.br

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, á correção ou á alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.

5.2 O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

5.2.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

5.2.3. A proposta anexada ao sistema, de que trata no item acima deve contemplar obrigatoriamente todos os dados do licitante.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF ou Sisitema de cadastramento próprio do municipio – CRC Municipal, conforme decreto Municipal nº102/2021.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art, 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 Além do envio da proposta por meio eletrônico de que trata o item 5.1 do edital o licitante tambem deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

MINUTA

6.1.1. Quantidade ofertada;

6.1.2 Valor unitário do item;

6.1.3 Valor unitário do Item;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações compatíveis com a especificação do Termo de Referência: indicando marca/modelo, fabricante prazo de validade ou de garantia, se for o caso.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na **execução do objeto.**

6.4 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão de controle competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta cadastrada no sistema que identifique o licitante. (A proposta anexada ao sistema, de que trata o item **5.1** deste edital deve ser identificada sob pena de desclassificação da proposta).

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4.1 Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o(a) Pregoeiro(a) e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo)**.

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

MINUTA

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à autoridade/órgão competente;

7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempos superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço "POR ITEM"**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

MINUTA

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, se for o caso.

7.27.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

7.27.1.1 produzidos por empresas brasileiras;

7.27.1.2 produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
7.27.1.3 produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27.1.4. Produzidos no país.

7.28. Persistindo o empate entre propostas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e depois da verificação de possível empate, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das prevista deste Edital.

7.29.1 A negociação será realizada por meio do sistema, as licitantes terão prazo maximo de 30 minutos para negociação, após ser convocada, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2 O pregoeiro solicitará ao(s) licitante(s) melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

> 7.29.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.
>
> 7.29.2. O não envio da proposta ajustada por meio do sistema eletrônico com todos os requisitos elencados no ANEXO I do edital, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, facultada a administração da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

MINUTA

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos da legislação vigente, que:

8.2.1 Não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.2.2 Contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.3 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.2.4 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.4.1 A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

8.2.4.2 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.2.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitário ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.3.1 A inobservância do prazo fixado pelo(a) Pregoeiro(a) para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a recusa da proposta.

8.4 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo Item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta comercial,

não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5.1 Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, ou outro documento pertinente e não elencada acima, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3 O detentor da melhor proposta poderá ser instado a apresentar amostra do produto ofertado na forma estabelecida no Termo de Referência, no prazo máximo de 48hs (quarenta e oito horas), contados a partir da requisição do Pregoeiro, sob pena de desclassificação, com o objetivo de conferir a especificação e ausência de falhas no produto.

8.6.3.1 A amostra será requisitada somente da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, na fase de aceitação de propostas.

8.6.3.2 Será rejeitada a amostra, e consequentemente a proposta, que não atender as disposições previstas no Termo de Referência.

8.6.3.3 A análise da amostra poderá ser acompanhada pelos licitantes ou seus representantes legais, quando prévia e formalmente requerida pelo interessado.

8.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) arrematante(s) não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a

MINUTA

aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.4 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destaca-se **ainda** a proposta comercial readequada com o valor final ofertado.

8.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previsto no **item 7.29**.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.11. A empresa deverá apresentar junto com a proposta comercial catálogo com a descrição técnica das estações de radiocomunicação solicitadas, sob pena de desclassificação imediata.

8.14. A proposta em desacordo ao edital ou na falta de qualquer documentação solicitada neste implica em desclassificação imediata.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: a) SICAF, quando for o caso;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas
"b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro

MINUTA

lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

> 9.3.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3°, da Lei 8.666/1993 não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro, conforme entedimento do Acórdão TCU 1211/2021. Devendo o pregoeiro conferir oportunidade para saneamento, admitindo a juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferentes números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto do **item 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.9.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.9.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.9.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.9.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

MINUTA

9.9.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.9.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.1.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.1.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.1.3. As Demonstrações Contábeis exigidas neste edital compreendem: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) e Comprovação de Índices contábeis;

9.10.2. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\textbf{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.10.3. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez porcento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.

9.10.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.10.4.1 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.10.4.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.10.4.3 Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.10.4.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.10.5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.10.6. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

9.10.7. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.

9.10.8. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.10.8.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11.1. Entre as obrigações técnicas, e, objetivando garantir que os proponentes interessados em executar os serviços aos entes públicos, sejam empresas idôneas devidamente fiscalizadas, bem como assegurar que a qualidade de seus serviços que estejam de acordo com as normas técnicas necessárias, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

a) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, COMPROVANDO que a licitante executou ou executa serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

9.11.1.1. A licitante deverá comprovar sua capacitação técnico-operacional através de um ou mais atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu, de forma satisfatória, as manutenções e serviços vinculados com características semelhantes às do objeto desta licitação.

9.11.1.2. As empresas de forma facultativa poderão apresentar juntamente com o(s) atestado(s) de capacidade técnica, cópias dos contratos com suas planilhas e respectivas notas ficais evitando a possível abertura de diligências.

9.11.1.3 A Prefeitura Municipal de ANAJATUBA (MA) se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.12. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:

a) Alvará de Localização e Funcionamento. (facultativo).

9.12.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

9.12.1. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

MINUTA

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no **"chat"** a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que, após diligência pelo pregoeiro, não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor unitário em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço unitário, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso,

MINUTA

concederá o prazo de no mínimo **trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado a autoridade superior com competência para decidir recursos, para a decisão final no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.5. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

11.5.1. O não conhecimento do recurso não impede o seu acolhimento na qualidade de petição.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

MINUTA

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12.3. Na sessão de reabertura do pregão, O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem de classificação, para que seja obtido preço melhor.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após a homologação do resultado da presente licitação, o Município de ANAJATUBA (MA), através do Órgão Gerenciador, convocará a(s) empresa(s) adjudicatária(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da Notificação.

14.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.3 - É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não apresentar situação regular no ato da Assinatura da Ata de Registro de Preços, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital, observado o disposto no subitem 14.8.

14.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os produtos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

14.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na

sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3° da Lei n° 8.666, de 1993.

14.6. A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada ao presente Edital, inclusive a seus demais anexos, em todas as suas cláusulas, e às Propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, ao Decreto Municipal nº022/2021, Decreto Federal n°. 7.892/13, alterado pelo Decreto n° 8.250/14, à Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e a toda a legislação pertinente.

14.7. **A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses**, a partir do cumprimento dos requisitos de publicidade oficial, e estará integralmente condicionada às cláusulas deste Edital, independentemente de transcrição.

14.8. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação.

14.9. A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

14.10. O registro a que se refere o item 14.5.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Decreto Federal n° 7.892/13.

14.11. Se houver mais de um licitante que aceitar cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem do último lance apresentado durante a fase competitiva.

14.12. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

14.13. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

14.13.1 A Prefeitura Municipal de ANAJATUBA adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para os serviços registrados, nas mesmas condições de execução.

14.13.2 Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

14.13.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no Art. 65 da Lei nº8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

14.13.4. A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

MINUTA

14.13.5. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão.

14.13.6. Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

14.13.7. A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

14.13.8 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.13.9. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.13.10. Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

14.13.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento/ordem de serviço;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

14.13.12 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.14. DOS USUÁRIOS

14.14.1. Nos termos do art. 22 do Decreto nº7.892/2013, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com as condições e as regras estabelecidas na legislação aplicável à matéria.

14.14.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços;

14.14.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.14.1.3. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador. Após a autorização do órgão gerenciador, o "carona" deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

14.14.1.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.14.2 Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar os produtos registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, podendo valer-se de outros meios legais para adquiri-los, observado o disposto neste edital e seus anexos.

14.14.3 É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento/serviços, quando, na hipótese de que trata o **subitem 14.14.2**, do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

14.15. DO CANCELAMENTO

14.15.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) - descumprir as condições da ata de registro de preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;

b) - não assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

e) - forem observadas razões de interesse público, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovadas;

14.15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras "a", "b" e "d" deste item, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.15.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) - por razão de interesse público; ou

MINUTA

b) - a pedido do fornecedor.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL E GARANTIA DOS BENS

15.1. As regras acerca da garantia contratual são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. As regras acerca da subcontratação são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Quando da existência de demanda para os produtos registrados, o Município de ANAJATUBA/MA, por meio da SECRETARIA REQUISITANTE, convocará o detentor do preço registrado para a assinatura do contrato **(Anexo IV)** que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis, prazo este que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Contratante.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas a Prefeitura Municipal de ANAJATUBA/MA para que este delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.

17.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.5. O prazo de vigência da contratação é o previsto no Termo de Referência, **Anexo II** do presente Edital.

17.6. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n° 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6°, III, da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.6.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor estiver inscrito no SICAF, deste poderá ser dispensada a documentação abrangida pelo referido cadastro.

17.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

19. DA ENTREGA, RECEBIMENTO DO OBJETO E DA ACEITAÇÃO

19.1. Os critérios de entrega, recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, bem como na Minuta do Contrato.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, bem como na minuta do contrato, anexos a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, causar o atraso na execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, declarar informações falsas, e cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de ANAJATUBA/MA, e será descredenciado no Sicaf, e do sistema de cadastramento municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa.

22.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas

isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades, além das estabelecidas no termo de referência:

22.2.1 Multa de ATÉ:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis na substituição de produtos entregues com avarias ou com prazo de validade inferior ao exigido. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", do subitem 22.2.1., ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

22.3 A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com o Município de ANAJATUBA – MA, poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

22.4 As multas previstas neste Edital, serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pela Contratante.

22.5 Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou ADJUCATÁRIO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura Municipal, sob pena de cobrança judicial.

22.6 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

22.7 A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

22.8 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

22.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores municipal e no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o

MINUTA

licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

22.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Municipio de Anajatuba-MA, observado o princípio da proporcionalidade.

22.11. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

22.12. Nenhum pagamento será feito à empresa contratada, antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

23. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

23.1. Os critérios de controle e fiscalização do objeto estão previstos no Termo de Referência, anexo II deste Edital.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. A republicação do edital somente não será realizada se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.

24.7. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data do recebimento do pedido e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão divulgadas no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e vincularão os participantes e a administração, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

MINUTA

24.10. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

24.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

24.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

25. DAS AMOSTRAS

25.1. O Pregoeiro poderá solicitar do(s) licitante(s) provisoriamente classificado em 1º lugar, a apresentação de amostra(s) do(s) serviços/produto(s) cotado(s) à Administração Municipal, no prazo e demais condições previstas no Termo de Referência, anexo II deste Edital.

25.2. Caso a(s) amostra(s), da (s) empresa(s) que ofertou(ram) o menor preço não seja(m) compatível(is) com o objeto da licitação, será(ão) desclassificada a licitante por incompatibilidade do produto ofertado com as especificações do edital.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. Fica assegurado à Administração Municipal o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

26.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se- á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

26.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.11. Qualquer marca mencionada nas descrições dos itens constantes na planilha orçamentária a que se refere o Referência, servirá apenas como referência para julgamento e/ou classificação, podendo a licitante cotar, em sua proposta, produto de marca "similar", ou de "qualidade equivalente".

26.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Termo de Referência e seus anexos.

26.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://www.anajatuba.ma.gov.br/ e cpl@anajatuba.ma.gov.br/, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de ANAJATUBA – MA, sito à Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período 'no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.14. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no **subitem 26.13**, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

26.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Anajatuba - MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
26.16.1. ANEXO I - Modelo de Proposta;
26.16.3. ANEXO II - Termo de Referência e seus anexos;
26.16.4. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços
26.16.5. ANEXO IV - Minuta do Termo de Contrato.

Anajatuba/MA, __ de _____ de 2023.

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº218/2022

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº___/2023

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA
PREFEITURA MUNICIPAL ANAJATUBA/MA
Rua Benedito Leite, 868, Centro-Anajatuba/MA.

Referente: Pregão Eletrônico nº___/2023

Senhor Pregoeiro,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
Razão Social
CNPJ:
Endereço:
Valor Total da Proposta: R$.....(.....)

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	PREÇOS R$	
				UNT.	TOTAL
1					

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
3. PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS:
4. VALIDADE DOS SERVIÇOS:
5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO/REPARO DOS SERVIÇOS:
6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Nome, RG, CPF, Endereço).

_____
(local e data)

_____
(Nome e assinatura do responsável da empresa)

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº___/2023

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Seleção da proposta mais vantajosa visando o Registro de Preços, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/ LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 CONSIDERANDO que o Município de Anajatuba – MA não possui estrutura de rede coletora de esgoto para atender a população e que o destino de todo o esgoto da cidade se dá por meio de fossa, que recebe e armazena os resíduos por um determinado período de tempo;

2.2 CONSIDERANDO que o prédio da Prefeitura Municipal de Anajatuba, assim como os demais prédios públicos vinculados a Secretaria Municipal de Administração, destina seu resíduo de esgoto em fossas e que essas necessitam ser esvaziadas com o decorrer do tempo;

2.3 CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Administração não possui caminhão limpa fosse para prestar o serviço de esvaziamento/esgotamento de fossa e que esse tipo de serviço necessidade de empresa especializada, haja visto se tratar de um serviço delicado e que deve ser realizado de acordo com todas as boas normas e legislações vigentes, dando um destino final adequado aos resíduos recolhidos;

2.4 CONSIDERANDO que a não realização dos serviços supracitados periodicamente ocasiona transtornos, como: transbordo de dejetos, mau cheiro, e problemas para a saúde pública e dos usuários do serviço público, razão pela qual se faz necessário a contratação do referido serviço;

3. VALOR MÉDIO:

3.1. O preço considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base em pesquisas de preços habituais, celebrados em âmbito público e pesquisas baseadas em preços praticados no mercado, de acordo com a Instrução Normativa 073/2020 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Foi estimado o valor total de **R$ 608.699,52 (Seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).**

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

4.1. As especificações e quantitativos dos materiais a serem adquiridos, e demais exigências são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. De Medida	Unid	QTD.	Valor Unit.	Valor Total
01	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	m^3	Serv.	3.744 m^3	R$ 162,58	R$ 608.699,52

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M^3
01	Prefeitura Municipal de Anajatuba – MA	Rua Benedito Leite, n°868, Centro.	110 m^3
02	Setor de Transporte	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	12 m^3
03	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Publicas	Rua Regino Rodrigues de Paula, s/n, Centro.	12 m^3
04	Secretaria Municipal de Agricultura	Rua Magalhães de Almeida, s/n, Centro.	12 m^3
05	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca	Rua Antônio José da Guia, n°23. Bairro São Benedito.	12 m^3
06	Almoxarifado Central	Rua 5 de janeiro, n°16, Bairro São Benedito.	18 m^3
07	Central da Cidadania	Rua da Rodagem, s/n, Centro.	12 m^3
08	Quartel de Policia	Rua Manuel Mendonça, s/n Centro.	12 m^3

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M^3
01	U.I. CHAPEUZINHO VERMELHO	RUA BENEDITO LEITE, S/N, CENTRO.	157 M^3
02	U.I. COMECINHO DE VIDA	RUA NINA RODRIGUES, S/N, CENTRO.	200 M^3

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

03	U.I. MARIA RABELO BOGÉA	RUA WALTRUDES MARINHO DE PAULA, S/N, CENTRO.	200 M³
04	E.M. MARIA CIRENA VERDE	RUA WALTRUDES MARINHO DE PAULA, S/N, CENTRO.	200 M³
05	U.I. N. SRA. DA CONCEIÇÃO	LIMIRIQUE	75 M³
06	U.I. ADALGISA MENDONÇA LOPES	POVOADO OLHO DÁGUA	175 M³
07	U.I. PEDRO CELESTINO ARAGÃO	POVOADO PICADA	175 M³
08	U.I. MARCOS DUTRA MENDONÇA	POVOADO BACABAL	175 M³
09	U.I. PROF. SEBASTIÃO MARINHO DE PAULA	POVOADO AFOGA	175 M³
10	U.I. EUDÂMIDAS PINHEIRO LOPES	POVOADO PERIMIRIM	175 M³
11	E. M. MARIA OLIVEIRA BOGÉA	POVOADO ROSÁRIO	75 M³
12	E.M. EUSA CORREA DOS SANTOS	POVOADO CUMBÍ	75 M³
13	E. M. JOSÉ DO PATROCÍNIO	POVOVADO MORRO GRANDE	75 M³
14	E.M. DRA. MARIA JOSÉ ARAGÃO	POVOADO TESO DAS PALMEIRAS	75 M³
15	E.M. PREFEITO TEODORO PEREIRA	POVOADO SÃO PEDRO	75 M³
16	E.M. PADRE MIGUEL RABÊLO	POVOADO LADEIRA	125 M³
17	E.M. POETA JOÃO DO VALE	POVOADO RIBEIRÃO	75 M³
18	U.I. PADRE CHIQUINHO	POVOADO FLORES	125 M³
19	E.M. EPIFÂNIO CARNEIRO DA CUNHA	POVOVADO CARRO QUEBRADO	200 M³
20	E.M. JESUS, MARIA E JOSÉ	POVOVADO PONTA BONITA	75 M³
21	E.M. PAULO VI	POVOVADO FRADES	75 M³
22	U.I. ANTONIO RAIMUNDO PINHEIRO	POVOVADO SÃO JOÃO DA MATA	125 M³
23	U.I. PROF. JOÃO FONSECA	POVOADO QUELUZ	200 M³
24	E.M. PADRE CUNHA SANCHES	POVOVADO CANGAPARA	75 M³
25	E.M. CORAÇÃO DE JESUS	POVOVADO PALMARES	75 M³

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M³
01	CASA DAS DIRETORIAS	TV. SÃO RAIMUNDO II, S/N, CENTRO.	12 m³
02	CASA DOS CONSELHOS	RUA MIGUEL MORENO DA CRUZ, N°18, CENTRO.	12 m³

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

03	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	RUA MAGALHÃES DE ALMEIDA, S/N, CENTRO.	12 m³
04	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	RUA REGINO RODRIGUES DE PAULA 10, S/N, CENTRO.	12 m³

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA DE SAUDE

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M³
01	IMUNIZAÇÃO DO MUNICIPIO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	24 M³
02	POSTO DE SAUDE GENESIO REGO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	24 M³
03	SECRETARIA DE SAÚDE	Rua Antônio José da Guia, s/n, Centro.	12 M³
04	UBS – SÃO RAIMUNDO	Rua Magalhães de Almeida, s/n, Centro.	12 M³
05	UBS – LIMIRIQUE	Rua Victor Lobato, s/n, Bairro Limirique.	12 M³
06	UBS – MARIA FREIRE	Avenida João Pereira de Aragão, s/n, Centro.	12 M³
07	UBS – SANTA LUZIA	Povoado Boca do Caminho	12 M³
08	UBS – MARIA DE RIBAMAR	Povoado Bacabal	12 M³
09	UBS – OLHO D'ÁGUA	Povoado Olho D'Água	12 M³
10	UBS – SÃO PACOMIO DO AFOGA	Povoado Afoga	12 M³
11	UBS – ROMÃO MARTINS SAMPAIO	Povoado Quebra	12 M³
12	UBS – PICADA	Povoado Picada	12 M³
13	UBS – JOÃO SOARES	Povoado São João da Mata	12 M³
14	UBS – QUELUZ	Povoado Queluz	12 M³
15	UBS – FRANCISCA DE JESUS SILVA	Povoado Perimirim	12 M³
16	UBS – IDALINA FERREIRA ABREU	Povoado Cumbi	12 M³
17	HOSPITAL MUNICIPAL DR NILTON DA SILVA LIMA FILHO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro	48 M³

MINUTA

5. FONTE DE RECURSO:

5.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentário, conforme dispõe o **Decreto Municipal nº022/2021**, e **Decreto Federal n°.7.892/2013**, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos

respectivos contratos ou instrumentos equivalentes que poderão advir do presente procedimento licitatório.

5.2 Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.2. Os proponentes concorrentes devem apresentar como habilitação, comprovação através de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

7. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

7.1. Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência.
7.2 Utilização sustentável dos recursos financeiros desta Prefeitura, alocando somente o necessário para cada aquisição.
7.3. Aquisição de serviços de qualidade.

8. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

8.1. A forma da realização dos serviços, será mediante apresentação de requisição própria do executor do contrato da Prefeitura Municipal de Anajatuba – MA, em 01 (uma) via, devendo conter carimbo e devidamente assinada por servidor autorizado, contendo os seguintes dados:

a) Secretaria Municipal Requisitante;
b) Informar a quantidade dos serviços;
c) Informar o valor referente a cada serviço;
d) Informar a data da realização dos serviços;
e) Assinatura do funcionário da empresa;

8.2. A empresa deverá seguir rigorosamente os horários determinados, para que não haja prejuízo aos trabalhos das secretarias.

8.3. A prefeitura não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos;

9. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços serão realizados de conforme a necessidade das Secretarias

MINUTA

solicitantes, por escrito aos respectivos responsáveis, que indicará o local, onde os serviços serão executados.

9.2. O prazo para execução de cada etapa dos serviços em tela será de até **03 (três) dias** corridos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

10. RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

10.1. Secretaria Municipal de Administração.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O cumprimento das obrigações constantes da licitação será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo Gestor de fiscalização de contratos da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, ou, em seus impedimentos legais, por seu substituto eventual, representando a Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA.

11.2. O representante da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a realização dos serviços, objeto deste Termo de Referência, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Após aceitação e ateste da realização definitiva dos serviços efetuado na Nota Fiscal, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a realização dos serviços, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e das Certidões de Regularidade Fiscal: Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de Regularidade perante a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débitos e da Dívida Ativa Estadual; Prova de Regularidade perante a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

13.1. Caberá a contratante:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

b) permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços adquiridos;

c) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o contrato;

d) proceder ao pagamento do contrato dentro do prazo estabelecido;

e) proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da realização dos serviços atestados.

f) Aplicar as penalidades contratuais, quando for o caso.

g) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação;

h) Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

i) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Além dos casos comuns, implícitos ou expressos no Contrato, nas especificações e nas leis aplicáveis à espécie, cabe exclusivamente à Contratada:

a) Manter preposto, aceito pela administração da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, durante todo o período de vigência da licitação, para representá-lo sempre que for necessário;
b) Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado;
c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contratante;
e) Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;
f) Comunicar fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à realização dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
g) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA.
h) Realizar os serviços nos prazos, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber as Leis do consumidor;

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

i) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA.

j) A contratada será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

k) Percorrer os percursos estabelecidos e garantir que o usuário esteja na unidade de trabalho, do horário estabelecido pela Secretaria Municipal requisitante, cumprindo rigorosamente a carga horária pré estabelecida;

l) Comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

m) Fiscalizar regularmente os seus empregados designados paraa prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

n) Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

o) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;

p) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;

q) Solicitar à Administração da CONTRATANTE autorizaçãoformal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à CONTRATADA, que esta tenha levado para o local de execução doserviço;

r) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

s) Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los.

t) Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste projeto básico;

u) Promover a anotação, registro, aprovação, licenças e outras exigências dos órgãos competentes com relação aos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;

v) A contratada deverá atender ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) – Norma Regulamentadora NR-9;

w) A contratada deverá descarregar corretamente os resíduos de acordo com as normas da ABNT, Vigilância Sanitária e demais órgãos de controle ambientais.

x) Dispor de licença ambiental de operação para transporte e destinação dos fluentes;

MINUTA

y) Fica a cargo da CONTRATADA o descarte e a adequada destinação do resíduo coletado proveniente do que trata este Termo de Referência e do material proveniente da limpeza do local, atendendo às legislações vigentes Municipais, Estaduais e/ou Federais. Os Resíduos provenientes dos serviços de esgotamento das fossas deverão ir para uma Estação de Tratamento de Esgoto ou para reuso. A empresa pode escolher o destino do lodo e do esgoto, mas deve apresentar um Plano de Operação, com descrição detalhada das etapas de coleta, transporte, reaproveitamento ou tratamento e destinação final adotado tanto para o esgoto quanto para o lodo, e também deve conter obrigatoriamente todas as devidas licenças ambientais atualizadas desses locais.

15. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Este planejamento foi elaborado de acordo com o Ordenamento Jurídico Nacional que regulamenta o processo de aquisições para a Administração Pública, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório, visando viabilizar a aquisição dos serviços descritos neste planejamento;

15.2. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta;

15.3. Os serviços que constituem o Objeto deste Termo de Referência enquadram-se no conceito de bem comum, nos termos da legislação em vigor, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida, e ainda, o objeto é fornecido comercialmente por mais de uma empresa no mercado;

15.4. Assim, entende-se que a modalidade de licitação deverá ser PREGÃO, preferencialmente eletrônico, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública.

15.5. Órgão Gerenciador – Secretaria Municipal de Administração.

15.6. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Certame vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, improrrogável nos termos do art.12 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

15.7. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações.

15.8. A adesão da presente Ata de Registro de Preços poderá ser realizada em conformidade com Art. 22 § 3º e 4° do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018);

15.9. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da realização, desde que este serviço não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, conforme Art. 22 § 2º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

15.10. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos participantes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	ÓRGÃO GERENCIADOR SEMAD	ÓRGÃO PARTICIP. SEMED	ÓRGÃO PARTICIP. SEMAS	ÓRGÃO PARTICIP. SEMUS
01.	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	M^3	200	3.232	48	264

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. A apresentação de requisitos de qualificação técnica é um dos fatores que devem ser inseridos nos Termos de Referências e Editais de contratações da Administração Pública como forma complementar de garantir a prestação de um serviço. Bem assim, deverá conter no Edital a exigência de apresentação de:

16.1.1. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado/declaração de capacidade técnica, compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo, de modo satisfatório, serviços da mesma natureza ou similares aos da presente licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor.

17. DAS SANÇÕES

17.1. O licitante ou Beneficiário da Ata de Registro de Preços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, se for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores Estadual ou Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas

MINUTA

isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades:

17.2.1 Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis na substituição de produtos entregues com avarias ou com prazo de validade inferior ao exigido. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", do subitem 16.2.1., ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

17.3 A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com o Município de Anajatuba, poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

17.4 As multas previstas neste Edital, serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pela Contratante.

17.5 Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou ADJUCATÁRIO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura Municipal, sob pena de cobrança judicial.

17.6 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

17.7 A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

17.8 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

MINUTA

17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

17.10. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

17.11. Nenhum pagamento será feito à empresa detentora do Registro, antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

18. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19. DO CONTRATO

19.1 O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.

19.1.1. Em conformidade com o art. 64 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, devidamente fundamentado no art. 9º da Lei nº 10.520/02, a administração convocará a empresa detentora do registro de preços, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato.

19.1.2. O prazo de convocação estipulado no item 19.1.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

19.2. O presente Termo de Referência, Edital e seus anexos, bem como a proposta da empresa licitante vencedora do certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

19.3. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as devidas justificativas.

19.4. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a contratada deixe de cumprir com quaisquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.

19.5. O contrato terá vigência de acordo com as condições estabelecidas na minuta do contrato, podendo ser celebrado a qualquer tempo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19.6. A prorrogação poderá ser admitida por iguais e sucessíveis períodos nos termos do Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente.

20. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

20.1. O julgamento das propostas será do tipo menor preço "por item".

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

21. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

21.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País (Real – R$).

21.2. Os preços e lances ofertados deverão possuir apenas duas casas decimais após a virgula (* ,xx)

21.2.1. Não será admitido no preço, o fracionamento de centavos que ultrapassarem duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

21.2.2. Somente serão aceitos os preços unitários e preços totais/globais que estiverem, após a fase de lance/negociação, iguais ou inferiores aos preços estimados/orçados por esta Administração Pública Municipal.

22. ADJUDICAÇÃO

22.1. A adjudicação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".

22.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

23. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

23.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luz da Lei nº10.520/2002, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

23.1.1. Habilitação jurídica;

23.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista;

23.1.3. Qualificação técnica;

23.1.4. Qualificação econômico-financeira;

23.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

24. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

24.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta no Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 9.488/2018, DECRETO MUNICIPAL N°. 029/2021, DECRETO MUNICIPAL N° 022/2021, DECRETO MUNICIPAL N° 023/2021, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e alterada pela demais normas pertinentes à espécie.

Anajatuba (MA), __ de _____ de 2023

MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de preços
Decreto nº 219/2022

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 218/2022
Responsável pela Autorização do Termo de Referência

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº___/2023

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2023

PROCESSO ADM. Nº2023.02.01.0028/2023

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2022, o MUNICIPIO DE ANAJATUBAMA, inscrito no CNPJ n° 06.002.372/0001-33, através da Secretaria Municipal de ....., com sede na ....., Cep 65.490.000, ANAJATUBA-MA, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, Srª. _____, portador da cédula de identidade nº _____ e CPF nº _____, resolve registrar os preços das empresa(s) signatária(s), vencedora(s) do PREGÃO ELETRÔNICO Nº___/2023, sob o regime de compras pelo Sistema de REGISTRO DE PREÇOS para seleção da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para futura e eventual contratação de _____, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, a teor do disposto na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 22/2021, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberam, a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e demais normas pertinentes à espécie, em conformidade com as disposições a seguir:

1. FORNECEDOR(ES), PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS REGISTRADOS:

Nome empresarial:
CNPJ nº:
Endereço:
(DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax:_____
E-mail:
Representante legal:
CPF nº:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	P. Unitário Registrado (R$)	P. Total Registrado (R$)

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

1.1. A empresa detentora do menor preço registrado assume o compromisso de fornecer os produtos, de acordo com as especificações, durante o período de vigência desta Ata.

2. DA EXPECTATIVA DE EXECUÇÃO

2.1 O ajuste com fornecedor registrado será formalizado pela Contratante, mediante assinatura de Termo de Contrato ou instrumento equivalente, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico n°___/2023.

2.2 O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato ou documento equivalente, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Eletrônico n°___/2023.

2.3 A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

2.4 A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada após a respectiva assinatura do contrato ou documento equivalente.

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da presente Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, e consequente publicação na imprensa oficial.

4. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

4.1 A Prefeitura Municipal de ANAJATUBA adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento.

4.2 Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

4.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.4 A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

4.5 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão.

4.6 Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

4.7 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

MINUTA

4.8 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.9. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.10. Na hipótese do subitem anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

4.11. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

4.12. Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. DOS USUÁRIOS

5.3.1. Nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 22/2021, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com as condições e as regras estabelecidas na legislação aplicável à matéria.

5.3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços;

5.3.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3.1.3. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador. Após a autorização do órgão gerenciador, o "carona" deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

5.3.1.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3.2 Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar os produtos registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, podendo valer-se de outros meios legais para adquiri-los, observado o disposto neste edital e seus anexos.

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

5.3.3 É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento, quando, na hipótese de que trata o subitem 5.3.2, do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

6. DO CANCELAMENTO

6.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) - Descumprir as condições da ata de registro de preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;

b) - Não assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

e) - Forem observadas razões de interesse público, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovadas;

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras "a", "b" e "d" deste item, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) - por razão de interesse público; ou

b) - a pedido do fornecedor

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento dos bens, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do(s) fornecedor(es) registrado(s), sanções e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

7.2 As condições de entrega e recebimento, faturamento, pagamento, garantia, penalizações e sanções, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e outras expressamente relacionadas no Edital do Pregão Eletrônico nº___/2023 e seus Anexos, constante do Processo Administrativo Nº _____/202X integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição.

8. DA DIVULGAÇÃO E ASSINATURA

8.1 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

8.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

9. DO FORO

9.1 Fica eleito o Foro do Município de Anajatuba, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

ANAJATUBA/MA, ___de _____ de 2023

MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
XXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXX
PORT.: XXXXX

DETENTORA DO REGISTRO:

.....
CNPJ nº:
Nome
Cargo:
R.G. :

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

ANEXO DA ATA DO SRP Nº___/2023

CADASTRO DE RESERVA DAS EMPRESAS LICITANTES

Aceitam cotar os bens ou serviços objeto desta Ata de Registro de Preços com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico n.º___/2023, da Prefeitura Municipal de ANAJATUBA, Estado do Maranhão, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	INFORMAÇÕES PARA CONTA (e-mail, telefone, etc)

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº___/2023

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/ 2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023.02.01.0028/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº___/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº_____/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

A Prefeitura Municipal de Anajatuba, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 06.002.372/0001-33, com sede à Rua Benedito Leite, 868, Centro, Anajatuba/MA, através da Secretaria Municipal de _____, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de xxxxxxxxxxx, Sr.(a) xxxxxxxxxxx RG N°_____ E CPF N° _____, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o n.º _____, localizada na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, _____, R.G. n.º _____, C.P.F. n.º _____, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, decorrente do Pregão Eletrônico nº___/2023, formalizado nos autos do Processo Administrativo Nº _____/202X, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada _____, conforme especificações constantes no termo de referência anexo II do edital.

1.2. Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº ___/2023;
b) Termo de referência;
c) Proposta de Preços da CONTRATADA;
d) Ata de Registro de Preços nº_____/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

2.1. O valor unitário do presente Contrato é de R$ ..... (.....), conforme planilha orçamentária abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	PREÇO R$

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

				UNITÁRIO	TOTAL
01	.....				
	VALOR TOTAL R$.....				

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de XX (XXXX) meses, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
e) Manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
f) Comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação: **Ação XXX/SUBAÇÃO XXXXX/ ND XXXXX e Fonte XXXXX.**

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A execução dos serviços e os prazos relacionados ao cumprimento do contrato encontram-se definidos no termo de referência anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O gerenciamento da execução do contrato ficará a cargo de servidores designados formalmente pela Secretaria Municipal de Administração, o qual cuidará de incidentes relativos a pagamento, à documentação, ao controle do prazo de vencimento, eventuais alterações contratuais, etc., nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93. Os

MINUTA

serviços serão executados sob a responsabilidade e comando exclusivo da Contratada, cabendo fiscalização à Contratante. As comunicações necessárias serão feitas por intermédio do gestor ou fiscal do contrato.

6.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

6.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.4. O(s) servidor(es) designado(s) anotará (ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo-lhe(s) assegurada à prerrogativa de:

a) Fiscalizar e atestar a execução dos serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e seus anexos e na proposta vencedora;

b) Comunicar eventuais falhas na execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

c) Garantir ao contratado acesso a toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com a entrega do objeto.

d) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

e) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição do funcionário da Contratada, que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

f) Solicitar à Contratante a substituição de qualquer produto químico, material ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às exigências do cumprimento do objeto do presente projeto.

6.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor/fiscal do contrato deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

MINUTA

6.6. A fiscalização exercida pela Prefeitura não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

6.7. Cabe à empresa contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a Prefeitura, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O(s) pagamento(s) será efetuado em moeda corrente nacional, **no prazo de até 30 (trinta) dias,** contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo do produto entregue, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da Proposta Comercial, mediante a apresentação da Nota Fiscal, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.3. O(s) pagamento(s) será efetuado pela CONTRATANTE em **PARCELAS MENSAIS**, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente acompanhada do relatório de execução. A Nota Fiscal/Fatura será protocolizada na Secretaria Municipal de Administração, até o quinto dia útil subsequente ao mês da entrega e aceite definitivo, através de ofício, encaminhado à Secretaria, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes.

7.4. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponder os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade.

7.5. A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal/Fatura as especificações do(s) serviços(s) prestados de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato e da Nota de Empenho.

7.6. A Nota Fiscal/Fatura será atestada pela CONTRATANTE através do Fiscal do Contrato, observadas as normas estabelecidas no Contrato.

7.7. Ao protocolar o pedido de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar dentre as documentações solicitadas as Certidões Negativas de Débitos referente às Fazendas Federal, Estadual (CND e Dívida Ativa), Municipal, Justiça do Trabalho, FGTS, devidamente atualizadas, assim como comprovar quaisquer alterações havidas em seu contrato social, de acordo com a legislação vigente.

7.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.9. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 e demais legislações pertinentes.

MINUTA

7.10. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. O prazo de validade;

7.10.2. A data da emissão;

7.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. O período de prestação dos serviços;

7.10.5. O valor a pagar; e

7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \underline{(6/100)}\ 365$$

I = 0,00016438
TX= Percentual da taxa anual = 6%
I = (TX)

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Fica vedada a subcontratação parcial e total do presente objeto.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. Os preços fixados para o objeto deste contrato poderão ser reajustáveis, desde que seja observado interregno mínimo de 12 (doze) meses.

9.2. Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo utilizada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - IO).P}{IO}$$

Onde:

a) Para o primeiro reajuste:
R= reajuste procurado;

I= índice relativo ao mês do reajuste;

IO= índice relativo ao mês do novo reajuste da data limite para apresentação da proposta;

P= preço atual dos serviços.

b) Para reajustes subsequentes:
R= reajuste procurado;

I= índice relativo ao mês do novo reajuste;

IO= índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P= preço atual dos serviços/produtos até último reajuste efetuado.

9.3. Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação legal.

9.4. O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação do IPCA dos últimos 12 meses, tendo como marco inicial a data limite para apresentação da proposta.

9.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste.

9.6. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme art. 65, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

10.1. As condições de entrega e recebimento são serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. As obrigações e responsabilidade da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

12.1. As obrigações e responsabilidade da contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, além daquelas dispostas no termo de referência a empresa que:

a) Convocada, não assinar o contrato ou deixar de entregar documentação exigida no ato de sua assinatura;
b) Apresentar documentação falsa;
c) Não mantiver a proposta;
d) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual;
e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
f) Comportar-se de modo inidôneo ou ilícito;
g) Fizer declaração falsa;
h) Cometer fraude fiscal;
i) Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

13.2. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Multas na seguinte forma:

a) De até 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do serviço não prestado/entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;

b) De até 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Nota de Empenho, no caso da recusa injustificada em assinar o contrato e/ou recebimento do empenho no prazo previsto;

c) De até 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão do Empenho;

d) De até 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;

e) De até 0,5% (meio ponto percentual) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.

13.2.2 Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.3 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Anajatuba com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até cinco anos;

MINUTA

13.3. A multa poderá ser aplicada concomitantemente com as sanções previstas na letra "g" deste item.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à empresa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pela Prefeitura e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério desta, ser isentas total ou parcialmente da multa.

13.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

13.9. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

13.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.14. O processamento do Processo Administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

13.15. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.16. Os serviços serão pagos por demanda, após a entrega dos produtos definidos em Ordem de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

a. Por ato unilateral da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas nos por ato unilateral da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na cláusula anterior;

b. Por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias; e,

c. Por via judicial, nos termos da legislação.

14.2. Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa conforme fixado no subitem 11.3 da cláusula anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para a Prefeitura as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

14.3. Em caso de rescisão, conforme motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

15.1. Este **CONTRATO** obrigará e disciplinará os contratantes e seus sucessores, não podendo nenhum deles ceder ou transferir o **CONTRATO** ou quaisquer direitos dele decorrentes.

15.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

15.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

15.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de

MINUTA

institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art.65 da Lei n° 8.666, de 1993.

16.2. A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.666/93, na Lei n° 10.520/2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. - Este **CONTRATO** representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

18.2. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício da prerrogativa decorrente deste **CONTRATO** não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A **CONTRATANTE** providenciará nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Município

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

20.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca do município de São Mateus do Maranhão, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente instrumento contratual em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Anajatuba, __ de _____ de 202_.

(autoridade competente)
(cargo)
Prefeitura Municipal de ANAJATUBA
Contratante

(nome da contratada)
CNPJ Nº _____
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 2023.02.01.0028, de 01/02/2023.
REQUERENTE: Secretaria Municipal de Administração
ASSUNTO: Análise da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico.

PARECER N° 121/2023 – PGM

I – DO INTRÓITO

A presente manifestação, visa orientar a Autoridade Assessorada no controle interno de atos administrativos, à guisa de fazer valer os princípios implícitos e explícitos do art.37 da Constituição da República Federativa do Brasil (L I M P E), além de assegurar a moralidade administrativa e a legalidade estrita enquanto matérias de ordem pública.

Trata-se de solicitação encaminhada a esta PGM da lavra da Secretária Municipal de Administração, ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO DUTRA SILVA, em atendimento ao art. 38, da Lei Federal nº 8.666/1993, para proceder à análise da Minuta de Edital do ***Pregão Eletrônico oriundo do processo administrativo em epígrafe*** e seus anexos, ***Sistema de Registro de Preços,*** cujo objeto **é a contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Anajatuba/MA,** conforme encaminhamento da Secretária Municipal de Administração, ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO DUTRA SILVA, de 01/02/2023, fls.03, com Planilha com Quantitativos e Especificações dos Serviços por Itens, Avisos de Intenção de Registro de Preços e anexo, Manifestação de Intenção de Registro de Preços e Termo de Aprovação com Planilha com Quantitativos e Especificações por Itens (fls.04-19).

Convém ainda informar que os autos encontram-se instruídos com Pesquisa Mercadológica às fls.20-25, Justificativa de Preço (fls.26-27), tudo em conformidade com o disposto nos incisos I, e IV do art.5º, da Instrução Normativa nº 73/2020 da SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, com valores obtidos conforme preceitua os artigos 5º da citada Instrução Normativa, conforme às Justificativa de Preços às fls. alhures.

Em despacho às fls.29, após solicitação de Rubrica Orçamentária por parte do Ordenador de Despesas alhures citado às fls.28, o Contador JADEVALDO CUZ RIBEIRO, CRC nº 013047/O-5 MA, *sugere a continuidade do processo, e após a realização do procedimento licitatório e antes da assinatura do contrato firmado com base na respectiva ata de registro de preços e o seu retorno, para fins de comprovação da existência de dotação orçamentária com saldo suficiente para custeio de despesas tudo* **à luz da legalidade estrita, esta PGM constatou quanto à essa possibilidade, na forma do Decreto nº 7.892/2013, em seu art.7º, § 2º, que diz:** *Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil,* **portanto perfeitamente aplicável no caso concreto.**

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.10

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ato contínuo, constam encaminhamento e Termo de Referência e Aprovação do mencionado termo, às fls.30-43 e Termos de Concordância da de Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, de Assistência e Desenvolvimento Social e de Saúde (fls.44-46), além de encaminhamento da Ordenadora de Despesas às fls.47 para emissão e Parecer de Conformidade do Controlador Interno, Dr. Gicivaldo Nunes Machado, o que fora apresentado às fls.48-49. Em seguida, constam, Autorização de Instauração de Processo Licitatório sob a chancela da Secretária Municipal de Administração, ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO DUTRA SILVA (fls.50), com encaminhamento e Termo de designação de Pregoeiro e Equipe, Juntada de Portaria e Publicações (fls.51-56) e Termo de Autuação às fls.57 e ao seu final, encaminhamento à PGM às fls.58 e Minuta de Edital e Anexos às fls.59-123.

O valor global estimado para a pretensa contratação é de **R$ 608.699,52 (seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos),** conforme Pesquisa Mercadológica às fls.20-25, Justificativa de Preço (fls.26-27), tudo em conformidade com o disposto nos incisos I, e IV do art.5º, da Instrução Normativa nº 73/2020 da SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, com valores obtidos conforme preceitua os artigos 5º da citada Instrução Normativa, conforme às Justificativa de Preços às fls. alhures.

O presente processo licitatório encontra-se instruído, constando nos autos os seguintes documentos que passarei a decifrar:

- Capa de Processo 2023.02.01.0028 (fls.01);
- Termo de Abertura de Processo (fls.02);
- Encaminhamento à Coordenadora de Compras assinado pela Secretária Municipal de Administração, ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO DUTRA SILVA (fls.03);
- Planilha com Especificações de Serviços Almejados (fls.04-08);
- IRP e MIRP e Termo de Aprovação (fls.04-19);
- Encaminhamento e Pesquisa Mercadológica (fls.20-25);
- Justificativa de Preços (fls.26-27);
- Solicitação de Rubrica Orçamentária (fls.28);
- Rubrica Orçamentária (fls.29);
- Encaminhamento e Termo de Referência **com aprovação ao seu final** (fls.30-43);
- Termos de Concordância (fls.44-46);
- Encaminhamento e Parecer de Conformidade do Controle Interno (fls.47-49);
- Autorização para Instauração de Processo Licitatório (fls.50);
- Termo de Designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio e anexos (fls.51-56)
- Autuação do Processo (fls.57);
- Encaminhamento à PGM (fls.58);
- Edital de Minuta de Pregão Eletrônico e anexos (fls.59-123);
- Despachos e Encaminhamentos pertinentes.

É o breve relatório. Passamos a opinar.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.109

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1. Considerações iniciais

Importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus **aspectos jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de ***natureza técnica ou administrativa***, não nos competindo adentrar ao mérito administrativo, quiçá na oportunidade e conveniência da Administração. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

2. Da análise da demanda

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linhas gerais no art. 38 da Lei nº 8.666/93, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do referido artigo e a Minuta do Edital apresentada pela ***Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA***. Vejamos:

> **Art. 38.** O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo **[feito]**, devidamente autuado **[feito]**, protocolado e numerado **[feito]**, contendo a autorização respectiva **[feito]**, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa **[a própria minuta do Edital]**, e ao qual serão juntados oportunamente:
> I. edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso **[feito]**;
> II. comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite **[ainda não alcançou este estágio]**;
> III. ato de designação da comissão de licitação do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite **[feito];**
> IV. original das propostas e dos documentos que as instruírem **[ainda não alcançou este estágio]**;
> V. atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora **[ainda não alcançou este estágio]**;
> VI. pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade **[em análise]**;
> VII. atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação **[ainda não alcançou este estágio]**;
> VIII. recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões **[ainda não alcançou este estágio]**;
> IX. despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente **[não se aplica ao caso]**;
> X. termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso **[ainda não alcançou este estágio]**;
> XI. outros comprovantes de publicações **[ainda não alcançou este estágio]**;
> XII. demais documentos relativos à licitação **[existem]**.
> Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração **[feito]**.

Relativamente à fase interna, Marçal Justen Filho indica que ela se destina a:

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.105

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

a) verificar a necessidade e a conveniência da contratação de terceiros **[não há necessidade]**;
b) determinar a presença dos pressupostos legais para a contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários) **[feito]**;
c) determinar a prática de prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos etc.) **[feito]**;
d) definir o objeto do contrato e as condições básicas de contratação **[feito]**;
e) verificar os pressupostos básicos da licitação, definir a modalidade e elaborar o ato convocatório da licitação **[feito]**.

A supracitada Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública determina em seu Art. 40, quais os requisitos a serem observados pela mesma quando da elaboração do Edital, *in verbis*:

Art. 40. - O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:
I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara **(feito)**;
II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação **(feito)**;
III - sanções para o caso de inadimplemento **(feito)**;
IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico **(feito)**;
V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido **(feito)**;
VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta lei, e forma de apresentação das propostas **(feito)**;
VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos **(feito)**;
VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto **(feito)**;
IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais **(feito)**;
X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48. (Redação da LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998) **(feito)**;
XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela **(feito)**;
XII - (vetado);
XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas **(não se aplica ao caso)**;
XIV - condições de pagamento, prevendo **(feito)**:
a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MART...
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍP...
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.10...

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
e) exigência de seguros, quando for o caso;
XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta lei **(feito)**;
XVI - condições de recebimento do objeto da licitação **(feito)**;
XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação;
§ 1° O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.
§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:
I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;
II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;
III - a minuta do contrato a ser firmado entre a administração e o licitante vencedor;
IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

In casu, a minuta do contrato referente ao **PROCESSO N° 2023.02.01.0028, de 01/02/2023**, está em consonância com as disposições acima citadas.

Por derradeiro, vale ressaltar que a competência para presidir a presente licitação é da ***Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA***, pois foi atribuída a esta a realização de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades, inclusive de interesse de seus órgãos desconcentrados e entidades vinculadas.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, verifica-se que o processo administrativo ora analisado, até o presente momento, está em consonância com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 3.555/00 e do Decreto Federal nº 5.450/2005 que tratam da modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico, razão pela qual esta Procuradoria Geral do Município **opina pela sua aprovação, ressalvada as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que são de inteira responsabilidade do setor a quem competiu sua elaboração e aprovação.**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, 12 DE JULHO DE 2023.

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02.12021.0001/MA 13.109

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

EDITAL E ANEXOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2023 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
LICITAÇÃO ABERTA, DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO. REGIDO PELA LEI FEDERAL N°.10.520/02, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/19, DECRETO MUNICIPAL N°.023/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº Nº2023.02.01.0028/2023	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº023/2023**
ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração - SEMAD	**ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** • Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer – SEMED • Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMAS • Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO "POR ITEM"	**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II** do Presente Edital.	
O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, site: http://www.portaldecompraspublicas.com.br **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** **Início: 14/07/2023 - Término: 02/08/2023, às 08:59hs (Horário de Brasília)** **SESSÃO PÚBLICA: 02/08/2023, às 09:00h (Horário de Brasília)** Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".	
DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL **DIA:** Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira **HORÁRIO:** das 08:00hs às 12:00hs (horário local). **LOCAL:** Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Anajatuba, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, Cep:65.490.000, Anajatuba/Maranhão. E-mail para contato com a CPL: cpl@anajatuba.ma.gov.br **O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico:** www.anajatuba.gov.br	
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: **THIAGO MENDES DA SILVA** Portaria. nº003/2023 E-mail: thiago.pregoeiro@anajatuba.ma.gov.br	Este instrumento contém: Edital e seus anexos com **64 (sessenta e quatro)** páginas, incluindo esta, numericamente ordenadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

EDITAL E ANEXOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

DISPUTA ABERTA

"LICITAÇÃO ABERTA, DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO"

O MUNICÍPIO DE ANAJATUBA-MA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **09:00hrs, do dia 02/08/2023**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de **julgamento do tipo menor preço** "POR ITEM", **sob a forma de execução indireta, no** regime de empreitada por preço unitário, (serviço), nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/19, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal n°.023/2021 e n° 022/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

A Presente Licitação reger-se-á pelas disposições da LEI FEDERAL Nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal n°. 023 de 06 de janeiro de 2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, e demais normas aplicáveis ao procedimento licitatório em epígrafe.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando á autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente Instruído à autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste edital e as constantes no sistema portal de compras públicas, prevalecerão as descritas neste edital.

1. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. O presente Pregão tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, conforme descrito neste Edital

e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II do Presente Edital**.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do Item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe a Instrução Normativa n° 73/2020 da **SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**, com base em pesquisas de preços realizadas no mercado. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **R$ 608.699,52 (Seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).**

1.5. A Pesquisa de preços realizada pelo setor de Compras encontra-se disponível na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no endereço mencionado no preâmbulo do presente Edital.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentário, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 022/2021, e Decreto Federal n°. 7.892/2013, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes, que poderão advir do presente procedimento licitatório. No entanto, para efeito de classificação orçamentária, seguem as rubricas informadas pelo setor contábil, com vigência para o exercício em curso:

2.2. Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

3.1.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.7. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);

3.2.8. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCUPlenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

3.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará **"sim" ou "não"** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.3.1.1. A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

3.3.1.2. Para a verificação da fraude prevista no subitem anterior, a Prefeitura Municipal de ANAJATUBA poderá realizar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício anterior e/ou outros demonstrativos contábeis/documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, por fotocópias devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da

licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, às exigências da LC nº 123/2006.

3.3.1.3. Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

3.3.1.4. A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise.

3.3.1.5. **Para fins de definição do "último exercício social" da** DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, nos termos do que fixa o Art. 16, §4º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018.

3.3.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.3.2. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

3.3.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. Para fins de participação nesta licitação, serão aceitas as declarações e propostas de preços (inicial ou final-adequada) que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

3.6.1. A validação da assinatura eletrônica será realizada através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio https://verificador.iti.gov.br, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

3.6.2. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 3.6 e 3.6.1 acima, o documento assinado eletronicamente deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação de proposta de preços ou inabilitação (conforme a fase), apresentar o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICPBrasil.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

4.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sitio www.portadecompraspublicas.com.br

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, á correção ou á alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.

5.2 O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

5.2.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

5.2.3. A proposta anexada ao sistema, de que trata no item acima deve contemplar obrigatoriamente todos os dados do licitante.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF ou Sisitema de cadastramento próprio do municipio – CRC Municipal, conforme decreto Municipal nº102/2021.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art, 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 Além do envio da proposta por meio eletrônico de que trata o item 5.1 do edital o licitante tambem deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Quantidade ofertada;

6.1.2 Valor unitário do item;

6.1.3 Valor unitário do Item;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações compatíveis com a especificação do Termo de Referência: indicando marca/modelo, fabricante prazo de validade ou de garantia, se for o caso.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na **execução do objeto.**

6.4 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão de controle competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta cadastrada no sistema que identifique o licitante. (A proposta anexada ao sistema, de que trata o item **5.1** deste edital deve ser identificada sob pena de desclassificação da proposta).

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4.1 Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o(a) Pregoeiro(a) e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo)**.

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à autoridade/órgão competente;

7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempos superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço "POR ITEM"**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, se for o caso.

7.27.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

7.27.1.1 produzidos por empresas brasileiras;

7.27.1.2 produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
7.27.1.3 produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27.1.4. Produzidos no país.

7.28. Persistindo o empate entre propostas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e depois da verificação de possível empate, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das prevista deste Edital.

7.29.1 A negociação será realizada por meio do sistema, as licitantes terão prazo maximo de 30 minutos para negociação, após ser convocada, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2 O pregoeiro solicitará ao(s) licitante(s) melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

> 7.29.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.
>
> 7.29.2. O não envio da proposta ajustada por meio do sistema eletrônico com todos os requisitos elencados no ANEXO I do edital, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, facultada a administração da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos da legislação vigente, que:

8.2.1 Não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.2.2 Contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.3 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.2.4 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.4.1 A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

8.2.4.2 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.2.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitário ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.3.1 A inobservância do prazo fixado pelo(a) Pregoeiro(a) para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a recusa da proposta.

8.4 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo Item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta comercial,

não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5.1 Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, ou outro documento pertinente e não elencada acima, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3 O detentor da melhor proposta poderá ser instado a apresentar amostra do produto ofertado na forma estabelecida no Termo de Referência, no prazo máximo de 48hs (quarenta e oito horas), contados a partir da requisição do Pregoeiro, sob pena de desclassificação, com o objetivo de conferir a especificação e ausência de falhas no produto.

8.6.3.1 A amostra será requisitada somente da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, na fase de aceitação de propostas.

8.6.3.2 Será rejeitada a amostra, e consequentemente a proposta, que não atender as disposições previstas no Termo de Referência.

8.6.3.3 A análise da amostra poderá ser acompanhada pelos licitantes ou seus representantes legais, quando prévia e formalmente requerida pelo interessado.

8.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) arrematante(s) não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a

aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.4 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destaca-se **ainda** a proposta comercial readequada com o valor final ofertado.

8.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previsto no **item 7.29**.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando **no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.**

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.11. A empresa deverá apresentar junto com a proposta comercial catálogo com a descrição técnica das estações de radiocomunicação solicitadas, sob pena de desclassificação imediata.

8.14. A proposta em desacordo ao edital ou na falta de qualquer documentação solicitada neste implica em desclassificação imediata.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: a) SICAF, quando for o caso;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas
"b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro

lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

> 9.3.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3°, da Lei 8.666/1993 não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro, conforme entedimento do Acórdão TCU 1211/2021. Devendo o pregoeiro conferir oportunidade para saneamento, admitindo a juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferentes números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto do **item 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.9.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.9.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.9.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.9.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.9.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.9.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.1.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.1.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.1.3. As Demonstrações Contábeis exigidas neste edital compreendem: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) e Comprovação de Índices contábeis;

9.10.2. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\textbf{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.10.3. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez porcento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.

9.10.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.10.4.1 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.10.4.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.10.4.3 Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.10.4.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.10.5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.10.6. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

9.10.7. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.

9.10.8. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.10.8.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11.1. Entre as obrigações técnicas, e, objetivando garantir que os proponentes interessados em executar os serviços aos entes públicos, sejam empresas idôneas devidamente fiscalizadas, bem como assegurar que a qualidade de seus serviços que estejam de acordo com as normas técnicas necessárias, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

a) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, COMPROVANDO que a licitante executou ou executa serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço

completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

9.11.1.1. A licitante deverá comprovar sua capacitação técnico-operacional através de um ou mais atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu, de forma satisfatória, as manutenções e serviços vinculados com características semelhantes às do objeto desta licitação.

9.11.1.2. As empresas de forma facultativa poderão apresentar juntamente com o(s) atestado(s) de capacidade técnica, cópias dos contratos com suas planilhas e respectivas notas ficais evitando a possível abertura de diligências.

9.11.1.3 A Prefeitura Municipal de ANAJATUBA (MA) se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.12. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:

a) Alvará de Localização e Funcionamento. (facultativo).

9.12.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

9.12.1. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no **"chat"** a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que, após diligência pelo pregoeiro, não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor unitário em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço unitário, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso,

concederá o prazo de no mínimo **trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado a autoridade superior com competência para decidir recursos, para a decisão final no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.5. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

11.5.1. O não conhecimento do recurso não impede o seu acolhimento na qualidade de petição.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12.3. Na sessão de reabertura do pregão, O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem de classificação, para que seja obtido preço melhor.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após a homologação do resultado da presente licitação, o Município de ANAJATUBA (MA), através do Órgão Gerenciador, convocará a(s) empresa(s) adjudicatária(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da Notificação.

14.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.3 - É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não apresentar situação regular no ato da Assinatura da Ata de Registro de Preços, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital, observado o disposto no subitem 14.8.

14.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os produtos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

14.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na

sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3° da Lei n° 8.666, de 1993.

14.6. A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada ao presente Edital, inclusive a seus demais anexos, em todas as suas cláusulas, e às Propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, ao Decreto Municipal nº022/2021, Decreto Federal n°. 7.892/13, alterado pelo Decreto n° 8.250/14, à Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e a toda a legislação pertinente.

14.7. **A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses**, a partir do cumprimento dos requisitos de publicidade oficial, e estará integralmente condicionada às cláusulas deste Edital, independentemente de transcrição.

14.8. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação.

14.9. A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

14.10. O registro a que se refere o item 14.5.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Decreto Federal n° 7.892/13.

14.11. Se houver mais de um licitante que aceitar cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem do último lance apresentado durante a fase competitiva.

14.12. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

14.13. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

14.13.1 A Prefeitura Municipal de ANAJATUBA adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para os serviços registrados, nas mesmas condições de execução.

14.13.2 Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista **na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93**, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

14.13.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no Art. 65 da Lei nº8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

14.13.4. A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

14.13.5. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão.

14.13.6. Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

14.13.7. A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

14.13.8 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.13.9. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.13.10. Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

14.13.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento/ordem de serviço;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

14.13.12 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.14. DOS USUÁRIOS

14.14.1. Nos termos do art. 22 do Decreto nº7.892/2013, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com as condições e as regras estabelecidas na legislação aplicável à matéria.

14.14.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços;

14.14.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.14.1.3. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador. Após a autorização do órgão gerenciador, o "carona" deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

14.14.1.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.14.2 Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar os produtos registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, podendo valer-se de outros meios legais para adquiri-los, observado o disposto neste edital e seus anexos.

14.14.3 É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento/serviços, quando, na hipótese de que trata o **subitem 14.14.2**, do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

14.15. DO CANCELAMENTO

14.15.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) - descumprir as condições da ata de registro de preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;

b) - não assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

e) - forem observadas razões de interesse público, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovadas;

14.15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras "a", "b" e "d" deste item, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.15.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) - por razão de interesse público; ou

b) - a pedido do fornecedor.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL E GARANTIA DOS BENS

15.1. As regras acerca da garantia contratual são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. As regras acerca da subcontratação são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Quando da existência de demanda para os produtos registrados, o Município de ANAJATUBA/MA, por meio da SECRETARIA REQUISITANTE, convocará o detentor do preço registrado para a assinatura do contrato **(Anexo IV)** que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis, prazo este que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Contratante.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas a Prefeitura Municipal de ANAJATUBA/MA para que este delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.

17.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.5. O prazo de vigência da contratação é o previsto no Termo de Referência, **Anexo II** do presente Edital.

17.6. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n° 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6°, III, da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.6.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor estiver inscrito no SICAF, deste poderá ser dispensada a documentação abrangida pelo referido cadastro.

17.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

19. DA ENTREGA, RECEBIMENTO DO OBJETO E DA ACEITAÇÃO

19.1. Os critérios de entrega, recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, bem como na Minuta do Contrato.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, bem como na minuta do contrato, anexos a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, causar o atraso na execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, declarar informações falsas, e cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de ANAJATUBA/MA, e será descredenciado no Sicaf, e do sistema de cadastramento municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa.

22.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas

isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades, além das estabelecidas no termo de referência:

22.2.1 Multa de ATÉ:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis na substituição de produtos entregues com avarias ou com prazo de validade inferior ao exigido. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na entrega **do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", do subitem 22.2.1., ou de** inexecução parcial da obrigação assumida;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

22.3 A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com o Município de ANAJATUBA – MA, poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

22.4 As multas previstas neste Edital, serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pela Contratante.

22.5 Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou ADJUCATÁRIO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura Municipal, sob pena de cobrança judicial.

22.6 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

22.7 A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

22.8 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

22.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores municipal e no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o

licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

22.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Municipio de Anajatuba-MA, observado o princípio da proporcionalidade.

22.11. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

22.12. Nenhum pagamento será feito à empresa contratada, antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

23. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

23.1. Os critérios de controle e fiscalização do objeto estão previstos no Termo de Referência, anexo II deste Edital.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. A republicação do edital somente não será realizada se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.

24.7. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data do recebimento do pedido e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão divulgadas no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e vincularão os participantes e a administração, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

24.10. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

24.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

24.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

25. DAS AMOSTRAS

25.1. O Pregoeiro poderá solicitar do(s) licitante(s) provisoriamente classificado em 1º lugar, a apresentação de amostra(s) do(s) serviços/produto(s) cotado(s) à Administração Municipal, no prazo e demais condições previstas no Termo de Referência, anexo II deste Edital.

25.2. Caso a(s) amostra(s), da (s) empresa(s) que ofertou(ram) o menor preço não seja(m) compatível(is) com o objeto da licitação, será(ão) desclassificada a licitante por incompatibilidade do produto ofertado com as especificações do edital.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. Fica assegurado à Administração Municipal o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

26.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se- á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

26.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.11. Qualquer marca mencionada nas descrições dos itens constantes na planilha orçamentária a que se refere o Referência, servirá apenas como referência para julgamento e/ou classificação, podendo a licitante cotar, em sua proposta, produto de **marca "similar", ou de "qualidade equivalente".**

26.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Termo de Referência e seus anexos.

26.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://www.anajatuba.ma.gov.br/ e cpl@anajatuba.ma.gov.br/, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de ANAJATUBA – MA, sito à Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período 'no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.14. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no **subitem 26.13**, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

26.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Anajatuba - MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
26.16.1. ANEXO I - Modelo de Proposta;
26.16.3. ANEXO II - Termo de Referência e seus anexos;
26.16.4. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços
26.16.5. ANEXO IV - Minuta do Termo de Contrato.

Anajatuba/MA, 14 de julho de 2023.

ANTONIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA:72123117315
Assinado de forma digital por ANTONIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA:72123117315
Dados: 2023.07.14 11:08:36 -03'00'

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2023

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA
PREFEITURA MUNICIPAL ANAJATUBA/MA
Rua Benedito Leite, 868, Centro-Anajatuba/MA.

Referente: Pregão Eletrônico nº___/2023

Senhor Pregoeiro,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
Razão Social
CNPJ:
Endereço:
Valor Total da Proposta: R$.....(.....)

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	PREÇOS R$	
				UNT.	TOTAL
1					

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
3. PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS:
4. VALIDADE DOS SERVIÇOS:
5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO/REPARO DOS SERVIÇOS:
6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Nome, RG, CPF, Endereço).

_____
(local e data)

_____
(Nome e assinatura do responsável da empresa)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2023

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Seleção da proposta mais vantajosa visando o Registro de Preços, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/ LIMPEZA DE FOSSA**, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 CONSIDERANDO que o Município de Anajatuba – MA não possui estrutura de rede coletora de esgoto para atender a população e que o destino de todo o esgoto da cidade se dá por meio de fossa, que recebe e armazena os resíduos por um determinado período de tempo;

2.2 CONSIDERANDO que o prédio da Prefeitura Municipal de Anajatuba, assim como os demais prédios públicos vinculados a Secretaria Municipal de Administração, destina seu resíduo de esgoto em fossas e que essas necessitam ser esvaziadas com o decorrer do tempo;

2.3 CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Administração não possui caminhão limpa fosse para prestar o serviço de esvaziamento/esgotamento de fossa e que esse tipo de serviço necessidade de empresa especializada, haja visto se tratar de um serviço delicado e que deve ser realizado de acordo com todas as boas normas e legislações vigentes, dando um destino final adequado aos resíduos recolhidos;

2.4 CONSIDERANDO que a não realização dos serviços supracitados periodicamente ocasiona transtornos, como: transbordo de dejetos, mau cheiro, e problemas para a saúde pública e dos usuários do serviço público, razão pela qual se faz necessário a contratação do referido serviço;

3. VALOR MÉDIO:

3.1. O preço considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base em pesquisas de preços habituais, celebrados em âmbito público e pesquisas baseadas em preços praticados no mercado, de acordo com a Instrução Normativa 073/2020 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Foi estimado o valor total de **R$ 608.699,52 (Seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

4.1. As especificações e quantitativos dos materiais a serem adquiridos, e demais exigências são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. De Medida	Unid	QTD.	Valor Unit.	Valor Total
01	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	m^3	Serv.	3.744 m^3	R$ 162,58	R$ 608.699,52

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M^3
01	Prefeitura Municipal de Anajatuba – MA	Rua Benedito Leite, n°868, Centro.	110 m^3
02	Setor de Transporte	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	12 m^3
03	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Publicas	Rua Regino Rodrigues de Paula, s/n, Centro.	12 m^3
04	Secretaria Municipal de Agricultura	Rua Magalhães de Almeida, s/n, Centro.	12 m^3
05	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca	Rua Antônio José da Guia, n°23. Bairro São Benedito.	12 m^3
06	Almoxarifado Central	Rua 5 de janeiro, n°16, Bairro São Benedito.	18 m^3
07	Central da Cidadania	Rua da Rodagem, s/n, Centro.	12 m^3
08	Quartel de Policia	Rua Manuel Mendonça, s/n Centro.	12 m^3

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M^3
01	U.I. CHAPEUZINHO VERMELHO	RUA BENEDITO LEITE, S/N, CENTRO.	157 M^3
02	U.I. COMECINHO DE VIDA	RUA NINA RODRIGUES, S/N, CENTRO.	200 M^3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

03	U.I. MARIA RABELO BOGÉA	RUA WALTRUDES MARINHO DE PAULA, S/N, CENTRO.	200 M³
04	E.M. MARIA CIRENA VERDE	RUA WALTRUDES MARINHO DE PAULA, S/N, CENTRO.	200 M³
05	U.I. N. SRA. DA CONCEIÇÃO	LIMIRIQUE	75 M³
06	U.I. ADALGISA MENDONÇA LOPES	POVOADO OLHO DÁGUA	175 M³
07	U.I. PEDRO CELESTINO ARAGÃO	POVOADO PICADA	175 M³
08	U.I. MARCOS DUTRA MENDONÇA	POVOADO BACABAL	175 M³
09	U.I. PROF. SEBASTIÃO MARINHO DE PAULA	POVOADO AFOGA	175 M³
10	U.I. EUDÂMIDAS PINHEIRO LOPES	POVOADO PERIMIRIM	175 M³
11	E. M. MARIA OLIVEIRA BOGÉA	POVOADO ROSÁRIO	75 M³
12	E.M. EUSA CORREA DOS SANTOS	POVOADO CUMBÍ	75 M³
13	E. M. JOSÉ DO PATROCÍNIO	POVOVADO MORRO GRANDE	75 M³
14	E.M. DRA. MARIA JOSÉ ARAGÃO	POVOADO TESO DAS PALMEIRAS	75 M³
15	E.M. PREFEITO TEODORO PEREIRA	POVOADO SÃO PEDRO	75 M³
16	E.M. PADRE MIGUEL RABÊLO	POVOADO LADEIRA	125 M³
17	E.M. POETA JOÃO DO VALE	POVOADO RIBEIRÃO	75 M³
18	U.I. PADRE CHIQUINHO	POVOADO FLORES	125 M³
19	E.M. EPIFÂNIO CARNEIRO DA CUNHA	POVOVADO CARRO QUEBRADO	200 M³
20	E.M. JESUS, MARIA E JOSÉ	POVOVADO PONTA BONITA	75 M³
21	E.M. PAULO VI	POVOVADO FRADES	75 M³
22	U.I. ANTONIO RAIMUNDO PINHEIRO	POVOVADO SÃO JOÃO DA MATA	125 M³
23	U.I. PROF. JOÃO FONSECA	POVOADO QUELUZ	200 M³
24	E.M. PADRE CUNHA SANCHES	POVOVADO CANGAPARA	75 M³
25	E.M. CORAÇÃO DE JESUS	POVOVADO PALMARES	75 M³

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M³
01	CASA DAS DIRETORIAS	TV. SÃO RAIMUNDO II, S/N, CENTRO.	12 m³
02	CASA DOS CONSELHOS	RUA MIGUEL MORENO DA CRUZ, N°18, CENTRO.	12 m³

03	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	RUA MAGALHÃES DE ALMEIDA, S/N, CENTRO.	12 m³
04	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	RUA REGINO RODRIGUES DE PAULA 10, S/N, CENTRO.	12 m³

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – SECRETARIA DE SAUDE

ORDEM	LOCAL	ENDEREÇO	QUANT. M³
01	IMUNIZAÇÃO DO MUNICIPIO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	24 M³
02	POSTO DE SAUDE GENESIO REGO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro.	24 M³
03	SECRETARIA DE SAÚDE	Rua Antônio José da Guia, s/n, Centro.	12 M³
04	UBS – SÃO RAIMUNDO	Rua Magalhães de Almeida, s/n, Centro.	12 M³
05	UBS – LIMIRIQUE	Rua Victor Lobato, s/n, Bairro Limirique.	12 M³
06	UBS – MARIA FREIRE	Avenida João Pereira de Aragão, s/n, Centro.	12 M³
07	UBS – SANTA LUZIA	Povoado Boca do Caminho	12 M³
08	UBS – MARIA DE RIBAMAR	Povoado Bacabal	12 M³
09	UBS – OLHO D'ÁGUA	Povoado Olho D'Água	12 M³
10	UBS – SÃO PACOMIO DO AFOGA	Povoado Afoga	12 M³
11	UBS – ROMÃO MARTINS SAMPAIO	Povoado Quebra	12 M³
12	UBS – PICADA	Povoado Picada	12 M³
13	UBS – JOÃO SOARES	Povoado São João da Mata	12 M³
14	UBS – QUELUZ	Povoado Queluz	12 M³
15	UBS – FRANCISCA DE JESUS SILVA	Povoado Perimirim	12 M³
16	UBS – IDALINA FERREIRA ABREU	Povoado Cumbi	12 M³
17	HOSPITAL MUNICIPAL DR NILTON DA SILVA LIMA FILHO	Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro	48 M³

5. FONTE DE RECURSO:

5.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentário, conforme dispõe o **Decreto Municipal nº022/2021**, e **Decreto Federal n°.7.892/2013**, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos

respectivos contratos ou instrumentos equivalentes que poderão advir do presente procedimento licitatório.

5.2 Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.2. Os proponentes concorrentes devem apresentar como habilitação, comprovação através de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

7. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

7.1. Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência.
7.2 Utilização sustentável dos recursos financeiros desta Prefeitura, alocando somente o necessário para cada aquisição.
7.3. Aquisição de serviços de qualidade.

8. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

8.1. A forma da realização dos serviços, será mediante apresentação de requisição própria do executor do contrato da Prefeitura Municipal de Anajatuba – MA, em 01 (uma) via, devendo conter carimbo e devidamente assinada por servidor autorizado, contendo os seguintes dados:

a) Secretaria Municipal Requisitante;
b) Informar a quantidade dos serviços;
c) Informar o valor referente a cada serviço;
d) Informar a data da realização dos serviços;
e) Assinatura do funcionário da empresa;

8.2. A empresa deverá seguir rigorosamente os horários determinados, para que não haja prejuízo aos trabalhos das secretarias.

8.3. A prefeitura não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos;

9. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços serão realizados de conforme a necessidade das Secretarias

solicitantes, por escrito aos respectivos responsáveis, que indicará o local, onde os serviços serão executados.

9.2. O prazo para execução de cada etapa dos serviços em tela será de até **03 (três) dias** corridos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

10. RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

10.1. Secretaria Municipal de Administração.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O cumprimento das obrigações constantes da licitação será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo Gestor de fiscalização de contratos da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, ou, em seus impedimentos legais, por seu substituto eventual, representando a Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA.

11.2. O representante da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a realização dos serviços, objeto deste Termo de Referência, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Após aceitação e ateste da realização definitiva dos serviços efetuado na Nota Fiscal, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a realização dos serviços, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e das Certidões de Regularidade Fiscal: Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de Regularidade perante a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débitos e da Dívida Ativa Estadual; Prova de Regularidade perante a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

13.1. Caberá a contratante:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

b) permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços adquiridos;

c) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o contrato;

d) proceder ao pagamento do contrato dentro do prazo estabelecido;

e) proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da realização dos serviços atestados.

f) Aplicar as penalidades contratuais, quando for o caso.

g) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação;

h) Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

i) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Além dos casos comuns, implícitos ou expressos no Contrato, nas especificações e nas leis aplicáveis à espécie, cabe exclusivamente à Contratada:

a) Manter preposto, aceito pela administração da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, durante todo o período de vigência da licitação, para representá-lo sempre que for necessário;
b) Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado;
c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contratante;
e) Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;
f) Comunicar fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à realização dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
g) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA.
h) Realizar os serviços nos prazos, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber as Leis do consumidor;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

i) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA.
j) A contratada será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.
k) Percorrer os percursos estabelecidos e garantir que o usuário esteja na unidade de trabalho, do horário estabelecido pela Secretaria Municipal requisitante, cumprindo rigorosamente a carga horária pré estabelecida;
l) Comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
m) Fiscalizar regularmente os seus empregados designados paraa prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
n) Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
o) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;
p) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
q) Solicitar à Administração da CONTRATANTE autorizaçãoformal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à CONTRATADA, que esta tenha levado para o local de execução doserviço;
r) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
s) Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los.
t) Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste projeto básico;
u) Promover a anotação, registro, aprovação, licenças e outras exigências dos órgãos competentes com relação aos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
v) A contratada deverá atender ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) – Norma Regulamentadora NR-9;
w) A contratada deverá descarregar corretamente os resíduos de acordo com as normas da ABNT, Vigilância Sanitária e demais órgãos de controle ambientais.
x) Dispor de licença ambiental de operação para transporte e destinação dos fluentes;

y) Fica a cargo da CONTRATADA o descarte e a adequada destinação do resíduo coletado proveniente do que trata este Termo de Referência e do material proveniente da limpeza do local, atendendo às legislações vigentes Municipais, Estaduais e/ou Federais. Os Resíduos provenientes dos serviços de esgotamento das fossas deverão ir para uma Estação de Tratamento de Esgoto ou para reuso. A empresa pode escolher o destino do lodo e do esgoto, mas deve apresentar um Plano de Operação, com descrição detalhada das etapas de coleta, transporte, reaproveitamento ou tratamento e destinação final adotado tanto para o esgoto quanto para o lodo, e também deve conter obrigatoriamente todas as devidas licenças ambientais atualizadas desses locais.

15. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Este planejamento foi elaborado de acordo com o Ordenamento Jurídico Nacional que regulamenta o processo de aquisições para a Administração Pública, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório, visando viabilizar a aquisição dos serviços descritos neste planejamento;

15.2. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta;

15.3. Os serviços que constituem o Objeto deste Termo de Referência enquadram-se no conceito de bem comum, nos termos da legislação em vigor, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida, e ainda, o objeto é fornecido comercialmente por mais de uma empresa no mercado;

15.4. Assim, entende-se que a modalidade de licitação deverá ser PREGÃO, preferencialmente eletrônico, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública.

15.5. Órgão Gerenciador – Secretaria Municipal de Administração.

15.6. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Certame vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, improrrogável nos termos do art.12 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

15.7. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações.

15.8. A adesão da presente Ata de Registro de Preços poderá ser realizada em conformidade com Art. 22 § 3º e 4° do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018);

15.9. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da realização, desde que este serviço não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, conforme Art. 22 § 2º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

15.10. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos participantes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	ÓRGÃO GERENCIADOR SEMAD	ÓRGÃO PARTICIP. SEMED	ÓRGÃO PARTICIP. SEMAS	ÓRGÃO PARTICIP. SEMUS
01.	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m^3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	M^3	200	3.232	48	264

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. A apresentação de requisitos de qualificação técnica é um dos fatores que devem ser inseridos nos Termos de Referências e Editais de contratações da Administração Pública como forma complementar de garantir a prestação de um serviço. Bem assim, deverá conter no Edital a exigência de apresentação de:

16.1.1. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado/declaração de capacidade técnica, compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo, de modo satisfatório, serviços da mesma natureza ou similares aos da presente licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor.

17. DAS SANÇÕES

17.1. O licitante ou Beneficiário da Ata de Registro de Preços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, se for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores Estadual ou Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas

isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades:

17.2.1 Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis na substituição de produtos entregues com avarias ou com prazo de validade inferior ao exigido. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na entrega do **objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", do subitem 16.2.1., ou de** inexecução parcial da obrigação assumida;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

17.3 A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com o Município de Anajatuba, poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

17.4 As multas previstas neste Edital, serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pela Contratante.

17.5 Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou ADJUCATÁRIO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura Municipal, sob pena de cobrança judicial.

17.6 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

17.7 A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

17.8 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

17.10. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

17.11. Nenhum pagamento será feito à empresa detentora do Registro, antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

18. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19. DO CONTRATO

19.1 O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.

19.1.1. Em conformidade com o art. 64 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, devidamente fundamentado no art. 9º da Lei nº 10.520/02, a administração convocará a empresa detentora do registro de preços, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato.

19.1.2. O prazo de convocação estipulado no item 19.1.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

19.2. O presente Termo de Referência, Edital e seus anexos, bem como a proposta da empresa licitante vencedora do certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

19.3. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as devidas justificativas.

19.4. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a contratada deixe de cumprir com quaisquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.

19.5. O contrato terá vigência de acordo com as condições estabelecidas na minuta do contrato, podendo ser celebrado a qualquer tempo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19.6. A prorrogação poderá ser admitida por iguais e sucessíveis períodos nos termos do Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente.

20. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

20.1. O julgamento das propostas será do tipo menor preço "por item".

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

21. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

21.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País (Real – R$).

21.2. Os preços e lances ofertados deverão possuir apenas duas casas decimais após a virgula (* ,xx)

21.2.1. Não será admitido no preço, o fracionamento de centavos que ultrapassarem duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

21.2.2. Somente serão aceitos os preços unitários e preços totais/globais que estiverem, após a fase de lance/negociação, iguais ou inferiores aos preços estimados/orçados por esta Administração Pública Municipal.

22. ADJUDICAÇÃO

22.1. A adjudicação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".

22.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

23. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

23.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luz da Lei nº10.520/2002, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

23.1.1. Habilitação jurídica;

23.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista;

23.1.3. Qualificação técnica;

23.1.4. Qualificação econômico-financeira;

23.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

24. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

24.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta no Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 9.488/2018, DECRETO MUNICIPAL N°. 029/2021, DECRETO MUNICIPAL N° 022/2021, DECRETO MUNICIPAL N° 023/2021, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e alterada pela demais normas pertinentes à espécie.

Anajatuba (MA), __ de _____ de 2023

MATHEUS REIS DOS SANTOS
Coordenador do Setor de Compras e Pesquisa Preliminar de preços
Decreto nº 219/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 218/2022
Responsável pela Autorização do Termo de Referência

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2023

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2023

PROCESSO ADM. Nº2023.02.01.0028/2023

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2022, o MUNICIPIO DE ANAJATUBAMA, inscrito no CNPJ n° 06.002.372/0001-33, através da Secretaria Municipal de ....., com sede na ....., Cep 65.490.000, ANAJATUBA-MA, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, Srª. _____, portador da cédula de identidade nº _____ e CPF nº _____, resolve registrar os preços das empresa(s) signatária(s), vencedora(s) do PREGÃO ELETRÔNICO Nº___/2023, sob o regime de compras pelo Sistema de REGISTRO DE PREÇOS para seleção da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para futura e eventual contratação de _____, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, a teor do disposto na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 22/2021, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberam, a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e demais normas pertinentes à espécie, em conformidade com as disposições a seguir:

1. FORNECEDOR(ES), PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS REGISTRADOS:

Nome empresarial:					
CNPJ nº:					
Endereço:					
(DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax:_____					
E-mail:					
Representante legal:					
CPF nº:					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	P. Unitário Registrado (R$)	P. Total Registrado (R$)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

1.1. A empresa detentora do menor preço registrado assume o compromisso de fornecer os produtos, de acordo com as especificações, durante o período de vigência desta Ata.

2. DA EXPECTATIVA DE EXECUÇÃO

2.1 O ajuste com fornecedor registrado será formalizado pela Contratante, mediante assinatura de Termo de Contrato ou instrumento equivalente, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico n°___/2023.

2.2 O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato ou documento equivalente, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Eletrônico n°___/2023.

2.3 A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

2.4 A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada após a respectiva assinatura do contrato ou documento equivalente.

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da presente Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, e consequente publicação na imprensa oficial.

4. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

4.1 A Prefeitura Municipal de ANAJATUBA adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento.

4.2 Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea **"d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada**, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

4.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.4 A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

4.5 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão.

4.6 Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

4.7 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

4.8 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.9. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.10. Na hipótese do subitem anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

4.11. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

4.12. Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. DOS USUÁRIOS

5.3.1. Nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 22/2021, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com as condições e as regras estabelecidas na legislação aplicável à matéria.

5.3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços;

5.3.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3.1.3. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador. Após a autorização do órgão gerenciador, o "carona" deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

5.3.1.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3.2 Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar os produtos registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, podendo valer-se de outros meios legais para adquiri-los, observado o disposto neste edital e seus anexos.

5.3.3 É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento, quando, na hipótese de que trata o subitem 5.3.2, do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

6. DO CANCELAMENTO

6.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) - Descumprir as condições da ata de registro de preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;

b) - Não assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

e) - Forem observadas razões de interesse público, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovadas;

6.2. **O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras "a", "b" e "d" deste item, será formalizado por despacho do órgão gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) - por razão de interesse público; ou

b) - a pedido do fornecedor

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento dos bens, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do(s) fornecedor(es) registrado(s), sanções e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

7.2 As condições de entrega e recebimento, faturamento, pagamento, garantia, penalizações e sanções, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e outras expressamente relacionadas no Edital do Pregão Eletrônico nº___/2023 e seus Anexos, constante do Processo Administrativo Nº _____/202X integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição.

8. DA DIVULGAÇÃO E ASSINATURA

8.1 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

8.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

9. DO FORO

9.1 Fica eleito o Foro do Município de Anajatuba, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

ANAJATUBA/MA, ___de _____ de 2023

MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
XXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXX
PORT.: XXXXX

DETENTORA DO REGISTRO:

.....
CNPJ nº:
Nome
Cargo:
R.G. :

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

ANEXO DA ATA DO SRP Nº___/2023

CADASTRO DE RESERVA DAS EMPRESAS LICITANTES

Aceitam cotar os bens ou serviços objeto desta Ata de Registro de Preços com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico n.º___/2023, da Prefeitura Municipal de ANAJATUBA, Estado do Maranhão, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	INFORMAÇÕES PARA CONTA (e-mail, telefone, etc)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2023

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/ 2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023.02.01.0028/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº___/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº_____/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

A Prefeitura Municipal de Anajatuba, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 06.002.372/0001-33, com sede à Rua Benedito Leite, 868, Centro, Anajatuba/MA, através da Secretaria Municipal de _____, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de xxxxxxxxxxx, Sr.(a) xxxxxxxxxxx RG N°_____ E CPF N° _____, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o n.º _____, localizada na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, _____, R.G. n.º _____, C.P.F. n.º _____, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, decorrente do Pregão Eletrônico nº___/2023, formalizado nos autos do Processo Administrativo Nº _____/202X, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada _____, conforme especificações constantes no termo de referência anexo II do edital.

1.2. Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº ___/2023;
b) Termo de referência;
c) Proposta de Preços da CONTRATADA;
d) Ata de Registro de Preços nº_____/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

2.1. O valor unitário do presente Contrato é de R$ ..... (.....), conforme planilha orçamentária abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	PREÇO R$

				UNITÁRIO	TOTAL
01	.....				
	VALOR TOTAL R$.....				

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de XX (XXXX) meses, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
e) Manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
f) Comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação: **Ação XXX/SUBAÇÃO XXXXX/ ND XXXXX e Fonte XXXXX.**

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A execução dos serviços e os prazos relacionados ao cumprimento do contrato encontram-se definidos no termo de referência anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O gerenciamento da execução do contrato ficará a cargo de servidores designados formalmente pela Secretaria Municipal de Administração, o qual cuidará de incidentes relativos a pagamento, à documentação, ao controle do prazo de vencimento, eventuais alterações contratuais, etc., nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93. Os

serviços serão executados sob a responsabilidade e comando exclusivo da Contratada, cabendo fiscalização à Contratante. As comunicações necessárias serão feitas por intermédio do gestor ou fiscal do contrato.

6.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

6.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.4. O(s) servidor(es) designado(s) anotará (ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo-lhe(s) assegurada à prerrogativa de:

a) Fiscalizar e atestar a execução dos serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e seus anexos e na proposta vencedora;

b) Comunicar eventuais falhas na execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

c) Garantir ao contratado acesso a toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com a entrega do objeto.

d) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

e) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição do funcionário da Contratada, que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

f) Solicitar à Contratante a substituição de qualquer produto químico, material ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às exigências do cumprimento do objeto do presente projeto.

6.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor/fiscal do contrato deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

6.6. A fiscalização exercida pela Prefeitura não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

6.7. Cabe à empresa contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a Prefeitura, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O(s) pagamento(s) será efetuado em moeda corrente nacional, **no prazo de até 30 (trinta) dias,** contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo do produto entregue, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da Proposta Comercial, mediante a apresentação da Nota Fiscal, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.3. O(s) pagamento(s) será efetuado pela CONTRATANTE em **PARCELAS MENSAIS**, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente acompanhada do relatório de execução. A Nota Fiscal/Fatura será protocolizada na Secretaria Municipal de Administração, até o quinto dia útil subsequente ao mês da entrega e aceite definitivo, através de ofício, encaminhado à Secretaria, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes.

7.4. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponder os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade.

7.5. A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal/Fatura as especificações do(s) serviços(s) prestados de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato e da Nota de Empenho.

7.6. A Nota Fiscal/Fatura será atestada pela CONTRATANTE através do Fiscal do Contrato, observadas as normas estabelecidas no Contrato.

7.7. Ao protocolar o pedido de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar dentre as documentações solicitadas as Certidões Negativas de Débitos referente às Fazendas Federal, Estadual (CND e Dívida Ativa), Municipal, Justiça do Trabalho, FGTS, devidamente atualizadas, assim como comprovar quaisquer alterações havidas em seu contrato social, de acordo com a legislação vigente.

7.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.9. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 e demais legislações pertinentes.

7.10. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. O prazo de validade;

7.10.2. A data da emissão;

7.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. O período de prestação dos serviços;

7.10.5. O valor a pagar; e

7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX= Percentual da taxa anual = 6%
I = (TX)

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

8.1. Fica vedada a subcontratação parcial e total do presente objeto.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. Os preços fixados para o objeto deste contrato poderão ser reajustáveis, desde que seja observado interregno mínimo de 12 (doze) meses.

9.2. Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo utilizada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - IO).P}{IO}$$

Onde:

a) Para o primeiro reajuste:
R= reajuste procurado;

I= índice relativo ao mês do reajuste;

IO= índice relativo ao mês do novo reajuste da data limite para apresentação da proposta;

P= preço atual dos serviços.

b) Para reajustes subsequentes:
R= reajuste procurado;

I= índice relativo ao mês do novo reajuste;

IO= índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P= preço atual dos serviços/produtos até último reajuste efetuado.

9.3. Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação legal.

9.4. O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação do IPCA dos últimos 12 meses, tendo como marco inicial a data limite para apresentação da proposta.

9.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste.

9.6. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme art. 65, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

10.1. As condições de entrega e recebimento são serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. As obrigações e responsabilidade da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. As obrigações e responsabilidade da contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, além daquelas dispostas no termo de referência a empresa que:

a) Convocada, não assinar o contrato ou deixar de entregar documentação exigida no ato de sua assinatura;
b) Apresentar documentação falsa;
c) Não mantiver a proposta;
d) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual;
e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
f) Comportar-se de modo inidôneo ou ilícito;
g) Fizer declaração falsa;
h) Cometer fraude fiscal;
i) Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrênciá da contratação.

13.2. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Multas na seguinte forma:

a) De até 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do serviço não prestado/entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;

b) De até 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Nota de Empenho, no caso da recusa injustificada em assinar o contrato e/ou recebimento do empenho no prazo previsto;

c) De até 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão do Empenho;

d) De até 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;

e) De até 0,5% (meio ponto percentual) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.

13.2.2 Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.3 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Anajatuba com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até cinco anos;

13.3. A multa poderá ser aplicada concomitantemente com as sanções previstas na letra "g" deste item.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à empresa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pela Prefeitura e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério desta, ser isentas total ou parcialmente da multa.

13.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

13.9. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

13.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.14. O processamento do Processo Administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.15. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.16. Os serviços serão pagos por demanda, após a entrega dos produtos definidos em Ordem de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

a. Por ato unilateral da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas nos por ato unilateral da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na cláusula anterior;

b. Por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias; e,

c. Por via judicial, nos termos da legislação.

14.2. Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa conforme fixado no subitem 11.3 da cláusula anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para a Prefeitura as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

14.3. Em caso de rescisão, conforme motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

15.1. Este **CONTRATO** obrigará e disciplinará os contratantes e seus sucessores, não podendo nenhum deles ceder ou transferir o **CONTRATO** ou quaisquer direitos dele decorrentes.

15.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

15.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

15.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de

institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art.65 da Lei n° 8.666, de 1993.

16.2. A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.666/93, na Lei n° 10.520/2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. - Este **CONTRATO** representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

18.2. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício da prerrogativa decorrente deste **CONTRATO** não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A **CONTRATANTE** providenciará nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Município

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

20.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca do município de São Mateus do Maranhão, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente instrumento contratual em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Anajatuba, __ de _____ de 202_.

(autoridade competente)
(cargo)
Prefeitura Municipal de ANAJATUBA
Contratante

(nome da contratada)
CNPJ Nº _____
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

CERTIDÃO DE FIXAÇÃO DO EDITAL NO MURAL DE AVISOS

CERTIFICO para os devidos fins que foi afixada cópia do Edital e Aviso de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº023/2023, datado de 14/07/2023, a ser julgado em 02 de agosto de 2023 às 09h00min (Nove Horas), no Mural de Avisos desta Prefeitura nele ficando pelo prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis.

A referida licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.

Anajatuba/MA, em 14 de julho de 2023.

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2023

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, designada pelo Decreto nº 218/2022, torna público que realizará às **09:00h (Nove horas)** do dia **02 de agosto de 2023**, na plataforma Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item, tendo por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 029/2021, Decreto Municipal nº 023/2021, Decreto Municipal nº 022/2021 subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, de 2ª a 6ª feira-feira, no horário das 08h00min às 12h00min, onde poderão ser consultados e retirados gratuitamente por mídia digital ou impresso. Assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: https://www.anajatuba.ma.gov.br/licitacaolista.php. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço.

Anajatuba/MA, 14 de julho de 2023.

ANTONIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA:72123117315

Assinado de forma digital por ANTONIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA:72123117315
Dados: 2023.07.14 11:10:08 -03'00'

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº218/2022

Pref. Anajatuba-MA
Folha 195

08h00min às 12h00min, onde poderão ser consultados e retirados gratuitamente por mídia digital ou impresso. Assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: https://www.anajatuba.ma.gov.br/licitacaolista.php. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço. Anajatuba/MA, 14 de julho de 2023. **ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA.** Secretária Municipal de Administração. Decreto nº218/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2023

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, designada pelo Decreto nº 218/2022, torna público que realizará às **09:00h (Nove horas)** do dia **02 de agosto de 2023**, na plataforma Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item, tendo por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA , conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 029/2021, Decreto Municipal nº 023/2021, Decreto Municipal nº 022/2021 subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, de 2ª a 6ª feira -feira, no horário das 08h00min às 12h00min, onde poderão ser consultados e retirados gratuitamente por mídia digital ou impresso. Assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: https://www.anajatuba.ma.gov.br/licitacaolista.php. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço. Anajatuba/MA, 14 de julho de 2023. **ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA.** Secretária Municipal de Administração. Decreto nº218/2022.

Assinado eletronicamente por: Rodrigo de Sousa Fernandes - CPF: ***.380.333-** em 14/07/2023 16:45:08 - IP com nº: 192.168.18.23
Autenticação em: www.anajatuba.ma.gov.br/diariooficial.php?id=783

Pref. Anajatuba-MA
Folha 196
Rúbrica

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 175/2023- CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189.270/2022- EMSERH

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada **para prestação de serviço de tecnologia da informação para prover Link dedicado de Acesso à Internet de 50 Mbps ou superior**, visando acessos permanentes e completos para conexão à rede mundial Internet, contemplando suporte técnico, instalação, ativação e configuração dos equipamentos, para pleno funcionamento do link, para atender as necessidades da **HEMOMAR BACABAL.**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DA ABERTURA: 10/08/2022, às 09h00min, horário de Brasília.
Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br.)
Licitação nº [1010285]
Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails **"csl.emserh.ma@gmail.com"** e **"thyago.csl.emserh@gmail.com"** ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

Vinicius Boueres Diogo Fontes
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 176/2023-CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68.350/2023 - EMSERH

OBJETO: Aquisição de Material Médico-Hospitalar, Tipo: Kit Cirúrgico, para atender a demanda das Unidades Hospitalares Administradas pela EMSERH.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DA ABERTURA: às 09h00min do dia **01/08/2023,** horário de Brasília/DF.
Local de Realização: : www.licitacoes-e.com.br
Licitação nº [1010249]
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (**www.emserh.ma.gov.br**) e no site do local de realização do certame.
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou **dayanne.emserh@gmail.com,** ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 12 de julho de 2023.
Dayanne Estrela da Costa Leite
Agente de Licitação da EMSERH

ESTADO DO MARANHÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
AVISO DE EDITAL N.º 46/2023-GR/UEMA

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA torna público para conhecimento dos interessados que se encontrará disponível no site <concursoseseletivos.uema.br>, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, o Edital referente à Realização do Concurso Público destinado ao provimento de Cargo da Carreira do Magistério Superior, objeto do Edital n.º 53/2022-GR/UEMA, Edital de Retificação n.º 06/2023-SUCONS/UEMA e Editais de Prorrogação n.º 35 e n.º 56/2023-GR/UEMA (Processo n.º 19584/2022), nos termos da Resolução n.º 1564/2022-CEPE/UEMA, a ser divulgado no dia 4 de julho de 2023, conforme especificado a seguir.

✓ **Campus São Bento**
Edital n.º 91/2023-GR/UEMA - Curso de Direito Bacharelado.

São Luís - MA, 3 de julho de 2023.

Prof. Dr. Walter Canales Sant'Ana
Reitor

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 022/2023

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, designada pelo Decreto nº 218/2022, torna público que realizará às 09:00h (Nove horas) do dia 31 de julho de 2023, na plataforma Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item, tendo por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Anajatuba/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 029/2021, Decreto Municipal nº 023/2021, Decreto Municipal nº 022/2021 subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, de 2ª a 6ª feira-feira, no horário das 08h00min às 12h00min, onde poderão ser consultados e retirados gratuitamente por mídia digital ou impresso. Assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: **https://www.anajatuba.ma.gov.br/licitacaolista.php**. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço. Anajatuba/MA, 14 de julho de 2023. **ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA.** Secretária Municipal de Administração. Decreto nº218/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2023

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, designada pelo Decreto nº 218/2022, torna público que realizará às 09:00h (Nove horas) do dia 02 de agosto de 2023, na plataforma Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item, tendo por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 029/2021, Decreto Municipal nº 023/2021, Decreto Municipal nº 022/2021 subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, de 2ª a 6ª feira-feira, no horário das 08h00min às 12h00min, onde poderão ser consultados e retirados gratuitamente por mídia digital ou impresso. Assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: **https://www.anajatuba.ma.gov.br/licitacaolista.php**. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço. Anajatuba/MA, 14 de julho de 2023. **ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA.** Secretária Municipal de Administração. Decreto nº218/2022.

ESTADO DO MARANHÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
AVISO DE EDITAL N.º 47/2023-GR/UEMA

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA torna público para conhecimento dos interessados que se encontra afixado no quadro de avisos do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais - CECEN/Departamento de Educação e Filosofia, bem como no site <concursoseseletivos.uema.br>, o Edital n.º 02/2023-GR/UEMA, de 4 de julho de 2023, referente ao resultado do Concurso Público para ingresso na Carreira do Magistério Superior, realizado pela UEMA, para atender ao Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais - CECEN/Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais - CECEN/Departamento de Educação/ Departamento de Filosofia, objeto dos Editais n.º 39/2022-GR/UEMA e n.º 07/2023-GR/UEMA.

São Luís - MA, 4 de julho de 2023
Prof. Dr. Walter Canales Sant'Ana
Reitor

REAVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023. A Prefeitura Municipal de Icatu/MA, através da Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar sob a égide da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, sob o Regime de empreitada por preço global, objetivando a contratação de pessoa jurídica para construção de uma escola creche conforme especificações técnicas do projeto básico no Bairro Crissanto - Icatu/MA. ABERTURA: 01 DE AGOSTO DE 2023. ÁS 08H00MIN (OITO HORAS), Sala de sessões da Comissão de Licitações localizada na Rua Coronel Cortez Maciel, s/n, Centro, Icatu – MA, sendo presidida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos podem ser consultados gratuitamente no prédio da Prefeitura onde funciona a Comissão Permanente de Licitação ou pelo site www.icatu.ma.gov.br e ser adquiridos mediante o recolhimento da importância de R$ 50,00 (cinquenta reais) feito exclusivamente através de documento de Arrecadação Municipal (DAM). Rua Coronel Cortez Maciel, s/n, Centro, Icatu – MA, e demais informações no e-mail cplicatu-licitacao@gmail.com Icatu/MA, 13 de julho de 2023. **Nilton Mendes da Silva** Presidente da CPL.

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022-CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 176/2022

TORNA SEM EFEITO

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS.
TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO, REFERENTE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2022-CPL - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 176/2022, PUBLICADO NO JORNAL O IMPARCIAL, EDIÇÃO DO DIA 07 DE JUNHO DE 2023, PL. 7. MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER ADQUIRIDAS DA SEGUINTE FORMA. Na Comissão Permanente de Licitações – CPL, no seguinte endereço: Praça da Família, Nº 43, Centro. São Raimundo das Mangabeiras- MA, em dias úteis de segunda à sexta, no horário das 08:00 às 12:00 horas; E-mail da CPL: cpl@saoraimundodasmangabeiras.ma.gov.br.

São Raimundo das Mangabeiras- MA, 14 de julho 2023.

Glória Maria Aguiar Costa
Presidente da CPL

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
COMUNICADO

A EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, localizada na Rua João Cabral, 730 - Centro/Sul, Teresina - PI, CNPJ 06.840.748/0001-89, torna público que requereu do IBAMA, a Licença de Operação para a Linha de Distribuição 69kV Boa Esperança II - Jerumenha - Bertolínea situada nos estados do Piauí e Maranhão.

Teresina - PI, julho de 2023
Hélio Reinaldo Rafael Filho
Diretor Presidente

ESTADO DO MARANHÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
AVISO DE EDITAL N.º 48/2023-GR/UEMA

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA torna público para conhecimento dos interessados que se encontrará disponível no site <concursoseseletivos.uema.br>, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, o Edital de Retificação n.º 20/2023-GR/UEMA do Edital n.º 73/2023-GR/UEMA, de 11 de julho de 2023, referente à inscrição do Concurso Público para provimento de Cargos da Carreira do Magistério Superior, a fim de atender ao Centro de Ciências Tecnológicas - CCT/Departamento de Engenharia Civil, nos termos da Resolução n.º 1564/2022-CEPE/UEMA.

São Luís - MA, 11 de julho de 2023.
Prof. Dr. Walter Canales Sant'Ana
Reitor

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023. A Prefeitura Municipal de Cedral – MA, através de sua Presidente, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor Preço Global, objetivando Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Engenharia para Conclusão de uma Creche tipo C, FNDE-MEC, no Município de Cedral – MA, conforme Projeto Básico. A sessão será realizada na Sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada na Praça. Gov. Newton Bello, 66, Centro, Cedral, Maranhão, sendo conduzida pela Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal com data de abertura agendada para o dia 02 de agosto de 2023 às 09h:00min. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, das 08h:00min às 12h:00min horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.cedral.ma.gov.br. Cedral – MA, 14 de julho de 2023. **Tatienne da Silva Costa.** Presidente da CPL.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023-SRP. O Município de Lago da Pedra (MA), por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL avisa aos interessados que realizará Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de licitação: Menor preço por item, que será regida pela Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 004/2021, subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGO DA PEDRA/MA. Data e horário do início da disputa: 01 de agosto de 2023 às 09h00min (nove horas). Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br. Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e as empresas definidas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Meios de disponibilização do edital: no site do LICITANET (www.licitanet.com.br), PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (https://lagodapedra.ma.gov.br/acessoainformacao.php) Maiores informações poderão ser obtidas nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de Lago da Pedra- MA, onde poderão ser consultados gratuitamente, desde que em mídia, podendo ainda ser solicitado via e-mail: licitacao@lagodapedra.ma.gov.br. Lago da Pedra-MA, 13 de julho de 2023. **Sabrina Santos de Araújo** – Pregoeira

ESTADO DO MARANHÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
AVISO DE EDITAL N.º 45/2023-GR/UEMA

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA torna público para conhecimento dos interessados que se encontra afixado no quadro de avisos do Campus Barra do Corda/Curso de Letras/Curso de Pedagogia Licenciatura, bem como no site <concursoseseletivos.uema.br>, o Edital n.º 89/2023-GR/UEMA, de 21 de junho de 2023, referente ao resultado do Concurso Público para ingresso na Carreira do Magistério Superior, realizado pela UEMA, para atender ao Campus Barra do Corda/Curso de Letras/Curso de Pedagogia Licenciatura, objeto dos Editais n.º 46/2022-GR/UEMA e n.º 43/2023-GR/UEMA.

São Luís - MA, 21 de junho de 2023.
Prof. Dr. Walter Canales Sant'Ana
Reitor

FIQUE A PAR DE TUDO, LEIA O IMPARCIAL.
O melhor e mais diversificado conteúdo de notícias do Estado


ASSINATURA: (98) 99144-5645
COMERCIAL: (98) 99116-1624
oimparcial.com.br

Pref. Anajatuba-MA
Folha 192
Rúbrica

equipados com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com senha pessoal, com recarga/créditos mensais, relativos à concessão dos auxílios para aquisição de refeições ou gêneros alimentícios pelos servidores da Maranhão Parcerias – MAPA, na forma da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 13.303 de 30 de junho de 2016 e suas alterações posteriores, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MAPA – RILC/MAPA e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus Anexos estão à disposição para consulta através do site: http://mapa.ma.gov.br, na aba "Licitações e Pregões". São Luís/MA, 13 de julho de 2023. **MARCUS VINÍCIUS COSTA DE MENDONÇA**– Pregoeiro da MAPA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGAO ELETRÔNICO N.º 014/2023. A Prefeitura Municipal de Água Doce, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço unitário, sob a égide da Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente a lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, decreto 10.024/2019. Tendo por objeto a contratação dos serviços de atendimentos médicos ambulatoriais para Rede Municipal de Saúde Água Doce do Maranhão - MA, no dia 31 de julho de 2023, as 09h00min (horário de Brasília) através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site: https://www.licitaaguadocema.com.br sendo presidida pelo Pregoeiro, na sala da Comissão Permanente de Licitação no Prédio da Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão - MA. Demais informações pelo endereço eletrônico cplp.aguadoce.ma@gmail.com. onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente, bem como consultados através do portal da transparência deste órgão. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras – Endereço: https://www.licitaaguadocema.com.br, Portal da transparência https://www.aguadocedomaranhao.ma.gov.br/transparencia e na **sala da Comissão Permanente de Licitação. Qualquer modificação no** Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na CPL ou encaminhados no e-mail informado. Água Doce do Maranhão – MA, 14 de julho de 2023. Antônio de Lima Santos Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 022/2023 O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, designada pelo Decreto nº 218/2022, torna público que realizará às **09:00h (Nove horas)** do dia **31 de julho de 2023**, na plataforma Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item, tendo por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Anajatuba/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 029/2021, Decreto Municipal nº 023/2021, Decreto Municipal nº 022/2021 subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, de 2ª a 6ª feira-feira, no horário das 08h00min às 12h00min, onde poderão ser consultados e retirados gratuitamente por mídia digital ou impresso. Assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: https://www.anajatuba.ma.gov.br/licitacaolista.php. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço. Anajatuba/MA, 14 de julho de 2023. **ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA.** Secretária Municipal de Administração. Decreto nº218/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2023 O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, designada pelo Decreto nº 218/2022, torna público que realizará às **09:00h (Nove horas)** do dia **02 de agosto de 2023**, na plataforma Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item, tendo por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 029/2021, Decreto Municipal nº 023/2021, Decreto Municipal nº 022/2021 subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, de 2ª a 6ª feira-feira, no horário das 08h00min às 12h00min, onde poderão ser consultados e retirados gratuitamente por mídia digital ou impresso. Assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: https://www.anajatuba.ma.gov.br/licitacaolista.php. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço. Anajatuba/MA, 14 de julho de 2023. **ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA.** Secretária Municipal de Administração. Decreto nº218/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO 1722/2023 – Barra do Corda/MA. A Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA, através da Pregoeira e equipe de apoio, torna-se público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, com critério de julgamento, menor preço global, nos termos da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93. Objeto: **contratação de pessoa (s) jurídica (s) para fornecimento de combustível, do tipo gasolina comum, óleo Diesel S10, óleo diesel comum e etanol para abastecimento da frota de veículos pertencentes a secretaria municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e Infraestrutura no município de Barra do Corda/MA.** A dotação orçamentária será: 15.451.1002.2048.0000; 04.122.1001.2003.0000 - Elemento de Despesa: 3.3.90.30; 4.4.90.52; Projeto Atividade: 2048; 2003 Fonte de recursos: Recursos Ordinários. **Valor TOTAL: R$ 4.597.700,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa e sete mil e setecentos reais)**. Início da disputa ocorrerá dia 31 de julho de 2023 às 10h:000min. Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos, junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, situado na Rua Isaac Martins, 371, Centro Barra do Corda - MA, no horário de 08h00minh as 12h00minh, no Portal da Transparência do município e na plataforma da BLL pelo site www.bll.org.br, informações pelo e-mail cplbdc2021@gmail.com. Barra do Corda – MA, 14 de julho de 2023. Publique-se. Mikaela Oliveira Cabral. Pregoeira do município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MENDES - MA

AVISO DE ADIAMENTO LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2023. A Prefeitura Municipal de Cândido Mendes, por meio de sua COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, torna público o **ADIAMENTO DA TOMADA DE PREÇO** nº **002/2023**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COM ARQUIBANCADA SITUADA NO POVOADO BARÃO DE TROMAY/FORQUILHA NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MENDES-MA**, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", que reger-se-á pelas disposições, pela Lei 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações e, ainda, pelo estabelecido no Instrumento Convocatório e seus anexos. NOVA DATA: **dia**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

JUNTADA DE PUBLICAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº023/2023

Junto aos autos do processo licitatório **nº023/2023**, na Modalidade: PREGÃO, na forma ELETRÔNICO do tipo menor Preço por item, as publicações do aviso de licitação no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal (em 14/07/2023), Diário Oficial do Município (em 14/07/2023), jornal "OIMPARCIAL" (em 17/07/2023) e Diário Oficial do Estado do Maranhão (em 18/07/2023).

Anajatuba - MA, em 18 de julho de 2023.

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

JUNTADA DE PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

Junto aos autos do Processo Licitatório nº **023/2023**, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, **PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL** da empresa **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO**, inscrita no CNPJ nº **28.180.848/0001-69**, apresentados para o presente certame.

N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO – ME
Travessa Santa Luzia, nº 01, centro – Santa Rita- MA
CNPJ: 28.180.848/0001-69
INSC. ESTADUAL: 12533658-6

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº023\2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023.02.01.0028\2023

SESSÃO PÚBLICA: 02/08/2023, ÀS 09:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNCIPAL DE ANAJATUBA /MA Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na FormaEletrônica nº023/2023 acatando

NOME DE FANTASIA: N S SERVIÇOS	
RAZÃO SOCIAL: N S ROSAFILHO DEDETIZAÇÃOE SERVIÇOS	
CNPJ: 28.180.848\0001-69	
INSC. EST.: 12.533.658-6	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM (X) NÃO( )	
ENDEREÇO: TRAVESSA SANTA LUZIA N.01	
BAIRRO: CENTRO	**CIDADE: SANTA RITA=MA**
CEP: 65145000	**E-MAIL:nariofilho@hotmail.com**
TELEFONE:98 984141641	**FAX: 98 984141641**
CONTATO DA LICITANTE: NARIO	**TELEFONE: 98 984141641**
BANCO DA LICITANTE: BRASIL	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE: 57454-6**
Nº DA AGÊNCIA: 2555-0	

ITENS	OBJETO	MARCA	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$

ITEM	OBJETO	UND	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	M³	3,744M3	161,00	602,784.00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS R$ 602 .784.00,00 (SEISCENTOS E DOIS MIL SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS)

A EMPRESA: N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇOS DECLARA QUE:

NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353

Assinado de forma digital por NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353
Dados: 2023.08.01 15:27:47 -03'00'

N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO – ME
Travessa Santa Luzia, nº 01, centro – Santa Rita- MA
CNPJ: 28.180.848/0001-69
INSC. ESTADUAL: 12533658-6

ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO,TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE Anajatuba - MA , E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.
QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA RUA BENEDITO LEITE 868 CENTRO CEP 65.490-000 Anajatuba-MA TODOS OS EQUIPAMENTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

SANTA RITA/MA, 01 DE AGOSTO DE 2023

NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353
Assinado de forma digital por NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353
Dados: 2023.08.01 15:28:10 -03'00'

N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO-ME
CNPJ: 28.180.848\0001-69
NARIO SANTOS ROSA FILHO
N.IDENT 90049498-0 SSPMA
CPF:993.837.053-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

JUNTADA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Junto aos autos do Processo Licitatório nº **023/2023**, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da empresa **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO**, inscrita no CNPJ nº **28.180.848/0001-69**, apresentados para o presente certame.

Pref. Anajatuba-MA
Folha 103
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,ev, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária 0161001, 0230600, 1813001, 1813099, 4761001, 4213800, 3822000, 3600602, 3701100, 3702900, 3811400, 3812200	8122-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas 8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios 3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos 3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 3701-1/00 - Gestão de redes de esgoto 3821-1/00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos 3822-0/00 - Tratamento e disposição de resíduos

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária 3821100, 4120400, 4211101, 4222701, 4299501, 4313400, 4321500, 4322302, 4330402, 4330404, 4399105, 4399199	perigosos 0161-0/01 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas 4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias 4399-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente (construção de fornos

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
_____ __/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 205
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 3/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária 4646001, 4647801, 4649404, 4649408, 4686902, 4689399, 4757100, 4761003, 4763602, 4772500, 4781400, 4789099	industriais, construção de partes de edifícios, tais telhados, coberturas, chaminés, lareiras, churrasqueiras, etc e os serviços de limpeza de fachadas, com jateamento de areia, vapor e semelhantes) 5620-1/01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas 5620-1/02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê; 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nariano Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 206
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 4/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária 4923002, 4924800, 4930201, 4930202, 5320202, 5620101, 5620102, 7020400, 7111100, 7112000, 7119701, 7120100	produtos perigosos e mudanças, municipal; 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor; 5320-2/02 - Serviços de entrega rápida; 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 7112-0/00 - Serviços de engenharia 0230-6/00 - Atividades

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 207
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 5/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária 7420001, 7490199, 7711000, 7732201, 7739003, 7739099, 7830200, 8011101, 8121400, 8129000, 8211300, 8230001	de apoio à produção florestal 4647-8/01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 4120-4/00 - Construção de edifícios 4299-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 4330-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 4313-4/00 - Obras de terraplenagem 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
06/07/2017	28.480.848/0001-69			☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/_____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 208
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 6/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 21102167921	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) NARIO SANTOS ROSA FILHO	
NACIONALIDADE BRASILEIRA	ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)
SEXO Masculino	REGIME DE BENS(se casado) XXX
FILHO DE (pai) NARIO SANTOS ROSA	(mãe) MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) TRAVESSA SANTA LUZIA	NÚMERO SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO Santa Rita	UF MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua,av, etc) TRAVESSA SANTA LUZIA	NÚMERO 01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária 8299799, 8599604, 9001902, 9001905, 9001999, 4759899	4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 4330-4/02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 4924-8/00 - Transporte escolar 7111-1/00 - Serviços de arquitetura 7119-7/01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nario Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/_____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 209
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 7/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,ev, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	para construção sem operador, exceto andaimes 7830-2/00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 8011-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada 1813-0/01 - Impressão de material para uso publicitário 1813-0/99 - Impressão de material para outros usos 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica 4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 8/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	4649-4/04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria 4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 4686-9/02 - Comércio atacadista de embalagens 4689-3/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente(comércio atacadista de artefatos de borracha, exceto para veículos e uso residencial;comércio

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 219
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 9/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	atacadista de partes, injetados e acessórios para calçados; comércio atacadista de peças e acessórios para aparelhos de uso doméstico e pessoal, elétricos e eletrônicos e comércio atacadista de cordas e cordoarias) 4757-1/00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 4759-8/99 - Comércio varejista

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nario Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 212
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 10/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente(artigos de cutelaria; toldos e similares; papel de parede e similares) 4761-0/01 - Comércio varejista de livros 4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos 4772-5/00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 4789-0/99

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/_____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 213
Rúbrica R

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 11/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	- Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente(artigos religiosos e de culto; artigos eróticos (sex shop); artigos funerários; artigos para festas; plantas, flores e frutos artificiais para ornamentação; perucas; artigos para bebê; rede de dormir; carvão e lenha; molduras e quadros; extintores, exceto para veículos; cargas e preparados para incêndio) 7020-4/00 - Atividades de

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL (DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL)
06/07/2017	28.180.848/0001-69			☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/_____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 214
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 12/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica 7120-1/00 - Testes e análises técnicas 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente (serviços de avaliação não-imobiliária (jóias, antiguidades, etc.) e atividades de assessoria e consultoria técnica em áreas profissionais, científicas e técnicas não especificadas

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 215
Rúbrica R

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 13/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,ev, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	anteriormente, inclusive as realizadas por profissionais autônomos ou constituídos como empresas individuais) 7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente (atividade de limpeza de máquinas industriais; atividade de limpeza em trens, ônibus, embarcações, etc.; atividade de limpeza de

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nario Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 216
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 14/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NUMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,ev, etc)	NUMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)
Atividade Principal
8122200
Atividade Secundária

Descrição do Objeto
garrafas; atividade de limpeza de ruas; atividade de limpeza de caixas de água e caixas de gordura e atividades de limpeza especializada como a limpeza de chaminés, de fornos, incineradores, caldeiras, dutos de ventilação e de refrigeração de ar) 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 8299-7/99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 917
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 15/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 21102167921		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX		
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) NARIO SANTOS ROSA FILHO				
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)		
SEXO Masculino	REGIME DE BENS(se casado) XXX			
FILHO DE (pai) NARIO SANTOS ROSA		(mãe) MARIA JOSE ROSA		
NASCIDO EM (data de nascimento) 03/10/1983	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 0000900494980	Órgão emissor SSP	UF MA	CPF(número) 993.837.053-53
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX				
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) TRAVESSA SANTA LUZIA				NUMERO SN
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 65145-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 002566 - Santa Rita	
MUNICÍPIO Santa Rita				UF MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME				ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua,ev, etc) TRAVESSA SANTA LUZIA				NUMERO 01
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 65145-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 002566 - Santa Rita	
MUNICÍPIO Santa Rita	UF MA	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM	
VALOR DO CAPITAL - R$ 500.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) quinhentos mil reais			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	Descrição do Objeto especificadas anteriormente(serviços de taquigrafia; atividades dos despachantes, exceto aduaneiros; administração de cartões de desconto; serviços de avaliadores, exceto de seguros e imóveis) 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador(motores, turbinas e			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 06/07/2017	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 28.180.848/0001-69	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
DATA ASSINATURA 15/03/2019	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Nario Santos Rosa Filho			

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE __/__/____	AUTENTICAÇÃO MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 16/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	máquinas-ferramenta; geradores, guinchos, guindastes e empilhadeiras; aparelhos de usos comerciais e industriais; equipamentos cinematográficos; equipamentos profissionais para rádio, televisão e comunicações; equipamentos de teste, medição e controle e contêineres) 9001-9/02 - Produção musical 8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 9001-9/05 - Produção de

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 219
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 17/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares 3600-6/02 - Distribuição de água por caminhões 9001-9/99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente(produção de espetáculos de som e luz; produção de shows pirotécnicos; atividades de diretores, produtores e empresários de eventos artísticos ao vivo; atividades de apresentadores de programa de televisão e

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nário Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 220
Rúbrica

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 18/18

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
21102167921	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): NARIO SANTOS ROSA FILHO

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NARIO SANTOS ROSA	MARIA JOSE ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
03/10/1983	0000900494980	SSP	MA	993.837.053-53

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	SN

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF
Santa Rita	MA

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
TRAVESSA SANTA LUZIA	01

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	65145-000	002566 - Santa Rita

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Rita	MA	BRASIL	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
500.000,00	quinhentos mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 8122200 Atividade Secundária	de rádio; atividades de cenografia e atividades de elaboração de roteiros de teatro, cinema, etc.) 8122-2/00 - Imunização e controle de pragas submarina

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL: DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
06/07/2017	28.180.848/0001-69			☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
15/03/2019	Nario Santos Rosa Filho

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
_____ __/__/____	MA2190002470519

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Pref. Anajatuba-MA
Folha 223
Rúbrica R

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL - SANTA RITA-MA

Selo de Fiscalização
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Maranhão
Reconhecimento de Firma
000031705096

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL
Trav. Ferdinan S/Nº - Centro
SANTA RITA/MA.

Reconheço por AUTENTICIDADE a (s) firma (s) de
Nério Santos Rosa
Filho
Do que dou fé. Em test° da verdade
Santa Rita/ MA, 15/03/2019
( ) Patrícia Cavalcante Rego Macêdo - Tabeliã e Oficial
(X) Francimar Albuquerque Sousa - Oficial Substituta
( ) Marcelo Cláudio S. de Medeiros - Oficial Substituto
( ) Layane S. Guimarães - Escrevente
( ) Lailma Santos Guimarães - Escrevente

JUCEMA

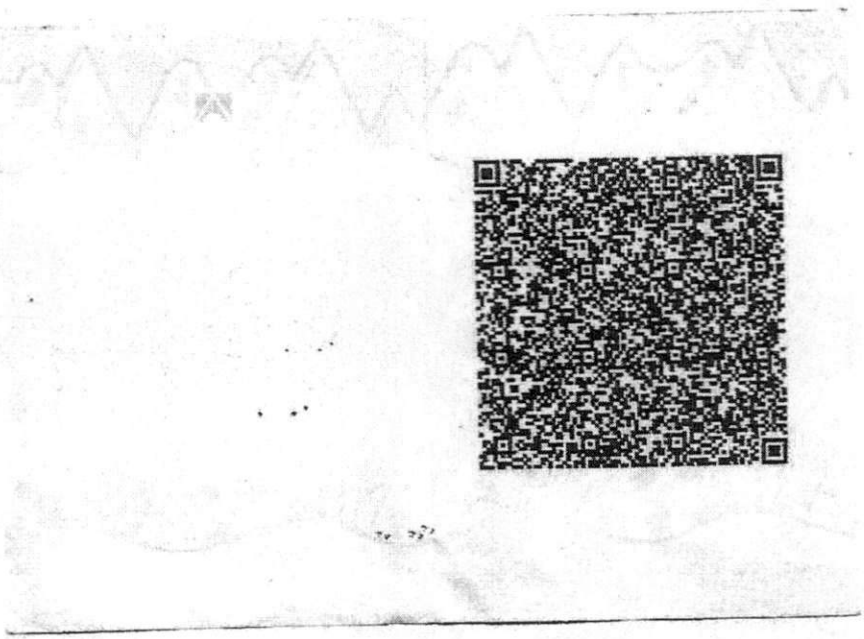
CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2019 10:28 SOB Nº 20190244747.
PROTOCOLO: 190244747 DE 18/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901189719. NIRE: 21102167921.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

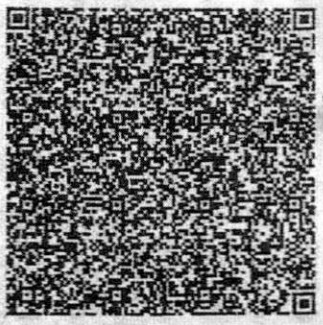
Lílian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 18/03/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

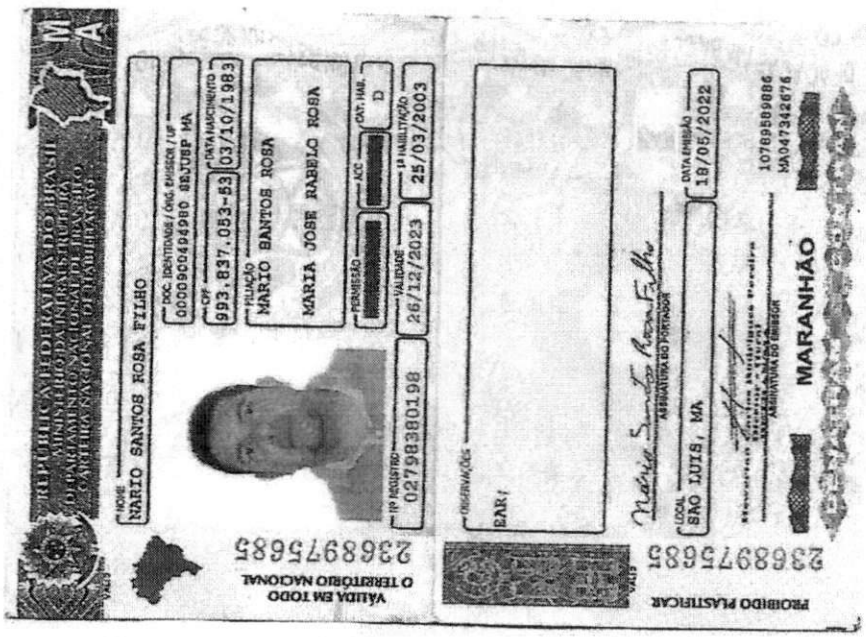
A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

00860269 41

00860269 41











Pref. Anajatuba-MA
Folha 223
Rúbrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
28.180.848/0001-69 **MATRIZ**		**13/07/2017**

NOME EMPRESARIAL
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-01 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas
02.30-6-00 - Atividades de apoio à produção florestal
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos
36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
38.22-0-00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TV SANTA LUZIA	**01**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.145-000	**CENTRO**	**SANTA RITA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM	**(98) 3302-8526**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/07/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/08/2023** às **10:49:15** (data e hora de Brasília). Página: **1/4**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
28.180.848/0001-69 **MATRIZ**		**13/07/2017**

NOME EMPRESARIAL
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens
46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TV SANTA LUZIA	**01**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.145-000	**CENTRO**	**SANTA RITA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM	**(98) 3302-8526**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/07/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/08/2023** às **10:49:15** (data e hora de Brasília). Página: **2/4**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
28.180.848/0001-69 **MATRIZ**		**13/07/2017**

NOME EMPRESARIAL
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
53.20-2-02 - Serviços de entrega rápida
56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas
74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TV SANTA LUZIA	**01**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.145-000	**CENTRO**	**SANTA RITA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM	**(98) 3302-8526**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/07/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/08/2023** às **10:49:15** (data e hora de Brasília). Página: **3/4**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
28.180.848/0001-69 **MATRIZ**		**13/07/2017**

NOME EMPRESARIAL
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
90.01-9-02 - Produção musical
90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TV SANTA LUZIA	**01**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.145-000	**CENTRO**	**SANTA RITA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM	**(98) 3302-8526**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/07/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/08/2023** às **10:49:15** (data e hora de Brasília). Página: **4/4**

Pref. Anajatuba-MA
Folha 227
Rúbrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO
CNPJ: 28.180.848/0001-69

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:47:27 do dia 16/03/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/09/2023.
Código de controle da certidão: **A830.A6B7.D1E6.BD94**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Pref. Anajatuba-MA
Folha 928
Rúbrica

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.180.848/0001-69
Razão Social: N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO ME
Endereço: TV STA LUZIA 01 / CENTRO / SANTA RITA / MA / 65145-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:14/07/2023 a 12/08/2023

Certificação Número: 2023071407584541080509

Informação obtida em 01/08/2023 10:47:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Pref. Anajatuba-MA
Folha 229
Rúbrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 28.180.848/0001-69
Certidão nº: 10786257/2023
Expedição: 15/03/2023, às 08:52:04
Validade: 11/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.180.848/0001-69**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Estado do Maranhão — SINTEGRA/ICMS — Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Maranhão — Secretaria da Fazenda

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 28.180.848/0001-69 **Inscrição Estadual:** 12.533658-6
Razão Social: N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO
Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

Logradouro: TRV SANTA LUZIA
Número: 1 **Complemento:**
Bairro: CENTRO
Município: SANTA RITA **UF:** MA
CEP: 65145000 **DDD:** **Telefone:** 33028526

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 8122200 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
3821100	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
3822000	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS
4120400	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
4211101	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
4213800	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4222701	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO
4299501	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
161001	SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS
4322302	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO
4330402	INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL
4330404	SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
4399199	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4646001	COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA
4647801	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA
4649404	COMÉRCIO ATACADISTA DE MÓVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA
4649408	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
4686902	COMÉRCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS
230600	ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO FLORESTAL
4689399	COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4757100	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO
4759899	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4761001	COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS
4761003	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
4763602	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
4772500	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
4781400	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
4789099	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4923002	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
1813001	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO
4924800	TRANSPORTE ESCOLAR
4930201	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL
4930202	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

CNAEs Secundários	
Código	**Descrição CNAE**
5320202	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA
5620101	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS
5620102	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ
7020400	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA
7111100	SERVIÇOS DE ARQUITETURA
7112000	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
7119701	SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA
1813099	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS
7120100	TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
7420001	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AÉREA E SUBMARINA
7490199	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7711000	LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7732201	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES
7739003	ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES
7739099	ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR
7830200	FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
8011101	ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA
8121400	LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
3600602	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES
8129000	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8211300	SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO
8230001	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
8299799	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8599604	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
9001902	PRODUÇÃO MUSICAL
9001905	PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES
9001999	ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
3701100	GESTÃO DE REDES DE ESGOTO
3702900	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO COM RESTRIÇÃO

Data desta Situação Cadastral: 11/07/2023

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/04/2010 - (4649408-4689399-4646001), 01/07/2010 - (1813099-4647801), 01/10/2010 - (4649404-4686902-1813001), 07/11/2017 - (Devido emissão voluntária),

EDF a partir de: 13/07/2017,

CTE a partir de: 01/03/2012 - (OBRIGADO => SERVIÇO DE TRANSPORTE),

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 01/08/2023

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2012

Pref. Anajatuba-MA
Folha 232
Rúbrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nº Certidão: 169633/23 **Data da** 08/07/2023 15:56:38

Inscrição Estadual: 125336586 **CPF/CNPJ:** 28180848000169

Razão Social: N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO

Endereço: TRV SANTA LUZIA, 1 CEP: 65145000 - CENTRO

Telefone: (98)33028526 **Município:** SANTA RITA **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelo art. 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), constam crédito tributário, não vencidos ou com exigibilidade suspensa, conforme indicados, em desfavor do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS			
TIPO	**DOCUMENTO**	**DATA EMISSÃO**	**SITUAÇÃO**
AUTO DE INFRACAO	358810062	09/06/2023	SALDO DEBITO (NAO VENCIDO)

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 05/11/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 08/07/2023 15:56:38

Pref. Anajatuba-MA
Folha 233
Rúbrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 048951/23 **Data da** 08/07/2023 16:01:00

Inscrição Estadual: 125336586 **CPF/CNPJ:** 28180848000169

Razão Social: N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO

Endereço: TRV SANTA LUZIA, 1 CEP: 65145000 - CENTRO

Telefone: (98)33028526 **Município:** SANTA RITA **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 05/11/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 08/07/2023 16:01:00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

PRAÇA DR. CARLOS MACIEIRA, Nº S/N - CENTRO

CNPJ: 63441836000141

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E A DIVIDA ATIVA DO MUNICIPIO

CERTIFICO, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta prefeitura, em nome do(a) requerente NÃO CONSTA DÉBITOS referente ao contribuinte especificado, inscritos ou não na Divida Ativa, até a presente data.
Ficam, todavia, ressalvados o direito da Fazenda Municipal de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados.
A presente certidão original, não pode conter rasuras, emitida em duas vias de igual teor e forma, tem validade até a data especificada.

Cadastro:	**000138**	Inscrição Municipal:	**1100310750**
Contribuinte:	**N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICOS - ME**	CPF/CNPJ:	**28180848000169**
Nome Fantasia:			
Endereço:	**TRV SANTA LUZIA, 01**	Complem:	
Bairro:	**CENTRO**	CEP:	**65145000**
Cidade:	**SANTA RITA - MA**		
Inscrição Est.:	Data de Abertura: **13/07/2017**	Data de Encerramento:	**0**
Atividade:	**Imunização e controle de pragas urbanas, Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, Serviços especializados para construção não especificados an, Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, Limpeza em prédios e em**		

Atividade(s) CNAE

Imunização e controle de pragas urbanas

Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

ATENÇÃO: Esta certidão é valida somente com autenticação mecânica ou acompanhada de comprovante de pagamento.

Emissão: **23/05/2023 09:44:09** Validade: **20/09/2023** Usuário: **SUZANA**

Número/Controle da Certidão: **D60256AFFB0F2319**

AMAURY SILVA S. ARAUJO
Secretário Municipal de
Adm. e Finanças
Portaria 13/2021

Empresa: **N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO - ME**
C.N.P.J.: 28.180.848/0001-69
Balanço encerrado em: 31/12/2022

Folha/Página: R 0001
Número livro: 0006

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.241.655,69D**
ATIVO CIRCULANTE	**912.499,63D**
DISPONÍVEL	**902.499,63D**
CAIXA	**896.015,53D**
CAIXA GERAL	896.015,53D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**6.484,10D**
BANCO DO BRASIL	6.484,10D
ESTOQUE	**10.000,00D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**10.000,00D**
MERCADORIAS P/ SERVIÇOS	10.000,00D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**329.156,06D**
IMOBILIZADO	**329.156,06D**
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	**99.096,89D**
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	99.096,89D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**299.961,08D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	162.000,00D
INSTALAÇÕES DIVERSAS	45.616,89D
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	92.344,19D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**69.901,91C**
(-) DEPRECIAÇOES ACUMULADAS	69.901,91C
PASSIVO	**1.241.655,69C**
PASSIVO CIRCULANTE	**20.854,92C**
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	**19.954,92C**
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	**19.954,92C**
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	19.954,92C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**900,00C**
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**900,00C**
INSS A RECOLHER	900,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.220.800,77C**
CAPITAL SOCIAL	**20.854,92D**
CAPITAL SUBSCRITO	**500.000,00C**
CAPITAL SOCIAL	500.000,00C
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	**520.854,92D**
CAPITAL A INTEGRALIZAR	520.854,92D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**1.241.655,69C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**1.241.655,69C**
LUCROS ACUMULADOS	1.591.857,69C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	350.202,00D

NARIO SANTOS ROSA FILHO

CPF: 993.837.053-53

RAFAEL MARTINS OLIVEIRA
Reg. no CRC - MA sob o No. 011895
CPF: 009.512.363-69

Empresa: **N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO - ME** Folha: Número
C.N.P.J.: 28.180.848/0001-69
Insc. Junta Comercial: 21102167921 Data: 13/07/2017

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	1.303.938,91	1.303.938,91
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-) SIMPLES NACIONAL	(80.523,59)	(80.523,59)
RECEITA LÍQUIDA		1.223.415,32
LUCRO BRUTO		1.223.415,32
DESPESAS OPERACIONAIS		(69.901,91)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(69.901,91)	(69.901,91)
RAS DESPESAS OPERACIONAIS		
JSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(110.331,50)	(110.331,50)
RESULTADO OPERACIONAL		1.043.181,91
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		1.043.181,91
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.043.181,91

Empresa: **N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO - ME**
Inscrição: 28.180.848/0001-69
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2022

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	912.499,63 + 0,00	43,75
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	20.854,92 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	912.499,63	43,75
	Passivo Circulante	20.854,92	
Índice de Liquidez Imediata	Disponível	902.499,63	43,28
	Passivo Circulante	20.854,92	
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	20.854,92 + 0,00	0,02
	Passivo Total	1.241.655,69	
Índice de Giro do Ativo	Receita de Vendas	1.303.938,91	1,05
	Ativo	1.241.655,69	

Empresa: **N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO - ME** Folha: 004
CNPJ: 28.180.848/0001-69 Número livro: 6

Nota 1 - Práticas Contábeis

1.1 - Disponibilidadas
Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata.
a) Aplicações Financeiras
Estão registradas ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.
b) Direitos e obrigações
Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de caixa.

1.4 - Estoques
Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

Nota 2 - Investimentos em Outras Sociedades
A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

Nota 3 - Garantias prastadas a terceiros a outras rasponsabilidadas avantuais ou contingantas
Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresas, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de qualquer natureza.

Nota 4 - Eventos subsequentes
Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subseqüentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00951236369	RAFAEL MARTINS OLIVEIRA
99383705353	NARIO SANTOS ROSA FILHO

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/04/2023 11:40 SOB Nº 20230476309.
PROTOCOLO: 230476309 DE 12/04/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12304858050. CNPJ DA SEDE: 28180848000169.
NIRE: 21102167921. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 12/04/2023.
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO - ME

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Vara Única da Comarca de Santa Rita

CERTJUDGRA-VNSRIT - 132023
Código de validação: AE09F823B8

CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada que dando busca nos arquivos referentes aos feitos de **Falência ou Concordata**, a partir do dia 03 (três) do mês de agosto do ano de dois mil e sete (2007) até o dia 27 de junho do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES E/OU EXECUÇÕES** contra **N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO-ME**, inscrita no **CNPJ: 28.180.848/0001-69**, estabelecida na Travessa Santa Luzia, 01, Centro, Santa Rita-MA. **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria Judicial é a única existente na Comarca de Santa Rita, Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão nesta Secretaria a meu cargo, no Fórum desta cidade de Santa Rita, Estado do Maranhão. Eu, Emerson de Jesus Silva, Secretário Judicial Substituto, consultei e digitei, subscrevo e assino. Santa Rita/MA, 27 de junho de 2023.

OBSERVAÇÃO: O Nome, RG e CPF/CNPJ constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário. Esta certidão abrange somente as varas comuns da Comarca de Santa Rita-MA. Está certidão é emitida em uma única via, sem rasuras e mediante assinatura do servidor. O prazo de validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias.

EMERSON DE JESUS SILVA
Secretário Judicial Substituto
Vara Única da Comarca de Santa Rita
Matrícula 153551

Documento assinado. SANTA RITA, 27/06/2023 05:21 (EMERSON DE JESUS SILVA)

Pref. Anajatuba-MA
Folha 241
Rúbrica

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: RAFAEL MARTINS OLIVEIRA
REGISTRO.....	: MA-011895/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.512.363-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 06/06/2023 as 16:15:00.
Válido até: 04/09/2023.
Código de Controle: 937076.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

Prefeitura de Colinas
Melhor pelo povo

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS - MA, inscrita no CNPJ sob nº 06.113.682/0001-25, situada Praça Dias Carneiro, nº 402 - Centro – Colinas - MA, atesta para os devidos fins que a empresa: **N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇOS - ME,** inscrita no **CNPJ sob o nº 28.180.848/0001-69,** com sede na Travessa Santa Luzia 01 – Centro, cidade de Santa Rita - MA, Executou os Serviços abaixo especificados em plenas condições de uso, no prazo estabelecido: O **objeto do presente Contrato é a execução dos serviços de Limpeza de Fossas das Unidades Escolares da Zona Urbana e Rural, do Município de COLINAS, de acordo com as condições contidas no Anexo I – Especificações e Quantidades e Anexo II - Termo de Referência dos Serviços, parte integrante deste Convite, e Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA. Carta Convite nº 09/2019**

Atestamos que tais fornecimentos foram executado (a)s satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Conforme Contrato nº 110/2019. Com inicio dos serviços, 10 de Maio de 2019 com o Termino em 10 de Agosto de 2019

Colinas – MA, 13 de Agosto de 2019.

2º OFÍCIO

Maria do Socorro Borba Torres
Secretária Municipal de Educação

Sonia M. C. Rocha Peixo
Escrevente Autorizada

4º OFÍCIO DE NOTAS

Nario Santos Rosa Filho
N S ROSA FILHO DEDETIZAÇAO E SERVIÇOS-ME
CNPJ Nº 28.180.848/000L69
NARIO SANTOS ROSA FILHO
C.P.F.n.º 093.837.053-53

TABELIONATO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS - SÃO LUÍS-MA

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL
COLINAS - MA

Poder Judiciário TJMA Selo: REORR02981BXRU48N178GSPOA22 Data/Hora: 10/03/2020 15:47:18. Ato: 13.17.2. Parte(s): MARIA DO SOCORRO BORBA TORRES. Rec Firma: Autenticidade. Total: R$ 4,60. Emolumentos: R$ 4,40, FERC: R$ 0,10. Consulte a validade deste selo em https://selo.tjma.jus.br

Pref. Anajatuba-MA
Folha 243
Rúbrica R

Prefeitura de Colinas
Melhor pelo povo
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
CNPJ 06.113.682/0001-25

Folhas: 234
Processo: 131/2019
Ano
Assinatura:

ORDEM DE SERVIÇO LIMPEZA DE FOSSA	
SERVIÇOS A SEREM EXECUTADA: **A PRESENTE ORDEM DE SERVIÇO REFERE-SE: CONTRATO É A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA ZONA URBANA E RURAL, DO MUNICÍPIO DE COLINAS**	
EMPRESA EXECUTORA: **N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇOS – ME** C.N.P.J.(MF) sob o n.° 28.180.848/0001-69	
VALOR DOS SERVIÇOS: **VALOR: R$: 171.355,50 (cento e setenta e um mil trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos),**	
PRAZO PARA EXECUÇÃO: EM ATÉ 12 (DOZE) MESES., CORRIDOS, CONTADOS À PARTIR DO 5° DIA SEGUINTE AO DA EMISSÃO DESTA ORDEM DE SERVIÇO.	
AUTORIZAMOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES NA PRESENTE ORDEM DE SERVIÇO. **COLINAS (MA), 10 DE MAIO DE 2019**	
CONTRATANTE	**EMPRESA**
COLINAS (Ma), 10.05.2019	**DE ACORDO:**
Sra Maria do Socorro Borba Torres **Secretaria Municipal de Educação/SEMED**	**EMPRESA EXECUTORA:** **N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇOS – ME** **C.N.P.J.(MF) sob o n.° 28.180.848/0001-69.** **Sr. Nario Santos Rosa Filho** CPF Nº 993.837.053-53, CI Nº 0000900494980 **CONTRATADA** **RECEBEMOS EM:_____/_____/_____**

NFS-e COMPOSTA POR 1 PÁGINA(S)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da NFS-e
12
Código de Verificação de
6KSCBAF5P
Data e Hora de Emissão da NFS-e
26/08/2019 às 12:00:11
Chave de Acesso
140932CWXXBC4WMGWHP5T50RHCUV7L

Para certificação da autenticidade acesse http://191.253.85.196:8090/issweb, menu consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS	Número do Processo	Município de Incidência do ISS	Local da Prestação
Exigível		COLINAS-MA	COLINAS - MA

Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS	Competência
				26/08/2019

Optante Simples Nacional	Incentivo Fiscal	Regime Especial Tributação	Tipo ISS
1 - Sim		Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP)	03 - Sobre Faturamento

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Cadastro	Nome/Razão Social
28.180.848/0001-69		1100310750	000138	N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICOS - ME

Logradouro	Complemento	Bairro
TRV SANTA LUZIA, 01		CENTRO

CEP	Cidade	Telefone	E-mail
65145-000	SANTA RITA-MA	3302-8526	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ/Documento	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Nome/Razão Social
30.392.976/0001-18			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE COLINAS

Logradouro	Complemento	Bairro
TV COELHO NETO, 42		CENTRO

CEP/Cod.Postal	Cidade/Pais	Telefone	E-mail
65690-000	COLINAS - MA		

Discriminação dos Serviços

Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vlr. Unitário	Total
1,00	UN	SERVIÇO REFERENTE AOS TRABALHOS DE LIMPEZAS DE FOSSAS DAS 27 ESCOLAS DA ZONA URBANA E RURAL	84.677,40	R$ 84.677,40

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

Construção Civil

LC 116/2003: 07.09	Alíquota	Atividade Município	Código CNAE	Código da Obra	Código ART
Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de...	2,00%	0000070000009	3702900		

Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISS	ISS Retido	Desconto Condicionado
R$ 84.677,40	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 84.677,40	R$ 1.693,55	2 - Não	R$ 0,00

Retenções de Impostos

PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor Líquido da NFS-e: R$ 84.677,40

Val. Aprox. Tributos:

Informações Complementares

RECEBI(EMOS) DE **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICOS - ME** O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO **12** E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO **6KSCBAF5P**.

Data _____/_____/_____ CPF/RG _____ Assinatura _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da NFS-e
7

Código de Verificação de
P6T2VWOY2

Data e Hora de Emissão da NFS-e
10/07/2019 às 17:56:11

Chave de Acesso
13136CHPSGIRZBCMMBNFEMU1YNMSOT

Para certificação da autenticidade acesse http://191.253.65.198:8080/issweb, menu consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS	Número do Processo	Município de Incidência do ISS	Local da Prestação
Exigível		SANTA RITA-MA	SANTA RITA - MA

Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS	Competência
				10/07/2019

Optante Simples Nacional	Incentivo Fiscal	Regime Especial Tributação	Tipo ISS
1 - Sim		Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP)	03 - Sobre Faturamento

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Cadastro	Nome/Razão Social
28.180.848/0001-69		1100310750	000138	N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICOS - ME

Logradouro	Complemento	Bairro
TRV SANTA LUZIA, 01		CENTRO

CEP	Cidade	Telefone	E-mail
65145-000	SANTA RITA-MA	3302-8526	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ/Documento	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Nome/Razão Social
30.392.976/0001-18			SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE COLINAS

Logradouro	Complemento	Bairro
TV COELHO NETO, 42		CENTRO

CEP/Cod.Postal	Cidade/País	Telefone	E-mail
65690-000	COLINAS - MA		

Discriminação dos Serviços

Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vlr. Unitário	Total
1,00	UN	SERVIÇO REFERENTE AOS TRABALHOS DE LIMPEZAS DE FOSSAS DAS 27 ESCOLAS DA ZONA URBANA E RURAL	86.678,10	R$ 86.678,10

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

Construção Civil

LC 116/2003: 07.09	Alíquota	Atividade Município	Código CNAE	Código da Obra	Código ART
Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de...	2,00%	0000070000009	3702900		

Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISS	ISS Retido	Desconto Condicionado
R$ 86.678,10	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 86.678,10	R$ 1.733,56	2 - Não	R$ 0,00

Retenções de Impostos

PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor Líquido da NFS-e: R$ 86.678,10

Val. Aprox. Tributos:

Informações Complementares

RECEBI(EMOS) DE **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICOS - ME** O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO **7** E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO **P6T2VWOY2**.

Data	CPF/RG	Assinatura
/ /		

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

JUNTADA DE VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Junto aos autos do Processo Licitatório nº **023/2023**, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, **VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da empresa **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO**, inscrita no CNPJ nº **28.180.848/0001-69**, apresentados para o presente certame.

Estado do Maranhão Certidão Negativa de Dívida Ativa
Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão NegativaDividaAtiva de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 048951/23
Data de Validade: **05/11/2023**
Data de Emissão: 08/07/2023 16:01:00
Inscrição Estadual: 125336586
CPF/CNPJ: 28180848000169
Razão Social: N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

Pref. Anajatuba-MA
Folha 128
Rúbrica

Estado do Maranhão

Certidão Negativa de Débito

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 169633/23
Data de Validade: 05/11/2023
Data de Emissão: 08/07/2023 15:56:38
Inscrição Estadual: 125336586
CPF/CNPJ: 28180848000169
Razão Social: N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

Pref. Anajatuba-MA
Folha 249
Rúbrica

Página Inicial

03/08/2023 14:55

Validação - Digidoc

Este documento corresponde a este código de validação (CERTJUDGRA-VNSRIT - 132023: AE09F823B8).

Dados do Documento Administrativo

Número do Documento: CERTJUDGRA-VNSRIT - 132023

Código de Validação: AE09F823B8

Validar Documento

Baixar Original | Visualizar Original

Assinaturas

Signatário	Data de assinatura	Status do documento
EMERSON DE JESUS SILVA	27/06/2023 05:20	RECEBIDO

Clique para visualizar o arquivo original referente a este documento : CERTJUDGRA-VNSRIT 132023.

Nova consulta

Tribunal de Justiça do Maranhão - Poder Judiciário do Estado do Maranhão

Pref. Anajatuba-MA
Folha 256
Rúbrica

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 28.180.848/0001-69

Código de Controle: A830.A6B7.D1E6.BD94

Data da Emissão: 16/03/2023

Hora da Emissão: 08:47:27

Tipo Certidão: Positiva com Efeitos de Negativa

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida em 16/03/2023, com validade até 12/09/2023.

Página Anterior (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar)

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar)

Pref. Anajatuba-MA
Folha 251
Rúbrica

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/08/2023 14:46:10

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO**
CNPJ: **28.180.848/0001-69**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

JUCEMA | Consulta Pública

Filtrar por:

Nome Empresarial, CNPJ, NIRE ou CPF Sócio/Proprietário:

Dados da Empresa

Dados Empresa **Atividade Econômica** **Filiais** Histórico de Atos

Listagem

Número	Data	Ato	Solicitar Certidões
20230476309	12/04/2023	BALANCO	Solicitar
20220375496	31/03/2022	BALANCO	Solicitar
20210347813	11/03/2021	BALANCO	Solicitar
20200068644	27/01/2020	BALANCO	Solicitar
20190293136	15/04/2019	BALANCO	Solicitar
20190244747	18/03/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	Solicitar

< 1 2 3 > Foram encontrados 14 registro(s).

Fechar

Pref. Ananindeua-MA
Folha 25
Rubrica

Pref. Anajatuba-MA
Folha 253
Rúbrica

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 28.180.848/0001-69
Razão social: N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO ME

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
02/08/2023	02/08/2023 a 31/08/2023	202308020622375845739 1
14/07/2023	14/07/2023 a 12/08/2023	20230714075845410805 09
25/06/2023	25/06/2023 a 24/07/2023	20230625014139256281 24
06/06/2023	06/06/2023 a 05/07/2023	20230606020148579302 97
18/05/2023	18/05/2023 a 16/06/2023	20230518021529775927 79
29/04/2023	29/04/2023 a 28/05/2023	20230429015533408744 11
10/04/2023	10/04/2023 a 09/05/2023	20230410013916895484 96
22/03/2023	22/03/2023 a 20/04/2023	20230322015417280814 62
03/03/2023	03/03/2023 a 01/04/2023	20230303015507061349 00
12/02/2023	12/02/2023 a 13/03/2023	20230212014008274511 46
24/01/2023	24/01/2023 a 22/02/2023	20230124020118652435 75
05/01/2023	05/01/2023 a 03/02/2023	20230105014434826917 33
17/12/2022	17/12/2022 a 15/01/2023	202212170153478655837 5
28/11/2022	28/11/2022 a 27/12/2022	20221128015003269667 47
09/11/2022	09/11/2022 a 08/12/2022	20221109015155517645 08
21/10/2022	21/10/2022 a 19/11/2022	20221021022136369768 49
02/10/2022	02/10/2022 a 31/10/2022	20221002011951887966 65
13/09/2022	13/09/2022 a 12/10/2022	20220913014841574569 68
25/08/2022	25/08/2022 a 23/09/2022	20220825015544826642 08
06/08/2022	06/08/2022 a 04/09/2022	20220806014847637743 02
18/07/2022	18/07/2022 a 16/08/2022	20220718014000867008 73
29/06/2022	29/06/2022 a 28/07/2022	20220629015324510758 80
10/06/2022	10/06/2022 a 09/07/2022	20220610013652711929 59
22/05/2022	22/05/2022 a 20/06/2022	20220522013124129188 50
03/05/2022	03/05/2022 a 01/06/2022	20220503013308681801 76
14/04/2022	14/04/2022 a 13/05/2022	20220414015729903039 80
26/03/2022	26/03/2022 a 24/04/2022	20220326013425618710 50
07/03/2022	07/03/2022 a 05/04/2022	20220307012057521685 13
16/02/2022	16/02/2022 a 17/03/2022	20220216012229217600 20
28/01/2022	28/01/2022 a 26/02/2022	20220128094907140883 34
23/12/2021	23/12/2021 a 21/01/2022	20211223041921574932 26
04/12/2021	04/12/2021 a 02/01/2022	20211204035258911711 50
15/11/2021	15/11/2021 a 14/12/2021	20211115035339365775 70
27/10/2021	27/10/2021 a 25/11/2021	20211027041302415483 20
08/10/2021	08/10/2021 a 06/11/2021	20211008040440186153 84
19/09/2021	19/09/2021 a 18/10/2021	20210919032849062525 05
31/08/2021	31/08/2021 a 29/09/2021	20210831041607612805 18

Pref. Anajatuba-MA
Folha 934
Rúbrica

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
12/08/2021	12/08/2021 a 10/09/2021	202108120409351856444O

Resultado da consulta em 03/08/2023 14:51:44

Voltar

Ente

Unidade

Nº do contrato / ano: número / ano

Nº do processo administrativo / ano: número / ano

Data Assinatura: -

Objeto

Valor: -

Cpf/Cnpj Fornecedor: 28180848000169

Exercício: ano

Filtrar | Exportar para PDF | Exportar para planilha

« < 1 /7 > »

[1 - 10 / 63]

Nº TCE	UNIDADE	EXERCÍCIO	Nº CONTRATO	Nº PROCESSO	DATA ASSINAT.	OBJETO	CONTRATADO	CPF/CNPJ	VALOR	STATUS
221904	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SATUBINHA	2021	236 / 2021	2111722.064 / 2021	30/07/2021	PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT	N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	28180848000169	R$ 124.599,720000	ENVIADO AO TCE / PUBLICADO
221906	Satubinha FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SATUBINHA	2021	239 / 2021	2111722.064 / 2021	30/07/2021	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT	N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	28180848000169	R$ 21.919,920000	ENVIADO AO TCE / PUBLICADO
221918	Satubinha SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SATUBINHA	2021	232 / 2021	2111722.061 / 2021	23/07/2021	ESGOTAMENTO DE FOSSA, SANITIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA/MA	N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	28180848000169	R$ 102.404,000000	ENVIADO AO TCE / PUBLICADO
221926	Satubinha MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE SATUBINHA	2021	233 / 2021	2111722.061 / 2021	23/07/2021	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, SERVIÇO DE ESGOTAMENTO DE FOSSA,	N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	28180848000169	R$ 137.342,750000	ENVIADO AO TCE / PUBLICADO

« < 1 /7 > »

[1 - 10 / 63]

Pref. Anajatuba-MA
Folha 235
Rúbrica

Pref. Anajatuba-MA
Folha 956
Rúbrica

Consulta

Consultar Restrição Contratar Administração Pública

Detalhar

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia
28.180.848/0001-69	**N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO**	-

Situação	Situação Cadastral
Idoneo	**Credenciado**

VOLTAR

REALIZAR NOVA PESQUISA VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

JUNTADA DE PROPOSTAS READEQUADAS E DILIGÊNCIAS

Junto aos autos do Processo Licitatório nº **023/2023**, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, **PROPOSTAS READEQUADAS E DILIGÊNCIAS** da empresa **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO**, inscrita no CNPJ nº **28.180.848/0001-69**, apresentados para o presente certame.

N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO – ME
Travessa Santa Luzia, nº 01, centro – Santa Rita- MA
CNPJ: 28.180.848/0001-69
INSC. ESTADUAL: 12533658-6

PROPOSTA DE PREÇOS - READEQUADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº023\2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023.02.01.0028\2023

SESSÃO PÚBLICA: 02/08/2023, ÀS 09:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNCIPAL DE ANAJATUBA /MA Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na FormaEletrônica nº023/2023 acatando

NOME DE FANTASIA: N S SERVIÇOS						
RAZÃO SOCIAL: N S ROSAFILHO DEDETIZAÇÃOE SERVIÇOS						
CNPJ: 28.180.848\0001-69						
INSC. EST.: 12.533.658-6						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM (X) NÃO( )						
ENDEREÇO: TRAVESSA SANTA LUZIA N.01						
BAIRRO: CENTRO	**CIDADE: SANTA RITA=MA**					
CEP: 65145000	**E-MAIL:nariofilho@hotmail.com**					
TELEFONE:98 984141641	**FAX: 98 984141641**					
CONTATO DA LICITANTE: NARIO	**TELEFONE: 98 984141641**					
BANCO DA LICITANTE: BRASIL	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE: 57454-6**					
Nº DA AGÊNCIA: 2555-0						
ITENS	**OBJETO**	**MARCA**	**QUANT**	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO R$**	**VALOR TOTAL R$**

ITEM	OBJETO	UND	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m3 (metro cúbico) de material /desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	M³	3.744M3	R$ 82,00	R$ 307.008,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS R$ 307.008,00 (TREZENTOS E SETE MIL, OITO REAIS)

NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353
Assinado de forma digital por NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353 Dados: 2023.08.03 09:27:27 -03'00'

N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO – ME
Travessa Santa Luzia, nº 01, centro – Santa Rita- MA
CNPJ: 28.180.848/0001-69
INSC. ESTADUAL: 12533658-6

A EMPRESA: N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇOS DECLARA QUE:

ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE Anajatuba - MA , E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.
QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA RUA BENEDITO LEITE 868 CENTRO CEP 65.490-000 Anajatuba-MA TODOS OS EQUIPAMENTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

SANTA RITA/MA, 03 DE AGOSTO DE 2023

NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353
Assinado de forma digital por NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353
Dados: 2023.08.03 09:27:53 -03'00'

N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO-ME
CNPJ: 28.180.848\0001-69
NARIO SANTOS ROSA FILHO
N.IDENT 90049498-0 SSPMA
CPF:993.837.053-53

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

ITEM	DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	V. LICITADO	V. MERCADO	V. VENDA C/ IMPOSTO 5%	LOGÍSTICA POR PRODUTO 1%	LUCRO 2%	LUCRO REAL	LUCRO TOTAL REAL	V. TOTAL LICITADO
1	**SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA** - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	m3	3.744m³	R$ 82,00	75	R$ 78,75	R$ 79,53	R$ 81,12	R$ 0,88	R$ 3.294,72	R$ 12.335,43

SANTA RITA/MA, 03 DE AGOSTO DE 2023

NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353

Assinado de forma digital por NARIO SANTOS ROSA FILHO:99383705353
Dados: 2023.08.03 09:31:37 -03'00'

N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO-ME
CNPJ: 28.180.848\0001-69
NARIO SANTOS ROSA FILHO
N.IDENT 90049498-0 SSPMA
CPF:993.837.053-53

Pref. Anajatuba-MA
Folha 260
Rubrica

Pref. Anajatuba-MA
Folha 269
Rúbrica

NFS-e COMPOSTA POR 1 PÁGINA(S)

PM DE SANTA RITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da NFS-e
23

Código de Verificação de Autenticidade
LBGZDCA7O

Data e Hora de Emissão da NFS-e
05/12/2019 às 16:20:22

Chave de Acesso
16743N6USVFBR35AT4820GE55QBAQ2NK

Para certificação da autenticidade acesse http://190.89.20.255:8090/issweb, menu consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS	Número do Processo	Município de Incidência do ISS	Local da Prestação
Exigível		MATOES DO NORTE-MA	MATOES DO NORTE - MA

Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS	Competência
				05/12/2019

Optante Simples Nacional	Incentivo Fiscal	Regime Especial Tributação	Tipo ISS
1 - Sim		Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP)	03 - Sobre Faturamento

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Cadastro	Nome/Razão Social
28.180.848/0001-69		1100310750	000288	N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICOS - ME

Logradouro	Complemento	Bairro
TRV SANTA LUZIA, 01		CENTRO

CEP	Cidade	Telefone	E-mail
65145-000	SANTA RITA-MA	03302-8526	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ/Documento	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Nome/Razão Social
01.612.831/0001-87			MUNICIPIO DE MATOES DO NORTE - SECREATRIA DE EDUCACAO

Logradouro	Complemento	Bairro
AV DR. ANTONIO SAMPAIO, 100		CENTRO

CEP/Cod.Postal	Cidade/País	Telefone	E-mail
65468-000	MATOES DO NORTE - MA		

Discriminação dos Serviços

Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vlr. Unitário	Total
168,84	M³	ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ZONA URBANA E ZONA RURAL (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)	75,00	R$ 12.663,00

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

Construção Civil

LC 116/2003: 07.09	Alíquota	Atividade Município	Código CNAE	Código da Obra	Código ART
Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de...	2,00%	0000070000009	3702900		

Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISS	ISS Retido	Desconto Condicionado
R$ 12.663,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 12.663,00	R$ 253,26	2 - Não	R$ 0,00

Retenções de Impostos

PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor Líquido da NFS-e: R$ 12.663,00

Val. Aprox. Tributos:

Informações Complementares

RECEBI(EMOS) DE **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICOS - ME** O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO **23** E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO **LBGZDCA7O**.

Data	CPF/RG	Assinatura
____/____/_____	_____	_____

Pref. Anajatuba-MA
Folha 269
Rúbrica

PM DE SANTA RITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da NFS-e
24

Código de Verificação de Autenticidade
5ELP9UHZ7

Data e Hora de Emissão da NFS-e
05/12/2019 às 16:24:08

Chave de Acesso
16744N17GHD1NTF792BV5GXVIFF8OZYB

Para certificação da autenticidade acesse http://190.89.20.255:8090/issweb, menu consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS	Número do Processo	Município de Incidência do ISS	Local da Prestação
Exigível		MATOES DO NORTE-MA	MATOES DO NORTE - MA

Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS	Competência
				05/12/2019

Optante Simples Nacional	Incentivo Fiscal	Regime Especial Tributação	Tipo ISS
1 - Sim		Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP)	03 - Sobre Faturamento

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Cadastro	Nome/Razão Social
28.180.848/0001-69		1100310750	000288	N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICOS - ME

Logradouro	Complemento	Bairro
TRV SANTA LUZIA, 01		CENTRO

CEP	Cidade	Telefone	E-mail
65145-000	SANTA RITA-MA	03302-8526	R.M.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ/Documento	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Nome/Razão Social
01.612.831/0001-87			MUNICIPIO DE MATOES DO NORTE - SECREATRIA DE SAUDE

Logradouro	Complemento	Bairro
AV DR. ANTONIO SAMPAIO, 100		CENTRO

CEP/Cod.Postal	Cidade/País	Telefone	E-mail
65468-000	MATOES DO NORTE - MA		

Discriminação dos Serviços

Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vlr. Unitário	Total
33,15	M³	ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ZONA URBANA E ZONA RURAL (SECRETARIA DE SAUDE)	75,00	R$ 2.486,25

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

Construção Civil

LC 116/2003: 07.09	Alíquota	Atividade Município	Código CNAE	Código da Obra	Código ART
Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de...	2,00%	0000070000009	3702900		

Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISS	ISS Retido	Desconto Condicionado
R$ 2.486,25	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.486,25	R$ 49,73	2 - Não	R$ 0,00

Retenções de Impostos

PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor Líquido da NFS-e: R$ 2.486,25

Val. Aprox. Tributos:

Informações Complementares

RECEBI(EMOS) DE **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICOS - ME** O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO **24** E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO **5ELP9UHZ7**.

Data	CPF/RG	Assinatura
____/____/_____	_____	_____

Pref. Anajatyba-MA
Folha 263
Rúbrica

PM DE SANTA RITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE DA NFS-e

Dados da NFS-e

Número:	24
Espécie:	NF PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Série:	A - NORMAL
Código de Verificação:	5ELP9UHZ7
Chave de Acesso:	16744N17GHD1NTF792BV5GXVIFF8OZYB
Data de Emissão:	05/12/2019
Hora de Emissão:	16:24:08
Situação:	Normal

Certificamos, para os fins que se fizerem necessários, que os dados abaixo referem-se a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica que é autêntica e que se encontra devidamente registrada no banco de dados deste Município.

PM DE SANTA RITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE DA NFS-e

Dados da NFS-e

Número:	23
Espécie:	NF PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Série:	A - NORMAL
Código de Verificação:	LBGZDCA7O
Chave de Acesso:	16743N6USVFBR35AT4820GE55QBAQ2NK
Data de Emissão:	05/12/2019
Hora de Emissão:	16:20:22
Situação:	Normal

Certificamos, para os fins que se fizerem necessários, que os dados abaixo referem-se a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica que é autêntica e que se encontra devidamente registrada no banco de dados deste Município.

ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Anajatuba
Secretaria Municipal de Administração
Registro de Preços Eletrônico - 023/2023

Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
17/07/2023 18:24	17/07/2023 18:30	28/07/2023 23:59	02/08/2023 08:59	02/08/2023 09:00

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001	SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O SERVIÇO CONSISTE NA REMOÇÃO DOS RESÍDUOS DE ESGOTO ACUMULADOS EM FOSSA, POR EMPRESA LICENCIADA PELOS ÓRGÃOS REGULADORES; FEITO POR CAMINHÃO LIMPA FOSSA VEDADO, POR MEIO SUCÇÃO DO MATERIAL ORGÂNICO COM UMA BOMBA DE AUTO VÁCUO; O SERVIÇO TERÁ COMO UNIDADE DE MEDIDA O M3 (METRO CÚBICO) DE MATERIAL/DESEJOS RECOLHIDOS DO INTERIOR DA FOSSA; DESCARTE DO MATERIAL/DESEJOS EM LOCAL ADEQUADO E AUTORIZADO E INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	162,58	3.744	m³	Adjudicado

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
17/07/2023 - 18:18	Edital e Anexos.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
02/08/2023 - 10:44	Documentos solicitados para o processo 023/2023	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 023/2023. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/08/2023 - 16:09	Documentos solicitados para o processo 023/2023	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 023/2023. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
03/08/2023 - 09:15	Documentos solicitados para o processo 023/2023	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 023/2023. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor de Referência	Quantidade	Valor Total
0001	SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.	N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	N/C	N/C	82,00	3.744	307.008,00

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Veracidade	Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4° e 5° do art. 26 do decreto 10.024/2019.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1° e no inciso III do art.5° da Constituição Federal.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de Menores	Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
Declaração de Inexistência de Impeditivos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Garantia Contratual	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que concordo em entregar a garantia contratual, conforme prevê o Artigo . nº. 56 da Lei nº 8.666, no ato da assinatura do contrato.
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Elaborada de forma independente da Proposta	Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	30.839.331/0001-80	28/07/2023 - 08:41:50	N/C	N/C	3.744	R$ 160,95	R$ 602.596,80	Sim
Josemiria Miranda Silva Santana - EPP	14.728.474/0001-69	02/08/2023 - 08:42:12	PROPRIO	PROPRIA	3.744	R$ 162,58	R$ 608.699,52	Sim
E. C. FERNANDES	11.677.095/0001-07	01/08/2023 - 09:57:27	N/C	N/C	3.744	R$ 162,58	R$ 608.699,52	Sim
R. MACEDO SOARES	10.680.662/0001-03	01/08/2023 - 13:36:28	N/C	N/C	3.744	R$ 162,58	R$ 608.699,52	Sim
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	28.180.848/0001-69	01/08/2023 - 15:40:29	N/C	N/C	3.744	R$ 161.000,00	R$ 602.784.000,00	Sim
THIAGO DO R. LIMA	23.960.380/0001-01	01/08/2023 - 18:05:50	N/C	N/C	3.744	R$ 162,00	R$ 606.528,00	Sim

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
Josemiria Miranda Silva Santana - EPP	14.728.474/0001-69	90 dias
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	28.180.848/0001-69	60 dias
E. C. FERNANDES	11.677.095/0001-07	60 dias
THIAGO DO R. LIMA	23.960.380/0001-01	120 dias
R. MACEDO SOARES	10.680.662/0001-03	60 dias
CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	30.839.331/0001-80	60 dias

Lances Enviados

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

0001 - SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada.

Data	Valor	CNPJ	Situação
28/07/2023 - 08:41:50	160,95 (proposta)	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
01/08/2023 - 09:57:27	162,58 (proposta)	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
01/08/2023 - 13:36:28	162,58 (proposta)	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
01/08/2023 - 15:40:29	161.000,00 (proposta)	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
01/08/2023 - 18:05:50	162,00 (proposta)	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 08:42:12	162,58 (proposta)	14.728.474/0001-69 - Josemiria Miranda Silva Santana - EPP	Válido
02/08/2023 - 09:30:17	160,94	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:30:59	160,00	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:31:29	159,78	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:32:34	159,70	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:33:53	159,68	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 09:34:21	159,65	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:34:30	158,70	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:34:35	159,60	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:34:45	155,00	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:35:45	154,98	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:36:41	154,00	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:36:55	153,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:37:16	153,50	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:37:29	153,49	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:37:38	153,40	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

02/08/2023 - 09:37:49	153,30	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:37:57	153,29	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:38:02	130,00	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:38:16	129,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:38:39	125,00	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:38:49	124,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:39:00	124,98	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:39:05	123,99	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:39:11	124,97	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:39:15	124,00	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:39:20	123,98	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:39:25	120,00	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:39:45	119,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:39:49	119,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:39:55	119,49	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:40:03	118,00	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:40:11	119,48	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:40:16	117,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:40:32	113,81	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:40:47	113,80	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:41:18	113,75	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:41:33	113,74	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:42:14	113,82	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:43:27	113,72	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:43:30	113,73	30.839.331/0001-80 - CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI	Válido
02/08/2023 - 09:43:43	113,70	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:44:07	113,68	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:44:27	113,67	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

02/08/2023 - 09:44:49	113,65	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:45:00	113,64	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:45:15	113,60	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:45:34	113,59	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:45:57	113,55	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:46:05	113,54	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:46:39	113,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:46:49	113,49	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:47:23	113,45	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:47:27	113,48	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 09:47:34	113,44	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:47:47	113,43	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:48:04	113,42	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:48:17	113,40	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 09:48:25	113,39	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:48:28	113,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:48:45	112,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:49:10	112,90	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:49:29	112,89	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:49:45	112,85	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:50:11	112,84	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:51:03	112,80	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:51:18	112,79	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:51:39	112,78	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:51:46	112,70	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:51:51	112,77	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:52:01	112,69	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:52:24	112,66	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:52:31	112,65	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:53:03	112,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:53:23	112,49	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

02/08/2023 - 09:53:37	112,48	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:53:46	112,45	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:54:00	112,40	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 09:54:14	112,39	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:54:26	112,35	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:55:16	112,24	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:55:35	112,20	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:55:50	112,16	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:56:52	112,15	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:56:59	112,00	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:57:39	111,98	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 09:58:03	111,97	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:58:12	111,95	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:58:23	111,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 09:58:28	111,94	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:58:36	111,49	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 09:59:11	111,47	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 09:59:23	111,45	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 09:59:32	111,44	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:00:03	111,43	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

02/08/2023 - 10:00:19	111,42	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:00:30	111,40	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:00:43	111,39	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:01:01	111,38	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:01:19	111,30	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:01:43	111,29	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:02:01	111,28	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:02:12	111,25	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:02:21	111,24	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:02:44	111,20	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:02:58	111,00	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:03:17	110,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:03:55	109,97	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:04:04	109,50	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:04:56	109,49	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:05:02	105,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:05:16	104,50	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:05:25	104,98	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:05:40	103,45	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:05:54	103,42	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:05:57	103,40	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:06:18	103,38	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

02/08/2023 - 10:06:25	103,35	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:06:31	103,30	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:06:39	103,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:06:51	102,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:06:55	102,80	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:07:10	102,79	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:07:16	102,78	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:07:33	102,77	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:07:43	102,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:07:52	101,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:08:04	101,97	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:08:13	101,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:08:46	101,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:08:52	101,49	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:09:17	100,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:09:21	100,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:09:28	99,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:09:40	99,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:09:43	99,98	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:09:49	99,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:10:01	98,99	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:10:10	98,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:10:20	98,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:10:42	97,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:10:56	96,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:11:18	95,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:11:46	95,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:12:39	94,90	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

02/08/2023 - 10:13:42	94,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:15:07	93,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:15:15	92,97	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:15:28	92,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:15:35	90,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:15:52	91,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:16:06	89,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:16:34	89,85	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:16:45	88,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:17:10	87,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:17:25	86,99	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:17:32	86,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:18:36	86,00	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:19:02	85,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:19:18	98,01	10.680.662/0001-03 - R. MACEDO SOARES	Válido
02/08/2023 - 10:19:30	84,99	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:20:13	84,50	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:20:42	84,49	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:21:24	84,30	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:21:45	84,29	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

02/08/2023 - 10:22:10	84,20	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:23:05	84,19	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:23:37	84,00	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:24:07	83,99	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:24:40	82,92	11.677.095/0001-07 - E. C. FERNANDES	Válido
02/08/2023 - 10:25:32	82,91	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26
02/08/2023 - 10:25:50	82,00	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	Válido
02/08/2023 - 10:26:13	81,99	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	Cancelado - Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital. 02/08/2023 16:06:26

Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001	02/08/2023 - 12:39:22	23.960.380/0001-01 - THIAGO DO R. LIMA	ANAJUBA.zip
0001	02/08/2023 - 17:55:01	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	readequada-composição.pdf
0001	03/08/2023 - 09:32:59	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	03 proposta de preços de readequada de anajutuba.pdf
0001	03/08/2023 - 09:35:39	28.180.848/0001-69 - N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	N S ROSA proposta de preços de readequada de anajutuba (1).pdf

Documentos dos Fornecedores

Fornecedor	Data/Hora	Enviado por	Número	Órgão de Expedição	Data de Expedição	Dt. de Validade	Arquivo
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	01/08/2023 - 13:59	Nario Santos Rosa Filho	-	-	-	-	Documentos de habilitação conforme edital (arquivo único)
THIAGO DO R. LIMA	01/08/2023 - 18:12	Thiago do Rego Lima	-	-	-	-	Documentos de habilitação conforme edital (arquivo único)

Inabilitados / Desclassificados

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

Data	Fornecedor	CNPJ	Detalhe
02/08/2023 - 16:06:26	THIAGO DO R. LIMA	23.960.380/0001-01	Abrangendo todo o processo

Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital.

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
03/08/2023 - 15:34	--	--

Chat

Data	Apelido	Frase
02/08/2023 - 09:01:15	Pregoeiro	Bom dia a todos!
02/08/2023 - 09:01:29	Pregoeiro	Senhores licitantes, estamos iniciando a sessão pública do Pregão Eletrônico SRP 023/2023 / Objeto: Contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.
02/08/2023 - 09:04:09	Pregoeiro	Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos.
02/08/2023 - 09:04:39	Pregoeiro	Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro(a) municipal de Anajatuba/MA, Sr.(a) THIAGO MENDES DA SILVA, e pelos membros da Equipe de apoio, Sr. MAURICIO RODRIGUES PEREIRA, Sr.(a) FRANCIONE DE MARIA PEREIRA MARTINS ARAÚJO, nomeados através da portaria nº003/2023.
02/08/2023 - 09:05:08	Pregoeiro	São de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
02/08/2023 - 09:05:42	Pregoeiro	Na presente licitação será adotado o modo de disputa ABERTO, previsto no Decreto 10.024/2019.
02/08/2023 - 09:06:30	Pregoeiro	O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo mínimo de R$ 0,01, de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
02/08/2023 - 09:07:07	Pregoeiro	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
02/08/2023 - 09:07:42	Pregoeiro	Destacamos que esta licitação é para REGISTRO DE PREÇOS. Assim, é importante que os licitantes atentem para que os lances sejam dados considerando o valor UNITÁRIO de cada item em disputa.
02/08/2023 - 09:07:57	Pregoeiro	A qualquer momento após a etapa de lances, o pregoeiro poderá realizar diligência, com fundamento no art. 43, `PAR`3º, da Lei 8.666/93, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação, vedada a inclusão de documentos que deveriam ter sido apresentados juntamente com a proposta.
02/08/2023 - 09:08:42	Pregoeiro	Nos termos do art. 49, V, do Decreto 10.024/2019, e do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que não mantiver sua proposta poderá ficar impedido de licitar e contratar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
02/08/2023 - 09:08:59	Pregoeiro	O licitante que deixar de entregar ou desistir da proposta (ainda que atualizada após a fase de lances), apresentar ensejar o retardamento da licitação, não a documentação exigida, poderá ser sofrer penalidade de IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR por período de até 5 anos.
02/08/2023 - 09:09:19	Pregoeiro	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo Pregoeiro neste Chat, ou por e-mail (suspensão administrativa), conforme o caso, COM INDICAÇÃO DA DATA E HORÁRIO PARA A SUA RETOMADA, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
02/08/2023 - 09:10:07	Pregoeiro	Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
02/08/2023 - 09:10:27	Pregoeiro	Cabe a este Pregoeiro apenas a condução deste certame. Portanto, no caso de problemas ocorridos durante este Pregão com o Portal de Compras Públicas, deve-se entrar em contato com o suporte do Sistema através do fone 3003-5455, ou ainda através do e-mail fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br.
02/08/2023 - 09:10:50	Pregoeiro	Isto posto, procederemos com a verificação das propostas cadastradas no sistema e posteriormente iniciaremos a abertura dos itens.
02/08/2023 - 09:11:11	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
02/08/2023 - 09:24:45	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
02/08/2023 - 09:24:46	Sistema	Conforme Art. 32 do Decreto 10.024/2019, de que trata o inciso I do caput do art. 31. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
02/08/2023 - 09:24:46	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R$ 0,01. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
02/08/2023 - 09:24:46	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
02/08/2023 - 09:25:27	Pregoeiro	Sr.(s) licitante(s), vamos iniciar a fase de lances.
02/08/2023 - 09:25:53	Pregoeiro	Observem atentamente a responsabilização nos lances de vocês, só lancem preços que realmente vocês conseguirão fornecer.
02/08/2023 - 09:26:55	Pregoeiro	Pedimos cautela e responsabilidade com os lances ofertados. A Administração não aceitará futuros pedidos de negociação de preços ofertados em sessão, e poderá ser aplicado as sanções previstas em Lei.

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

02/08/2023 - 09:27:16	Pregoeiro	Alerto acerca das penalizações realizada pela prefeitura Municipal de Anajatuba, conforme link: https://www.anajatuba.ma.gov.br/inidoneas.php, pois bem não serão toleradas nenhum tipo de mal conduta, e as empresas que descumprir quaisquer obrigações assumidas será aplicada sanções administrativa e será aplicada impedimento de licitar com essa administração Municipal e demais poderes conforme o caso, e serão passiveis de aplicação de multas.
02/08/2023 - 09:28:32	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
02/08/2023 - 09:28:32	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
02/08/2023 - 10:28:14	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
02/08/2023 - 10:29:27	Sistema	O item 0001 teve como arrematante THIAGO DO R. LIMA - EPP/SS com lance de R$ 81,99.
02/08/2023 - 10:31:22	Pregoeiro	Iremos proceder com a fase negociação.
02/08/2023 - 10:34:20	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0001. O prazo é até às 11:04 do dia 02/08/2023.
02/08/2023 - 10:34:20	Sistema	Motivo: Sr.(s) licitante(s), tem interesse em melhorar seu último valor ofertado? Favor se manifestar por meio do chat. Prazo concedido: 30 (trinta) minutos.
02/08/2023 - 10:35:45	F. THIAGO DO R. LIMA	Negociação Item 0001: Bom dia Sr pregoeiro, estamos em nosso melhor lance.
02/08/2023 - 10:43:14	Pregoeiro	Visto que não houve sucesso em melhor o valor ofertado. Vamos proceder com a solicitação de Proposta de Preços Readequada juntamente com Composição de Custo afim de comprovar a exequibilidade da proposta.
02/08/2023 - 10:44:04	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 12:44 do dia 02/08/2023.
02/08/2023 - 10:44:04	Sistema	Motivo: Sr.(s) licitante(s), como forma de diligência, solicito que apresente proposta de preço readequada mais a comprovação de exequibilidade, que deve ser composta da composição de custos (valor de compra/logística/imposto/encargos/lucro/outros), juntamente de documentos idôneos com preços atuais de mercado, conforme item 8.4 do edital, sob pena de desclassificação. Prazo concedido: 2h (duas horas).
02/08/2023 - 12:00:47	Pregoeiro	Ficamos no aguardo das diligências. Retornaremos na parte da tarde, às 14:30h. O sistema permanece ativo para recebimento dos documentos.
02/08/2023 - 12:39:22	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
02/08/2023 - 14:40:41	Pregoeiro	Boa tarde!
02/08/2023 - 14:59:14	Pregoeiro	Recebemos a diligência e passamos a analisar. Permaneçam conectados.
02/08/2023 - 15:57:26	Pregoeiro	Atentos! Iremos dar continuidade ao certame e proceder com diligências.
02/08/2023 - 16:06:26	Sistema	O fornecedor THIAGO DO R. LIMA foi desclassificado no processo.
02/08/2023 - 16:06:26	Sistema	Motivo: Após análise dos documentos enviados na diligência, foi constatado que a empresa não apresentou Composição de Custos, deixando de demonstrar que o preço ofertado é suficiente para a cobertura dos custos da contratação. Também enviou notas fiscais com preços incompatíveis com o valor arrematado. Além disso, o contrato de prestação de serviços e termo aditivo é NULO, pois está sem assinatura de uma das partes, elemento essencial a sua constituição que é prova inequívoca da vontade dos contratantes. Portanto sem validade jurídica. Diante do exposto, a desclassificação se dá em conformidade ao item 8.3.1 do Edital.
02/08/2023 - 16:06:26	Sistema	O fornecedor THIAGO DO R. LIMA foi desclassificado para o item 0001 pelo pregoeiro.
02/08/2023 - 16:06:26	Sistema	O item 0001 tem como novo arrematante N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO com lance de R$ 82,00.
02/08/2023 - 16:09:43	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 18:09 do dia 02/08/2023.
02/08/2023 - 16:09:43	Sistema	Motivo: Sr.(s) licitante(s), como forma de diligência, solicito que apresente proposta de preço readequada mais comprovação de exequibilidade, que deve ser composta da composição de custos (valor de custo dos serviços/logística/impostos/encargos/lucro/outros), juntamente de documentos idôneos com preços compatíveis aos praticados no mercado e do valor arrematado, conforme item 8.4 do edital, sob pena de desclassificação. Prazo concedido: 2h (duas horas).
02/08/2023 - 16:23:23	Pregoeiro	Desde já informo que a sessão está suspensa. Retornaremos amanhã 03/08/2023 às 9h. O sistema permanece ativo para recebimento da diligência.
02/08/2023 - 17:55:01	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
03/08/2023 - 09:11:48	Pregoeiro	Bom dia a todos!
03/08/2023 - 09:15:11	Sistema	Foi solicitada a proposta readequada para o item 0001. O prazo de envio é até às 09:45 do dia 03/08/2023.
03/08/2023 - 09:15:11	Sistema	Motivo: Sr. licitante, corrigir a descrição da proposta de preço readequada. Prazo concedido: 30 (trinta) minutos.
03/08/2023 - 09:16:04	Pregoeiro	RETIFICANDO: Corrigir descrição da composição de custos.
03/08/2023 - 09:32:59	Sistema	A proposta readequada do item 0001 foi anexada ao processo.
03/08/2023 - 09:35:39	Sistema	A proposta readequada do item 0001 foi anexada ao processo.
03/08/2023 - 10:05:12	Pregoeiro	Documento recebido. Passamos a analisar e validar os documentos de habilitação. Voltamos a tarde com parecer. Reabertura às 14:30h. Certo da compreensão de todos.
03/08/2023 - 14:42:05	Pregoeiro	Boa tarde! Permaneçam conectados. Iremos dar continuidade ao certame.
03/08/2023 - 15:03:47	Pregoeiro	Atentos!
03/08/2023 - 15:03:58	Pregoeiro	Sr.(s) licitante(s), após análise, verificação, validação dos documentos de habilitação e proposta por parte desta comissão, informo que a(s) empresa(s) comprovou(varam) às exigências editalícias. Sendo assim promoverei sua habilitação no sistema em seu(s) respectivo(s) item(ns) preliminarmente classificado. Posteriormente abriremos prazo para intenção de recursos.
03/08/2023 - 15:04:26	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO.
03/08/2023 - 15:04:49	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 03/08/2023 às 15:34.
03/08/2023 - 15:05:15	Pregoeiro	Sr.(s) licitante(s), está aberto o prazo para intenção de recurso.
03/08/2023 - 15:05:26	Pregoeiro	Sr.(s) licitante(s), passando-se o prazo estabelecido para intenção de recursos, e não havendo o envio de manifestação pelo sistema eletrônico por parte do(s) licitante(s) no prazo estabelecido, decai-se do direito de recorrer.

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

03/08/2023 - 15:05:38	Pregoeiro	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso o pregoeiro aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
03/08/2023 - 15:05:55	Pregoeiro	Se o pregoeiro julgar procedente o recurso, será realizado o retorno do pregão para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
03/08/2023 - 15:43:06	Pregoeiro	O prazo para intenção de recurso foi encerrado automaticamente pelo sistema.
03/08/2023 - 15:44:53	Pregoeiro	Fiquem atentos ao e-mail da empresa, a partir de agora quaisquer comunicação será enviado por lá.
03/08/2023 - 15:45:07	Pregoeiro	A comissão declara encerrado o certame licitatório, procedendo a adjudicação das empresas vencedoras em seus respectivos itens.
03/08/2023 - 15:45:25	Pregoeiro	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.
03/08/2023 - 15:45:33	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
03/08/2023 - 15:45:43	Sistema	O item 0001 foi adjudicado por Thiago Mendes da Silva.

Thiago Mendes da Silva
Pregoeiro

Francione De Maria Pereira Martins Araujo
Apoio

Mauricio Rodrigues Pereira
Apoio

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:16.
Código verificador: 606612

VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Anajatuba
Secretaria Municipal de Administração
Registro de Preços Eletrônico - 023/2023

N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 28.180.848/0001-69 - Endereço: Santa Rita - CEP: 65145000 - UF: MA - Município: Santa Rita - Telefone: (98) 3451-1287

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O SERVIÇO CONSISTE NA REMOÇÃO DOS RESÍDUOS DE ESGOTO ACUMULADOS EM FOSSA, POR EMPRESA LICENCIADA PELOS ÓRGÃOS REGULADORES; FEITO POR CAMINHÃO LIMPA FOSSA VEDADO, POR MEIO SUCÇÃO DO MATERIAL ORGÂNICO COM UMA BOMBA DE AUTO VÁCUO; O SERVIÇO TERÁ COMO UNIDADE DE MEDIDA O M3 (METRO CÚBICO) DE MATERIAL/DESEJOS RECOLHIDOS DO INTERIOR DA FOSSA; DESCARTE DO MATERIAL/DESEJOS EM LOCAL ADEQUADO E AUTORIZADO E INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	N/C	N/C	3.744 m³	R$ 82,00	307.008,00
				TOTAL DO VENCEDOR		R$ 307.008,00

Valor Total: R$ 307.008,00

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:39.
Código verificador: 606618

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Anajatuba
Secretaria Municipal de Administração
Registro de Preços Eletrônico - 023/2023

Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada. - Quantidade: 3.744 Metro Cúbico - Valor Referência: 162,58

Fornecedor	Situação	Valor Total
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO (28.180.848/0001-69)	Adjudicado em: 03/08/2023 - 15:45:43 - Por: Thiago Mendes da Silva	307.008,00

Thiago Mendes da Silva

Thiago Mendes da Silva
Pregoeiro

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/08/2023 às 17:07:33.
Código verificador: 606615

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº023/2023

O MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, por intermédio do pregoeiro(a) municipal designado pela Portaria Nº003/2023, torna público o resultado da licitação em epígrafe, visando a contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, cujo objeto foi adjudicado a(s) empresa(s) conforme abaixo:

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

EMPRESA: **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO** inscrita no CNPJ nº **28.180.848/0001-69**, no Valor Adjudicado **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).**

VALOR TOTAL ADJUDICADO: **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).**

Considerando que o critério de julgamento determinado foi do tipo Menor Preço por Item. Declaramos então a(s) empresa(s) supracitada(s) como vencedora do Pregão Eletrônico SRP nº023/2023.

O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vista franqueada ao interessado a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Anajatuba – MA.

Anajatuba - MA, em 07 de agosto de 2023.

THIAGO MENDES DA SILVA
Pregoeiro
Portaria nº 003/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº023/2023

Pref. Anajatuba-MA
Folha 281
Rubrica

O MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, por intermédio do pregoeiro(a) municipal designado pela Portaria Nº003/2023, torna público o resultado da licitação em epígrafe, visando a contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, cujo objeto foi adjudicado a(s) empresa(s) conforme abaixo: **RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO** EMPRESA: **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO** inscrita no CNPJ nº **28.180.848/0001-69**, no Valor Adjudicado **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).** VALOR TOTAL ADJUDICADO: **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).** Considerando que o critério de julgamento determinado foi do tipo Menor Preço por Item. Declaramos então a(s) empresa(s) supracitada(s) como vencedora do Pregão Eletrônico SRP nº023/2023. O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vista franqueada ao interessado a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Anajatuba – MA. Anajatuba - MA, em 07 de agosto de 2023. **THIAGO MENDES DA SILVA** - Pregoeiro - Portaria nº 003/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº034/2022

O MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, por intermédio do pregoeiro municipal designado pela portaria Nº002/2023, torna público o resultado da licitação em epígrafe, visando a Seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Anajatuba -MA, cujo objeto foi adjudicado as empresas conforme abaixo: **RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO:** EMPRESA: **ATUAL HOSPITALAR LTDA** inscrita no CNPJ nº 11.251.828/0001-39, no Valor Total Adjudicado **R$ 1.298.321,00 (Um milhão, duzentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e um reais)**. EMPRESA: **BENTES & SOUSA LTDA** inscrita no CNPJ nº 63.424.121/0001-80, no Valor Total Adjudicado **R$ 2.864.347,00 (Dois milhões, Oitocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais)**. EMPRESA: **PHARMAPLUS LTDA** inscrita no CNPJ nº 03.817.043/0001-52, no Valor Total Adjudicado **R$ 139.776,00 (Cento e trinta e nove mil, setecentos e setenta e seis reais)**. EMPRESA: **SANA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ nº 01.721.446/0001-78, no Valor Total Adjudicado **R$ 97.210,00 (Noventa e sete mil, duzentos e dez reais)**. VALOR GLOBAL ADJUDICADO: **R$ 4.399.654,00 (Quatro milhões, trezentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais)**. Considerando que o critério de julgamento determinado foi do tipo Menor Preço por lote. Declaramos então as empresas supracitada a cima como vencedora do Pregão Eletrônico nº034/2022. O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vista franqueada ao interessado a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA. ANAJATUBA - MA, em 07 de agosto de 2023. **LUCAS RODRIGUES RAMOS** - Pregoeiro Municipal. *Portaria nº.002/2023.*

Assinado eletronicamente por: Rodrigo de Sousa Fernandes - CPF: ***.380.333-** em 07/08/2023 17:30:25 - IP com nº: 192.168.1.115
Autenticação em: www.anajatuba.ma.gov.br/diariooficial.php?id=803

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

RELATÓRIO

A Senhora
ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Senhora Secretária,

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência o relatório referente ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº023/2023, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.

Abalizados nas Propostas apresentada pela empresa habilitada conforme ata da sessão pública constante nos autos do processo, esta comissão submete à apreciação de V.Exa., o presente relatório para avaliação quanto a oportunidade e conveniência acerca da HOMOLOGAÇÃO do resultado desta licitação à licitante vencedora, conforme descrito abaixo, por terem sido avaliada e julgada como vantajosa para a Administração.

EMPRESA: **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO** inscrita no CNPJ nº **28.180.848/0001-69**, no Valor Adjudicado **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).**

VALOR TOTAL ADJUDICADO: **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).**

Esclareço ainda, que o julgamento recaiu sobre as propostas de menor preço por item e que os preços ofertados estão em conformidade com os praticados no mercado, o que satisfaz as exigências legais.

Anajatuba - MA, em 07 de agosto de 2023.

THIAGO MENDES DA SILVA
Pregoeiro
Portaria nº 003/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

DESPACHO

Ao Senhor
André Luís Mendonça Martins
Procurador Municipal
Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

Assunto: Solicitação de exame e aprovação do processo licitatório para parecer conclusivo.

Senhor Procurador,

Anexo ao presente, estamos encaminhando processo administrativo Nº 2023.02.01.0028/2023, processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, que versa sobre a seleção da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA, conforme descrito neste Edital, para a devida aprovação, com o disposto na Lei Federal 10.520/2002 Regulamentada pelo Decreto Municipal nº023/2021 e Decreto Municipal n°022/2021, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços em âmbito Municipal.

Anajatuba - MA, em 07 de agosto de 2023.

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº218/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 2023.02.01.0028, de 01/02/2023.
REQUERENTE: Secretaria Municipal de Administração
ASSUNTO: **PARECER FINAL** de Edital de Pregão Eletrônico.

PARECER N° 135/2023 – PGM

I – DO INTRÓITO

A presente manifestação, visa orientar a Autoridade Assessorada no controle interno de atos administrativos, à guisa de fazer valer os princípios implícitos e explícitos do art.37 da Constituição da República Federativa do Brasil (L I M P E), além de assegurar a moralidade administrativa e a legalidade estrita enquanto matérias de ordem pública.

Trata-se de solicitação encaminhada a esta PGM da lavra da Secretária Municipal de Administração, ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO DUTRA SILVA, em atendimento ao art. 38, da Lei Federal nº 8.666/1993, para proceder à análise da Minuta de Edital do ***Pregão Eletrônico oriundo do processo administrativo em epígrafe*** e seus anexos, ***Sistema de Registro de Preços,*** cujo objeto **é a contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Anajatuba/MA,** conforme encaminhamento da Secretária Municipal de Administração, ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO DUTRA SILVA, de 01/02/2023, fls.03, com Planilha com Quantitativos e Especificações dos Serviços por Itens, Avisos de Intenção de Registro de Preços e anexo, Manifestação de Intenção de Registro de Preços e Termo de Aprovação com Planilha com Quantitativos e Especificações por Itens (fls.04-19).

Convém ainda informar que os autos encontram-se instruídos com Pesquisa Mercadológica às fls.20-25, Justificativa de Preço (fls.26-27), tudo em conformidade com o disposto nos incisos I, e IV do art.5º, da Instrução Normativa nº 73/2020 da SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, com valores obtidos conforme preceitua os artigos 5º da citada Instrução Normativa, conforme às Justificativa de Preços às fls. alhures.

Em despacho às fls.29, após solicitação de Rubrica Orçamentária por parte do Ordenador de Despesas alhures citado às fls.28, o Contador JADEVALDO CUZ RIBEIRO, CRC nº 013047/O-5 MA, *sugere a continuidade do processo, e após a realização do procedimento licitatório e antes da assinatura do contrato firmado com base na respectiva ata de registro de preços e o seu retorno, para fins de comprovação da existência de dotação orçamentária com saldo suficiente para custeio de despesas tudo* **à luz da legalidade estrita, esta PGM constatou quanto à essa possibilidade, na forma do Decreto nº 7.892/2013, em seu art.7º, § 2º, que diz:** *Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil,* **portanto perfeitamente aplicável no caso concreto.**

ANDRÉ LUIS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.169

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ato contínuo, constam encaminhamento e Termo de Referência e Aprovação do mencionado termo, às fls.30-43 e Termos de Concordância da de Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, de Assistência e Desenvolvimento Social e de Saúde (fls.44-46), além de encaminhamento da Ordenadora de Despesas às fls.47 para emissão e Parecer de Conformidade do Controlador Interno, Dr. Gicivaldo Nunes Machado, o que fora apresentado às fls.48-49. Em seguida, constam, Autorização de Instauração de Processo Licitatório sob a chancela da Secretária Municipal de Administração, ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO DUTRA SILVA (fls.50), com encaminhamento e Termo de designação de Pregoeiro e Equipe, Juntada de Portaria e Publicações (fls.51-56) e Termo de Autuação às fls.57 e ao seu final, encaminhamento à PGM às fls.58 e Minuta de Edital e Anexos às fls.59-123.

O valor global estimado para a pretensa contratação é de **R$ 608.699,52 (seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos),** conforme Pesquisa Mercadológica às fls.20-25, Justificativa de Preço (fls.26-27), tudo em conformidade com o disposto nos incisos I, e IV do art.5º, da Instrução Normativa nº 73/2020 da SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, com valores obtidos conforme preceitua os artigos 5º da citada Instrução Normativa, conforme às Justificativa de Preços às fls. alhures.

O presente processo licitatório encontra-se instruído, constando nos autos os seguintes documentos que passarei a decifrar:

- Capa de Processo 2023.02.01.0028 (fls.01);
- Termo de Abertura de Processo (fls.02);
- Encaminhamento à Coordenadora de Compras assinado pela Secretária Municipal de Administração, ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO DUTRA SILVA (fls.03);
- Planilha com Especificações de Serviços Almejados (fls.04-08);
- IRP e MIRP e Termo de Aprovação (fls.04-19);
- Encaminhamento e Pesquisa Mercadológica (fls.20-25);
- Justificativa de Preços (fls.26-27);
- Solicitação de Rubrica Orçamentária (fls.28);
- Rubrica Orçamentária (fls.29);
- Encaminhamento e Termo de Referência **com aprovação ao seu final** (fls.30-43);
- Termos de Concordância (fls.44-46);
- Encaminhamento e Parecer de Conformidade do Controle Interno (fls.47-49);
- Autorização para Instauração de Processo Licitatório (fls.50);
- Termo de Designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio e anexos (fls.51-56)
- Autuação do Processo (fls.57);
- Encaminhamento à PGM (fls.58);
- Edital de Minuta de Pregão Eletrônico e anexos (fls.59-123);
- Despachos e Encaminhamentos pertinentes.

Cumpre mencionar, que o processo já fora objeto de apreciação por parte desta PGM, ainda na fase interna, na análise da minuta e anexos, conforme Parecer nº 121/2023-PGM, às fls.124-128. Ato contínuo, foram juntados aos autos os seguintes documentos:

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.197

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EDITAL E ANEXOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (fls.129-192); Certidão de Fixação do Edital no Mural de Avisos (fls.193); Aviso de Licitação Pública – Pregão Eletrônico SRP nº 023/2023 (fls.194-198); Juntada de Proposta de Preço Inicial (fls.199-201); Juntada de Documentos de Habilitação da empresa N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO, CNPJ Nº 28.180.848/0001-69 (fls.202-245); Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO, CNPJ Nº 28.180.848/0001-69 (fls.246-256); Juntada de Proposta Readequada e Diligências da empresa N S ROSA FILHO DEDETIZAÇÃO E SERVIÇO, CNPJ Nº 28.180.848/0001-69 (fls.257-264); ATA FINAL (fls.265-277); VENCEDORES DO PROCESSO (fls.278); TERMO DE ADJUDICAÇÃO (fls.279); RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2023 com RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO e Publicação (fls.280-281); RELATÓRIO (fls.282); Despacho a PGM (fls.283).

Vale ressaltar que o valor global estimado para a pretensa contratação é de **R$ 608.699,52 (seiscentos e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos),** conforme Pesquisa Mercadológica às fls.20-25, Justificativa de Preço (fls.26-27), tudo em conformidade com o disposto nos incisos I, e IV do art.5º, da Instrução Normativa nº 73/2020 da SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, com valores obtidos conforme preceitua os artigos 5º da citada Instrução Normativa, conforme às Justificativa de Preços às fls. alhures. Observo nos autos que a partir das fases ATA FINAL (fls.265-277); VENCEDORES DO PROCESSO (fls.278); TERMO DE ADJUDICAÇÃO (fls.279); RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2023 com RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO e Publicação (fls.280-281); RELATÓRIO (fls.282), **o valor adjudicado passou a orçar R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil e oito reais), o que representa uma baixa de R$ 301.691,52 (trezentos e um mil, seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) em relação ao valor inicialmente orçado, já que o julgamento recaiu sobre as propostas de menor preço por item e que os preços ofertados estão de acordo com os preços praticados no mercado, conforme chancela do PREGOEIRO MUNICIPAL THIAGO MENDES DA SILVA (fls.282), o que de *per si,* revela a vantajosidade e economicidade na pretensa contratação.**

É o breve relatório. Passamos a opinar.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

1. Considerações iniciais

Importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus **aspectos jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de ***natureza técnica ou administrativa***, não nos competindo adentrar ao mérito administrativo, quiçá na oportunidade e

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.109

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

conveniência da Administração. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

2. Da análise da demanda

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linhas gerais no art. 38 da Lei nº 8.666/93, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do referido artigo e a Minuta do Edital apresentada pela ***Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA***. Vejamos:

> **Art. 38.** O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo **[feito]**, devidamente autuado **[feito]**, protocolado e numerado **[feito]**, contendo a autorização respectiva **[feito]**, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa **[o Edital]**, e ao qual serão juntados oportunamente:
> I. edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso **[feito]**;
> II. comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite **[existem]**;
> III. ato de designação da comissão de licitação do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite **[feito];**
> IV. original das propostas e dos documentos que as instruírem **[existem]**;
> V. atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora **[feito]**;
> VI. pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade **[em análise]**;
> VII. atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação **[só adjudicação]**;
> VIII. recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões **[existem]**;
> IX. despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente **[não se aplica ao caso]**;
> X. termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso **[só minuta]**;
> XI. outros comprovantes de publicações **[existem]**;
> XII. demais documentos relativos à licitação **[existem]**.
> Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração **[feito]**.

Relativamente à fase interna, Marçal Justen Filho indica que ela se destina a:

> a) verificar a necessidade e a conveniência da contratação de terceiros **[não há necessidade]**;
> b) determinar a presença dos pressupostos legais para a contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários) **[feito]**;
> c) determinar a prática de prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos etc.) **[feito]**;
> d) definir o objeto do contrato e as condições básicas de contratação **[feito]**;
> e) verificar os pressupostos básicos da licitação, definir a modalidade e elaborar o ato convocatório da licitação **[feito]**.

LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.109

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A supracitada Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública determina em seu Art. 40, quais os requisitos a serem observados pela mesma quando da elaboração do Edital, *in verbis*:

> **Art. 40**. - O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:
> I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara **(feito)**;
> II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação **(feito)**;
> III - sanções para o caso de inadimplemento **(feito)**;
> IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico **(feito)**;
> V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido **(feito)**;
> VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta lei, e forma de apresentação das propostas **(feito)**;
> VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos **(feito)**;
> VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto **(feito)**;
> IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais **(feito)**;
> X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48. (Redação da LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998) **(feito)**;
> XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela **(feito)**;
> XII - (vetado);
> XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas **(não se aplica ao caso)**;
> XIV - condições de pagamento, prevendo **(feito)**:
> a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
> b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
> c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
> d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
> e) exigência de seguros, quando for o caso;
> XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta lei **(feito)**;
> XVI - condições de recebimento do objeto da licitação **(feito)**;
> XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação;
> § 1° O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele

LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula 02/2021/OAB/MA 13.109

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.
§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:
I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;
II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;
III - a minuta do contrato a ser firmado entre a administração e o licitante vencedor;
IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

In casu, a minuta do contrato referente ao **PROCESSO Nº 2023.02.01.0028, de 01/02/2023**, está em consonância com as disposições acima citadas.

Por derradeiro, vale ressaltar que a competência para presidir a presente licitação é da ***Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA***, pois foi atribuída a esta a realização de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades, inclusive de interesse de seus órgãos desconcentrados e entidades vinculadas.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, verifica-se que o processo administrativo ora analisado, até o presente momento, está em consonância com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 3.555/00 e do Decreto Federal nº 5.450/2005 que tratam da modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico, razão pela qual esta Procuradoria Geral do Município **opina pela sua aprovação, ressalvada as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que são de inteira responsabilidade do setor a quem competiu sua elaboração e aprovação. Ato contínuo, encaminhem-se os autos ao Controlador Geral do Município para, na forma do art.74, II da CF, emita Parecer Final.**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, 09 DE AGOSTO DE 2023.

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

PARECER Nº 123/2023-CGM

Modalidade: Pregão Eletrônico – SRP n° 023/2023
Critério de Julgamento: Menor preço "por item"
Processo Administrativo n°: 2023.02.01.0028
Objeto: Contratação de Empresa especializa no serviço de esgotamento/limpeza de fossa para atender as necessidades das secretarias do Município de Anajatuba/MA.

RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA

Recebidos e analisados os autos, encaminhados o presente Relatório destinado a embasar o ato de homologação pela autoridade Superior.

1. Dados gerais do processo administrativo

O processo administrativo foi autuado sob o número nº 2023.02.01.0028, no dia 01 de fevereiro de 2023, tendo como objeto a Contratação de Empresa especializa no serviço de esgotamento/limpeza de fossa para atender as necessidades das secretarias do Município de Anajatuba/MA.

Autoridade Ordenadora da Despesa como órgão gerenciador para o processo é a Secretária Municipal de Administração, conforme Decreto Municipal nº 218/2022.

2. O desenvolvimento da fase interna

A fase interna é composta por uma sequência de atos administrativos praticados no âmbito do setor público. No intuito de auxiliar os órgãos do poder executivo na elaboração dos documentos necessários à correta instrução dos processos.

Instrui-se então que a fase interna deverá seguir a norma na seguinte ordem:

ANEXOS	DESCRIÇÃO	DATA	FOLHAS
I	Capa do processo administrativo;	01/02/2023	001
II	Termo de Abertura de processo;	01/02/2023	002
III	Solicitação de abertura de processo licitatório com Planilha com especificação dos serviços;	01/02/2023	003 – 004
IV	Aviso de intenção de Registro de Preços com planilha de especificações anexa e publicações;	09/02/2023	005 – 009
V	Manifestação de intenção de Registro de Preço como órgãos participantes;	15/02/23	010 – 019
	Despacho ao Órgão Gerenciador sobre intenção de registro de Preços;	06/03/2023	018
	Termo de aprovação das Manifestações;	06/03/2023	019
VI	Solicitação ao setor de compras para realização da pesquisa de preços;	14/03/2023	020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

VII	Pesquisa mercadológica;	21 a 22/03/23	021 - 025
	Despacho à Secretária de Administração com a justificativa de preços;	22/03/2023	026 - 027
VIII	Solicitação de dotação orçamentária;	22/03/2023	028
IX	Despacho da contabilidade à secretária de Administração, em resposta sobre a dotação orçamentária;	22/03/2023	029
X	Despacho ao Compras para elaboração do Termo de Referência;	22/03/2023	030
XI	Termo de Referência com aprovação e autorização pelo Ordenador de Despesa;	22/03/2023	031 - 043
XII	Termo de concordância como órgãos participantes;	22/03/2023	044 - 046
XIII	Solicitação de parecer de conformidade da controladoria.	22/03/2023	047
XIV	Parecer de Conformidade;	24/03/2023	048 - 049
XV	Autorização para feitura da licitação;	24/03/2023	050
XVI	Designação de Pregoeiro e equipe de apoio;	28/03/2023	051
XVII	Juntada de portaria e anexos;	11/07/2023	052 - 056
XVIII	Autuação do processo pelo pregoeiro;	11/07/2023	057
XIX	Despacho da minuta do edital ao procurador geral;	11/07/2023	058 - 123
XX	Parecer Jurídico sobre a minuta do edital;	12/07/2023	124 - 128
XXI	Edital e anexos;	14/07/2023	129 - 192
XXII	Certidão de fixação do Edital no Mural de Avisos;	14/07/2023	193
	Aviso de Licitação - Quadro de avisos da Prefeitura Municipal;	14/07/2023	194
	Publicação no Diário oficial do Município - DOM;	14/07/2023	195
	Publicação em jornal de grande circulação;	17/07/2023	196
	Publicação no Diário oficial do Estado - DOE;	18/07/2023	197
	Juntada de publicações	18/07/2023	198

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

A Solicitação de contratação partiu da Secretaria Municipal de Administração, solicitando à Coordenadora do departamento de Compras providências necessárias para abertura de processo de contratação.

Acatando a solicitação do secretário, a coordenadora do setor de compras levou ao conhecimento das demais secretarias a intenção de registro de preços e iniciou o procedimento da pesquisa mercadológica por meio de pesquisa no banco de preços, onde cotou e chegou a uma média de valores. Se tratando que o referido Processo Administrativo é um Sistema de Registro de Preços, não há obrigatoriedade de informação da dotação orçamentária nessa fase dando continuidade ao processo na elaboração do Termo de Referência. Após os órgãos participantes emitirem os Termos de Concordâncias, o processo foi despachado para esta controladoria para emissão de parecer de conformidade processual.

A Autoridade Ordenadora da Despesa autoriza a abertura do processo licitatório.

Consta no processo, portaria de nomeação da Comissão Permanente de Licitação acompanhada com o comprovante da publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

O Processo foi devidamente autuado pelo pregoeiro designado, fundamentado com as legislações pertinentes e demais informações cabíveis ao processo.

A Minuta do Edital foi aprovada pelo Parecer Jurídico e a publicação de seu formato final se deu no Sistema de Informações para Controle (SINC-Contrata), mantida pelo TCE/MA, no Portal da Transparência do Município, Diário Oficial do Estado – DOE, Jornal de Grande Circulação e Mural da Prefeitura.

3. A fase externa

Publicado o Aviso de Licitação nos locais previstos em lei, participou da Sessão Licitatória designada no dia 02/08/2023, 06 (seis) licitantes, sendo elas:

- ***JOSEMIRIA MIRANDA SILVA SANTANA - EPP, CNPJ nº 14.728.474/0001-69;***
- ***N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO, CNPJ nº 28.180.848/0001-69;***
- ***E. C. FERNANDES, CNPJ nº 11.677.095/0001-07;***
- ***THIAGO DO R. LIMA, CNPJ nº 23.960.380/0001-01;***
- ***R. MACEDO SOARES, CNPJ nº 10.680.662/0001-03;***
- ***CGS CONSTRUCAO E GESTAO DE SERVICOS EIRELI, CNPJ nº 30.839.331/0001-80.***

O pregoeiro levou a conhecimento da licitante as seguintes orientações: *"Senhores licitantes, estamos iniciando a sessão pública do Pregão Eletrônico SRP 023/2023 / Objeto: Contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA.*

(...)

Nos termos do art. 49, V, do Decreto 10.024/2019, e do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que não mantiver sua proposta poderá ficar impedido de licitar e contratar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade." entre demais informações conforme consta em ATA. Feito isso, iniciou a conferência e análise das Proposta de Preços inseridas no sistema.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

Decorrido todo trâmite legal, conforme rege a legislação, O pregoeiro habilitou e declarou como vencedora a licitante participante:

N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO, CNPJ nº 28.180.848/0001-69, por apresentar as propostas mais vantajosas para administração no item 0001, totalizando o valor de **R$ 307.008,00** (trezentos e sete mil e oito reais), conforme consta em ATA (fls 265 – 278).

O pregoeiro adjudica o resultado da licitante no valor global de **R$ 307.008,00** (trezentos e sete mil e oito reais) fls 279 – 280, dando publicidade no Diário Oficial do Município – DOM, conforme consta em fl. 281, e encaminha relatório do resultado da adjudicação para a Secretária para conhecimentos e providências (fls 282).

4. Conclusão

Considerando que o presente Parecer Conclusivo se propõe a subsidiar a Homologação pelo Ordenador da Despesa; e considerando não haver falhas de natureza material ou formal nos autos, considerando a consistência da análise do processo descrito no Parecer Jurídico nº 135/2023-PGM (fls. 284 – 289) a Controladoria aprova a homologação do processo em epígrafe, encaminhando-o para a autoridade competente, a Sra. Antônia do Espírito Santo Dutra Silva, secretária de Administração, cabendo, no entanto, a avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

É o parecer.

Anajatuba/MA, 10 de agosto de 2023.

Gicivaldo Nunes Machado
Controlador Geral

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Anajatuba
Secretaria Municipal de Administração
Registro de Preços Eletrônico - 023/2023

Resultado da Homologação

0001 - SERVIÇO DE ESGOTAMENTO/LIMPEZA DE FOSSA - O serviço consiste na remoção dos resíduos de esgoto acumulados em fossa, por empresa licenciada pelos órgãos reguladores; feito por caminhão limpa fossa vedado, por meio sucção do material orgânico com uma bomba de auto vácuo; o serviço terá como unidade de medida o m3 (metro cúbico) de material/desejos recolhidos do interior da fossa; descarte do material/desejos em local adequado e autorizado e inteira responsabilidade da contratada. - N/C - Valor Referência: 162,58

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO	N/C	3.744 Metro Cúbico	82,00	307.008,00	Homologado em 11/08/2023 15:41:11 Por: Antonia do Espirito Santo Dutra

Antonia do Espírito Santo Dutra

Autoridade Competente

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 11/08/2023 às 15:46:53.
Código verificador: 61BC91

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2023

O MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, Estado do Maranhão, através da Secretária Municipal de Administração no uso de suas atribuições legais, considerando as informações constantes no Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico SRP n° 023/2023, que tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA. **RESOLVE:** HOMOLOGAR o resultado da presente licitação em favor da(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, conforme indicado abaixo o resultado da homologação. EMPRESA: **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO** inscrita no CNPJ nº **28.180.848/0001-69,** no Valor Homologado **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).** VALOR TOTAL HOMOLOGADO: **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).** Considerando que o critério de julgamento determinado foi do tipo Menor Preço por Item. Declaramos então a(s) empresa(s) supracitada(s) acima como vencedora(s) do Pregão Eletrônico SRP nº 023/2023, sendo assim homologada os respectivos itens a(s) empresa(s) vencedora(s).

Anajatuba - MA, 11 de agosto de 2023.

ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº218/2022

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023

Pref. Anajatuba-MA
Folha 296
Rúbrica

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba, Estado do Maranhão, por meio da Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, designada pelo Decreto nº 239/2022 torna público aos interessados que realizará às **09:00h (Nove horas)** do dia **31 de agosto de 2023**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA, Licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, tendo por objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de construção de um Centro Multiuso para crianças e adolescentes no Município de Anajatuba/MA, conforme Edital e seus Anexos, na forma da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais legislações pertinentes. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, de 2ª a 6ª feira-feira, no horário das 08h00min às 12h00min, onde poderão ser consultados e retirados gratuitamente por mídia digital. Assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico www.anajatuba.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço ou através do e-mail: cpl@anajatuba.ma.gov.br. Anajatuba/MA, em 11 de agosto de 2023. **MARIA LUCILÂNDIA DOS SANTOS MENDES**. Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Decreto nº 239/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2023

O MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, Estado do Maranhão, através da Secretária Municipal de Administração no uso de suas atribuições legais, considerando as informações constantes no Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico SRP nº 023/2023, que tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no serviço de esgotamento/limpeza de fossa, para atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Anajatuba/MA. **RESOLVE:** HOMOLOGAR o resultado da presente licitação em favor da(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, conforme indicado abaixo, resultado da homologação. EMPRESA: **N S ROSA FILHO DEDETIZACAO E SERVICO** inscrita no CNPJ nº **28.180.848/0001-69,** no Valor Homologado **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).** VALOR TOTAL HOMOLOGADO: **R$ 307.008,00 (trezentos e sete mil, oito reais).** Considerando que o critério de julgamento determinado foi do tipo Menor Preço por Item. Declaramos então a(s) empresa(s) supracitada(s) acima como vencedora(s) do Pregão Eletrônico SRP nº 023/2023, sendo assim homologada os respectivos itens a(s) empresa(s) vencedora(s). Anajatuba - MA, 11 de agosto de 2023. **ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA** - Secretária Municipal de Administração - Decreto nº218/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 025/2023

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, designado pelo Decreto nº 043/2022, torna público que realizará às **09:00h (Nove horas)** do dia **28 de agosto de 2023**, na plataforma Compras Públicas, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Lote, tendo por objeto a seleção de proposta mais vantajosa, registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capacitação pedagógica, com formação continuada de Professores e Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino do Município de Anajatuba/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 029/2021, Decreto Municipal nº 023/2021, Decreto Municipal nº 022/2021 subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Anajatuba/MA,

Assinado eletronicamente por: Rodrigo de Sousa Fernandes - CPF: ***.380.333-** em 11/08/2023 17:28:18 - IP com nº: 192.168.18.200
Autenticação em: www.anajatuba.ma.gov.br/diariooficial.php?id=808